



**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa**

Mestrado em Sociologia

**OS JOVENS/ADOLESCENTES E A MATERNIDADE:
UM ESTUDO SOCIOLÓGICO DA MATERNIDADE “PRECOCE” NA
CIDADE DA PRAIA.**

Júri:

Presidente: Doutor Fausto José Robalo Amaro, Professor Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Vogais: Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo, Professor Catedrático da Universidade Aberta;

Doutora Maria José da Silveira Ferreira Nuncio, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Orientador: Prof. Doutor Fausto Amaro
Mestrando Vladmir Antero Delgado Silves Ferreira

Lisboa

2008

Índice	PAG.
ÍNDICE	
PAG.	3
AGRADECIMENTOS	5
1. APRESENTAÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO.....	6
1.1. Introdução	6
1.2. Estudos Anteriores.....	12
2. CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO GERAL	21
2.1. Breve resenha histórica	21
2.2. As bases da cultura cabo-verdiana.....	23
2.3. Situação Económica	25
2.4. Características da população	27
2.5. Situação sócio-sanitárias	29
3. CIDADE DA PRAIA: BREVE CARACTERIZAÇÃO	31
4. A PROBLEMÁTICA DA JUVENTUDE E DA ADOLESCÊNCIA	34
5. OS CONCEITOS DE GRAVIDEZ E MATERNIDADE.	40
6. OBJECTIVO DO ESTUDO.....	45
6.1. Descrição da problemática a estudar	45
6.1.1. Microssistema	46
6.1.2. Mesossistema	51
6.1.3. Exossistema.....	58
6.1.4. Macrossistema.....	70
6.2. Universo a estudar	74
7. METODOLOGIA.....	75
7.1. Recolha de dados.....	75

7.2. Inquérito por questionário	76
7.2.1. Amostragem não probabilística intencional ou de conveniência.....	76
7.2.2. Análise dos dados quantitativos	81
7.3. Entrevista qualitativa	82
7.3.1. A selecção dos participantes	85
7.3.2. A composição do grupo	86
7.3.3. Perfil dos nossos entrevistados	87
7.3.4. Registo dos dados	88
7.3.5. Análise de dados qualitativos.....	89
8. HIPÓTESES FORMULADAS/QUESTÕES A RESPONDER.....	92
9. ÁREAS NÃO ESTUDADAS E DIFICULDADES ENCONTRADAS	93
10. UTILIDADE DO TRABALHO.....	94
10.1. Para a Comunidade Científica.....	94
10.2. Para os Grupos da Sociedade Interessados no Tema	95
11. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	96
11.1. Dados quantitativos	96
11.2. Dados qualitativos	122
12. CONCLUSÃO	128
13. BIBLIOGRAFIA	134
14. ANEXO	144
14.1. Questionário	145
14.2. Mapa do Sistema de Ensino Cabo-verdiano.....	149
14.3. Gráficos e tabelas	150
14.4. Breve caracterização de alguns bairros pobres da Cidade da Praia....	164
14.5. Guião de entrevista qualitativa.....	165
14.6. Dados da entrevista qualitativa (recolhidos)	166
14.7. Dados quantitativos (recolhidos)	171

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui algumas palavras de agradecimento a todas as pessoas e entidades que de uma forma ou outra contribuíram para a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar ao Prof. Fausto Amaro, por ter-me sempre apoiado ao longo da realização deste trabalho, e sobretudo por nunca ter perdido a paciência no esclarecimento das intermináveis dúvidas que foram surgindo ao longo deste trabalho.

Gostaria também de agradecer a Prof. Sónia Frias, que foi a primeira pessoa que me apoiou na realização deste trabalho, também por ter me cedido inúmeros materiais bibliográficos de apoio. E sobretudo pela sua sincera amizade.

Como não podia deixar de ser, também fica aqui uma palavra de agradecimento às administrações dos Centros de Saúde Reprodutiva da Fazenda e da Achada de Santo António, técnicos, enfermeiros e todo o pessoal auxiliar que sempre se mostraram disponíveis no esclarecimento de todas as dúvidas.

Por último um MUITO OBRIGADO a todos os meus amigos, meus pais, irmãos, que sempre me deram força para levar este projecto até ao fim e sobretudo à minha esposa e ao meu filho que são a principal razão da minha existência.

1. APRESENTAÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Introdução

Em todas as sociedades existem normas sexuais que aprovam algumas práticas ao mesmo tempo que desaconselham outras. Os membros de uma sociedade aprendem estas normas através da socialização. Para Émile Durkheim (2001), o indivíduo encontra essas mesmas normas já inteiramente formadas e não consegue impedi-las de existir, pois trata-se de algo que tem existência fora do mesmo.

Segundo Giddens (2004), o comportamento sexual humano é significativo, isto é, os seres humanos usam e exprimem a sua sexualidade de várias maneiras. Para os seres humanos, a actividade sexual é muito mais do que um acto biológico. É um acto simbólico que reflecte quem somos e as emoções que vivemos.

Os tipos de comportamento sexual aceitos variam igualmente de cultura para cultura, o que constitui uma forma de saber que a maioria das respostas sexuais é aprendida e não congénita.

Segundo Titiev (2000), exceptuando as possibilidades restritas de inseminação artificial, da adopção, ou do recrutamento de novos membros do exterior, uma sociedade só pode perpetuar-se a si própria indefinidamente através do acto sexual. Consequentemente o padrão de cultura de cada unidade cultural tem que estar preparado para o nascimento de crianças entre os seus membros. Portanto toda a mulher normal é uma mãe potencial, e todo o homem normal é um potencial pai.

De igual modo, ainda segundo Titiev (*op. cit.*), nenhuma sociedade desejaria deixar a procriação ao acaso ou aos imperativos poderosos da pura biologia. É desta forma que ter filhos se torna um fenómeno biocultural em todas as sociedades humanas.

Nós encontramos uma grande variedade de valores, normas e padrões. Alguns grupos étnicos permitem uma grande liberdade pré-marital; outras insistem na virgindade pré-nupcial, especialmente das raparigas. Algumas existem em que os primos podem casar-se; outras proíbem tais uniões.

Portanto, segundo Titiev (*op. cit.*), não há uniformidade de atitudes simbólicas em relação ao acasalamento entre a humanidade, mas alguns aspectos são universais. Todas as sociedades distinguem as relações maritais socialmente permitidas de outras

formas de actividade sexual; todas têm preferências baseadas na cultura para a selecção do cônjuge conveniente, e todas proíbem, especificamente a coabitação entre determinados indivíduos.

Existem, com efeito, épocas históricas e culturas em que a gravidez e a maternidade se consuma na adolescência, inclusivamente no princípio da adolescência como é o caso da comunidade cigana em que o casamento e a gravidez/maternidade, na puberdade, são bastante comuns.

Nestes casos, a gravidez/maternidade insere-se num padrão cultural estável em que a paternidade e a maternidade se dão no casamento e correspondem a um reforço de rituais de passagem da adolescência à adultícia. Existe, assim, toda uma simbologia que faz com que a maternidade e a paternidade possam constituir um reforço do processo maturativo de separação-individualização em relação aos pais. Maternidade não corresponde, nestas circunstâncias, a um acto dissonante ou de ruptura mas, pelo contrário, é apoiado e valorizado socialmente (Cordeiro 1988).

Porém, nas sociedades industrializadas e “avançadas” a adolescência é apenas parte de uma fase de transição, demorando ainda alguns anos a alcançar o estatuto de adulto. Pode ser então no dizer de Barata (1991) a realização do serviço militar, o fim de um aprendizado, o fim dos estudos académicos, ou o casamento, que efectivamente assinala a entrada no estado adulto.

A primeira relação sexual é um marco na vida de um indivíduo e representa a entrada na vida sexual adulta (Castro, Abramovay & Silva 2004; Bozon in Longo 2002). A iniciação sexual é portanto um importante acontecimento na vida dos indivíduos e de colectividades, pois é normatizada de acordo com parâmetros sobre a juventude, ciclo privilegiado na simbologia do consumo, mitificada por meio da valorização do corpo e da saúde perfeita (Foucault 1984).

Para a mulher, a primeira relação sexual é ainda mais marcante devido à valorização da virgindade por alguns grupos (Castro *et al.* 2004) Tradicionalmente, a iniciação sexual das mulheres sempre esteve ligada ao casamento. A chegada da pílula separou o sexo da procriação, permitindo o descolamento da primeira experiência sexual do casamento. Com o aumento da incidência das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), principalmente o SIDA, recoloca-se a necessidade de se fazer sexo protegido. Em outras palavras, é preciso prevenir.

Segundo Longo (*op. cit.*), as mulheres com maior escolaridade têm menores probabilidades de se iniciarem sexualmente mais cedo, embora isso não queira dizer

que essas mulheres se casem virgens, já que a educação também se mostrou negativamente relacionada à virgindade matrimonial. Em outras palavras, mulheres com maior escolaridade têm uma probabilidade maior de se iniciarem sexualmente mais tarde. No entanto, isso não significa que a primeira relação se dê dentro do casamento.

Assim, a maternidade na juventude/adolescência constitui um comportamento considerado desviante da norma societal nas sociedades industrializadas.

Embora seja incontestável que a desaprovação social perante uma jovem/adolescente grávida e solteira tem vindo a diminuir nos países desenvolvidos, ela continua a ser suficientemente grande para ter na jovem/adolescente e na sua família consequências, por vezes, desastrosas.

Mas, por outro lado, a sociedade nunca permite que os pais se desfaçam dos seus filhos à sua vontade e a punição é geralmente muito maior em relação àquele que ilegalmente subtrai uma pessoa a um grupo social do que em relação àquele que lhe acrescenta um membro novo, seja qual for a forma de propagação não permitida (Titiev 2000).

Portanto o infanticídio é de longe mais condenado pela sociedade do que a gravidez/maternidade na juventude/adolescência.

Hoje em dia em quase todos países ocidentais a maioria já baixou de 21 para 18 anos, enquanto a formação “longa”, isto é, universitária, não termina antes dos 24-26 anos, e enquanto a legislação sobre a ocupação juvenil considera “jovem, isto é, não plenamente adulto e portanto ainda potencialmente sustentado pela solidariedade económica familiar, um indivíduo com idade oscilando entre os 18 e os 25 no caso de Portugal (Saraceno & Naldini 2003) e muitos outros países.

A actual sociedade passou por diversas transformações sociais a um ritmo acelerado, com consequências óbvias nos comportamentos dos indivíduos. O ser humano é um ser biológico, psíquico, cultural e socialmente sexuado. A sexualidade é, no entanto, vivida de maneira diferente ao longo de cada etapa de vida de um indivíduo.

Cada vez mais as jovens/adolescentes em todos os países da Europa são educadas para uma carreira profissional programada a longo prazo. Muitas vezes elas pensam que não há espaço em casa para um filho, que podem não ter promoções nos empregos se estiverem grávidas ou se planearem ter filhos a curto prazo, etc. Daí que a tendência, a nível da Europa, é de cada vez mais as jovens adiarem a data do nascimento do primeiro filho (Gustafsson 2000).

Portanto, há, em primeiro lugar, um alongamento do intervalo que vai do aparecimento dos instintos sexuais e da capacidade para procriar à possibilidade profissional e económica de construir família.

Ainda Segundo Saraceno & Naldini (*op. cit.*), os limites de idades que no decurso do último século se tinham tornado claras, tornaram-se novamente, ainda que de forma diferente, confusas. E muitos cruzamentos são possíveis, obrigando os pais e os filhos (mas também lhes permitindo) negociar continuamente uma definição dos direitos e deveres recíprocos, e antes ainda das próprias expectativas legítimas, relativamente a uma ampla gama de comportamentos e esferas de experiência. Começando em quantas horas se pode ver televisão acaba-se a negociar com que idade se pode sair à noite, passar férias sozinho, tomar a pílula, ter relações sexuais, ir viver por sua conta ou com um/a companheiro/a, continuar a ser sustentado pelos pais, ou então administrar os próprios ganhos.

Por outro lado, a adolescência é uma fase do ciclo de vida onde existe um *afastamento* natural entre pais e filhos derivado do próprio processo de construção de uma identidade adulta, em que a autonomia e a salvação da intimidade pessoal são as suas características mais salientes.

Reconheça-se, ainda, que a família segundo o antropólogo Lopes Filho (2004), o anterior suporte da nossa cultura, perde cada vez mais aquele papel, sendo substituída pelos “mídia” e pela informação que vem de fora. Assim e a título exemplificativo, a televisão preenche o lugar das antigas reuniões familiares, impede o diálogo e a socialização entre pais e filhos, caso concreto dos desenhos animados que substituem, agora, as histórias tradicionais antigamente contadas às crianças pelas “mamães-velhas”, como importantes transmissoras da herança cultural

A este fenómeno associa-se o permanente impacto sexual a que as sociedades industrializadas são submetidas. As telenovelas, o cinema, as canções em voga, a

literatura, tudo sublima o sexo fácil, que é apresentado como actividade sofisticada e divertida. Segundo Almeida (1987), o sexo é usado para vender *jeans* ou sabonetes, águas-de-colónia ou *after-shaves*, cigarros ou automóveis, e até, nas longas coxas das *majorettes*, para propaganda eleitoral dos partidos políticos.

Daqui resultam conflitos e tensões que opõem os impulsos biológicos hiper estimulados às condições económicas e sociais. Vivemos numa sociedade que glorifica a juventude e a sexualidade, mas que por outro lado dificulta e atrasa o casamento e a maternidade.

Segundo Almeida (*op. cit.*), os impulsos que levam uma jovem/adolescente a iniciar precocemente a vida sexual são muitos e complexos. Em muitas, trata-se de uma procura de identidade, uma forma de encontrar a sua identidade no seu papel de grávida/mãe, é o uso do sexo com fins não sexuais. Trata-se, algumas vezes, de afirmar a sua feminilidade, de competir com a mãe, ou, então, de ter algo em comum com a mãe; outras vezes é a vontade de magoar seriamente o pai; em algumas, parece haver uma necessidade de auto-punição – por transgressões verdadeiras ou imaginárias – ou de auto-destruição, tão frequente nesta idade, e que pode levar também ao consumo de droga ou ao suicídio. Pelo contrário, noutros casos, parece haver a necessidade de compensação de carências afectivas.

A curiosidade, o desejo de correr riscos ou de agir contra as normas estabelecidas – a cultura, a escola e a sociedade – ou ainda, uma vontade invencível de emancipação, são outras tantas razões. Algumas jovens/adolescentes querem mesmo engravidar e serem mães devido a fortes razões de identidade psicológica.

Ainda de acordo com Almeida (*op. cit.*), raramente existe nelas um verdadeiro impulso amoroso ou sexual; a maioria ignora tudo sobre o sexo e quase nunca atinge o orgasmo. Se engravidam é por acaso, pois embora muitas conheçam meios anticoncepcionais não procuram tomar quaisquer precauções. Só excepcionalmente a gravidez/maternidade é planeada ou desejada, por necessidade de emancipação e de libertação da vida escolar ou então necessidade de possuir alguém que depende delas e a quem possam amar sem restrições.

Ao definirmos a sociologia com sendo a ciência que estuda os factos sociais, podemos perfeitamente enquadrar a maternidade na juventude/adolescência dentro do seu âmbito de estudo.

Segundo Émile Durkheim (*op. cit.*), “é um facto social toda a maneira de agir, fixada ou não, susceptível de exercer uma coerção exterior sobre o indivíduo; ou ainda, que é geral no âmbito de uma dada sociedade que tenha, ao mesmo tempo, uma existência própria, independentemente das suas manifestações individuais”.

Portanto iremos analisar a maternidade na juventude/adolescência, não enquanto um comportamento individual ou um caso particular, mas sim enquanto algo comum a grandes conjuntos de indivíduos e à sociedade no geral e que decorre da vida em comunidade.

1.2. Estudos Anteriores

As primeiras investigações sobre o tema surgiram nos finais da década de 60. Segundo Canavarro & Pereira (2001), estas investigações tinham subjacente a ideia da gravidez e da maternidade na juventude/adolescência como sendo sempre de alto risco, tanto para a jovem/adolescente como para o filho. Os primeiros trabalhos neste campo tinham uma perspectiva catastrofista sobre as implicações e consequências destes acontecimentos. Davam-nos quase sempre a imagem, caricatural, da jovem/adolescente mãe a seguir fatalmente o caminho em direcção à pobreza, insucesso escolar e perturbação emocional; posteriormente acompanhada do filho, com atrasos de desenvolvimento e vítima de maus-tratos.

Ainda segundo Almeida (1987), havia a tendência para encarar a jovem mãe como sendo uma pessoa mentalmente desequilibrada, sem preparação escolar, proveniente de classe social baixa e de uma família desagregada.

Com efeito, de uma forma geral, o quadro traçado à respeito da qualidade do comportamento parental das mães adolescentes fez emergir uma visão negativa da competência maternal, corroborando a ideia de que as mães adolescentes constituem um grupo em elevado risco de desenvolvimento de comportamentos parentais disfuncionais. O mesmo quadro negativo emerge quando se considera o desenvolvimento dos filhos de jovens/adolescentes, os quais também parecem estar em risco de situações problemáticas (Soares, Marques, Martins, Figueiredo, Jongenelen & Matos 2001).

Segundo as novas abordagens, a maternidade na juventude/adolescência revela-se um fenómeno multideterminado, com resultados desenvolvimentais muito diversos.

Efectivamente, em alguns dos estudos comparativos com as mães adultas e jovens/adolescentes não foram encontrados diferenças estatisticamente significativas; noutros, porém verificaram-se diferenças, com vantagens, ora para as mães adultas ora para as mães jovens/adolescentes, no desempenho das tarefas parentais (Soares & Jongenelen, in Soares *et al.* 2001).

O mesmo se verifica a respeito do desenvolvimento dos filhos de jovens/adolescentes.

Fish, Stifer e Belsky (In Oliveira 2005), investigaram o efeito da paridade sobre as atitudes maternas e comportamento da mãe na interacção mãe-bebé. Observaram que as mães múltiparas, relativamente às mães primíparas, apresentavam níveis mais elevados de auto-eficácia o que interferia positivamente na qualidade do comportamento interactivo estabelecido com o bebé. Estes autores verificaram que nos primeiros dias do puerpério, as mães primíparas eram menos eficientes do que as mães múltiparas nos cuidados prestados ao recém-nascido.

Os autores referem que as mães primíparas interrompiam mais vezes a mamada e estimulavam excessivamente o bebé, fazendo com que ele dispersasse a sua atenção, demorando mais tempo a mamar. Esta observação pode traduzir-se numa menor sensibilidade e menor adaptação aos sinais comportamentais do bebé, durante a interacção alimentar.

Mais recentemente, na linha da investigação que se detém na análise da variabilidade intra-grupo, é possível encontrar mães jovens/adolescentes que se mostram competentes no desempenho das suas tarefas maternas e bebés que apresentam uma trajectória desenvolvimental bem sucedida, enfatizando, deste modo, que as adolescentes são um grupo bastante heterogéneo em termos de adaptação à maternidade (Soares *et al.* 2001).

O grupo de grávidas/mães jovens/adolescentes é muito heterogéneo e o grande objectivo do seu estudo é, neste contexto, procurar encontrar os factores responsáveis pela diversidade e pelos recursos mais ou menos adaptativos. Isto é, encontrar os marcadores de risco, protecção e resiliência para a gravidez e maternidade durante esta fase do ciclo de vida (Canavarro e Pereira *op. cit.*).

Esta diversidade de perfis deve ser traçada e compreendida à luz das diferentes ecologias de vida destas mães, mais especificamente, a partir das suas características desenvolvimentais e idiossincráticas, dos sistemas familiares em que se encontram submergidas e das múltiplas transacções que estabelecem com o meio envolvente (Soares *et al.* 2001).

Muitos estudos têm sido feitos sobre as famílias das mães jovens/adolescentes. Uma grande parte chega-nos dos EUA.

Comparado com a Europa os EUA têm uma taxa muito mais elevada de gravidez e aborto entre os adolescentes. Estima-se que anualmente cerca de 1 milhão de adolescentes ficam grávidas nos EUA e destas cerca de 40% acabam por abortar (Corcoran *et. al.* 2000).

A nível da Europa o Reino Unido aparece como o único país em que a percentagem de mães jovens/adolescentes não diminuiu nos últimos 20 anos. Com cerca de 30 nascimentos por cada 1000 mulheres muito longe da média europeia que é de 11 nascimentos por cada mil mulheres.

De acordo com Chevalier & Viitanen (2003), o governo Britânico tem-se mostrado preocupado com as possíveis consequências a longo-prazo derivado do facto deste tipo de fenómeno estar muitas vezes ligado a um mau desempenho escolar, pobreza e dificuldades de plena inserção no mercado de trabalho.

Em África e na América Latina, 50% dos nascimentos ocorrem nas mulheres com menos de 20 anos sendo também neste grupo etário que ocorrem 25% dos segundos filhos e 10% dos terceiros filhos. Segundo o relatório do FNUAP¹ de 2001, o número de nascimentos por mil mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, é de 204 na região africana, enquanto que na Europa Ocidental é de 9. Ainda de acordo com o mesmo relatório, a prevalência do uso de qualquer método contraceptivo, na África Central, é de 10%, valor este que pode atingir 78% na Europa Ocidental.

Segundo Gonçalves (2005), as consequências desta situação são que por um lado, as mulheres ficam presas a um círculo vicioso de pobreza, fecundidade elevada, problemas de saúde diversificados e por outro, têm cada vez menos oportunidades de intervenção para que esta situação se altere.

¹ Citado por Gonçalves (2005)

Também se observou que, nos EUA, a maioria das jovens mães provêm de famílias com baixo nível socioeconómico e de habitações superpovoadas e promíscuas, o que os leva a passarem muitas horas fora de casa. É neste contexto que as adolescentes hispânicas e afro-americanas, cujos pais auferem baixos salários, são as mais propensas a se engravidarem na adolescência, e a abandonar o sistema escolar mais cedo nos EUA.

Porém, outras adolescentes provêm de famílias com melhor nível de vida, mas onde, em geral, o equilíbrio está alterado, ou por divórcio dos pais, ou pela ausência da figura de algum dos progenitores, mais frequentemente da figura paterna (Almeida 1987).

Este fenómeno social tem feito surgir alguns programas de prevenção e tem suscitado diversas investigações em áreas como a psicologia, medicina, serviço social e sociologia.

A sociedade tem assumido que a gravidez/maternidade é um problema feminino, e as investigações também têm reflectido este fenómeno.

A educação sexual e a informação contraceptiva são direccionadas sobretudo para as raparigas, ficando os rapazes à margem dos problemas que envolvem gravidez/maternidade e a sexualidade no seu todo. Daí que é necessário combater aquilo que o sociólogo Holandês Evert Ketting² designa de “irresponsabilidade do comportamento sexual nos rapazes”.

Ketting afirma que "os rapazes têm sido postos à parte no que respeita à informação, educação, orientação e serviços de aconselhamento no campo da sexualidade". As Clínicas de Planeamento Familiar muito contribuem para a desresponsabilização dos jovens homens, pois tornaram-se instituições eminentemente femininas. A pílula reforça igualmente esta ideia, porque proporciona às mulheres a possibilidade de se protegerem, independentemente do seu parceiro, referiu. Um problema que é preciso combater através da obrigatoriedade de educação sexual nas escolas, a formação de professores em sexualidade masculina, o desenvolvimento de

² Excertos do Seminário "Luas e Marés", sobre gravidez e maternidade na adolescência que decorreu na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa.

informação especialmente destinada aos rapazes e a criação de centros de informação específicos para o sexo masculino, concluiu o sociólogo.

No campo da educação sexual pode distinguir-se aquilo a que se chama informação sexual e educação sexual propriamente dita.

Segundo Nuno Miguel (in Almeida *op. cit.*), a informação sexual é objectiva, científica, racional, consciente, enquanto que a educação sexual é um processo que, além da informação sexual, tem outros componentes subjectivos, ideológicos e mesmo inconscientes. Diz-se que a informação sexual começa logo depois do nascimento, acompanhando as primeiras sensações da sexualidade oral. Seja como for, pensa-se que quanto mais cedo, melhor. Se se vão esperar pelas perguntas, as respostas pretendidas atingirão o alvo tarde demais. As interrogações acerca da sexualidade surgem na criança desde muito antes da idade escolar. Competiria aos pais tomar a iniciativa das primeiras conversas. A sua posição é ingrata, porque eles próprios não estão preparados para isso, têm conceitos confusos, não encontram as palavras próprias. Haveria, portanto, que iniciar programas de educação sexual para os pais. Na posse de mais conhecimentos, poderiam, então, os pais tomar a iniciativa.

As investigações sobre os efeitos da educação sexual têm trazido resultados contraditórios. Alguns investigadores têm defendido que a educação sexual implementado até ao momento tem trazido resultados negativos (nomeadamente incentivando os jovens a terem comportamentos sexuais de risco) enquanto que outros têm defendido o contrário.

Um estudo recente, levado à cabo por Joseph Sabia (2006), sugere que os investigadores que se opõem ao actual modelo de educação sexual têm razão quando defendem que o mesmo incentiva à prática de comportamentos de risco, (e que comprometem a saúde dos jovens), mas falham na forma como interpretam a relação de causalidade existente entre estes dois fenómenos. Por outro lado os investigadores que defendem a educação sexual nas escolas estão correctos quando afirmam que a educação sexual não encoraja necessariamente à prática de comportamentos sexuais de risco, mas também falham quando tentam quantificar os ganhos (principalmente em termos de saúde) da educação sexual nas escolas.

Em França (na década de 70), foi produzida, pela primeira vez, legislação para integrar a educação sexual nas escolas. No entanto, esta foi reduzida à mera informação biológica sobre a reprodução humana, com o pressuposto de que uma educação mais global entraria nas fronteiras da moral familiar, e, portanto, deveriam ser os pais a assegurar a orientação moral das condutas dos filhos, especialmente quando estas condutas são de tipo sexual.

Em Portugal, em 1984, foi aprovada pelo parlamento a lei 3/84 sobre o “Direito ao Planeamento Familiar e à Educação Sexual”. As associações de pais reagiram negativamente, firmando que se estava a pôr em causa os seus direitos no campo da orientação moral dos filhos. Segundo Duarte Vilar (in Gameiro 1994), por muitos anos, não foi possível implementar uma política de educação sexual porque os diferentes ministros da Educação recearam as atitudes das associações de pais.

No entanto, as sondagens de opinião, estudos e a observação empírica em actividades com pais mostram que esta atitude de obstrução não é maioritária. Que existem medos, mas que estes medos são agora centrados na possibilidade de não existência de educação sexual e de que os seus filhos cresçam num ambiente de ignorância sobre estes assuntos. A SIDA não fez mais do acentuar esta necessidade de educação sexual (Duarte Vilar *op. cit.*).

Segundo Fernandes (200?), é preocupante e bizarro constatar que numa época de grande divulgação dos anticoncepcionais, do planeamento familiar, de prevenção da SIDA, da informação diversificada (mass media, livros, revistas, vídeo, etc.), se assista, paradoxalmente, à existência de adolescentes que ainda engravidam. Não é demais avisar que é imperativa e essencial a abordagem da sexualidade humana aos jovens. São indispensáveis os apoios pluridisciplinares, inter-equipas e um trabalho em rede para pugnar determinadas questões de risco, como a gravidez/maternidade não desejada em adolescentes.

A comunicação e o diálogo sobre todos os aspectos de uma relação pais-filhos é hoje em dia muito valorizada pelos profissionais que lidam com as famílias e pelas próprias famílias (Sampaio 1993).

O modelo familiar socialmente prevalecente em Portugal é o da procriação dentro do casamento. A gravidez e a maternidade na adolescência rompem com o

modelo tradicional neomalthusiano (de contracepção) que é seguido em Portugal e emergem socialmente como problema (Fernandes 200?).

Em Cabo Verde, com a reforma do ensino levado à cabo na década de 90, foi introduzida a disciplina de Formação Pessoal e Social (FPS) com o objectivo de “facilitar ao aluno o entendimento dos valores fundamentais da sociedade em geral e sensibiliza-lo para os problemas da sociedade cabo-verdiana e da comunidade internacional”³.

Portanto cabe particularmente á FPS o ensino e a sensibilização dos alunos sobre as questões (predominantemente) de ordem moral onde se inclui, naturalmente a educação sexual, de forma que os alunos possam desenvolver atitudes esclarecidas face à sexualidade no seu todo.

De uma forma geral podemos afirmar que os professores (e a sociedade no seu todo) consideram que a escola é o lugar ideal para os alunos aprenderem um conjunto de temas relacionados com a sexualidade, mas tal vontade ainda não se encontra traduzida em planos pedagógicos bem integrados e de forma continuada

Porém, segundo as autoras do programa da referida disciplina, “A educação para os valores não se realiza somente através do ensino das disciplinas, mas também pelo modo como a Escola se relaciona com a comunidade e com os alunos, pela organização e distribuição dos espaços, por aquilo que elogia ou pune, isto é, pelo *curriculum*, na sua acepção mais ampla” (Nogueira e Gomes 1997).

Ainda segundo as mesmas autoras (*op. cit.*), há uma certa incoerência entre o que a Escola veicula através dos programas das disciplinas (*curriculum* formal), com o que ela deixa transparecer no seu relacionamento com os vários intervenientes e a comunidade em geral (*curriculum* implícito ou oculto). Este desfasamento constitui, naturalmente, um obstáculo ao desenvolvimento sócio-moral dos alunos.

Portanto, daí podemos concluir que o Ministério da Educação já começou a dar alguns passos no sentido da implementação da educação para os valores no sistema de ensino secundário, mas ainda muito falta por fazer.

³ Lei de Bases do Sistema educativo (Cabo Verde)

Num estudo realizado recentemente pela AZM (Associação Zé Moniz - Cabo Verde), em parceria com outras instituições estrangeiras, chegou-se à conclusão que em cabo Verde os adolescentes têm iniciado a sua actividade sexual bastante cedo. Os rapazes referem ter iniciado a vida sexual mais cedo do que as raparigas⁴.

Os dados do estudo indicam que a maior parte dos jovens terá iniciado as relações sexuais a partir dos 13 anos (42%) e uma parcela importante diz mesmo ter iniciado aos 11 anos (30%).

Entre as jovens cabo-verdianas, a nível nacional, cerca de 4% do abandono escolar deve-se ao facto de terem engravidado. Porém, o abandono escolar por ter engravidado atinge valores máximos nos grandes centros urbanos, sendo a cidade da Praia com 7% e Mindelo com 5%⁵.

Cerca de 46% das mulheres de 20-24 anos de idade tiveram seu primeiro filho antes dos 20 anos e, entre as mulheres de 45-49 anos, esta percentagem foi de somente 25%⁶. Em consequência deste facto, a idade mediana na época do nascimento do primeiro filho tem diminuído.

Uma de cada cinco jovens (20%) andava na escola quando engravidou pela primeira vez. Esta proporção diminui à medida que aumenta a idade da primeira gravidez. Apenas 45% destas jovens continuam a estudar depois do nascimento da criança. As principais razões por ter deixado de estudar foram “não ter com quem deixar o filho” (49%) e vergonha (16%).⁷

Cerca de 6% das jovens que tiveram uma gravidez, engravidaram quando tinham menos de 15 anos e, 46 % com idade compreendida entre os 15 e 17 anos⁸.

⁴ Relatório sobre a saúde e estilo de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário. 2005:Associação Zé Moniz, em parceria com algumas instituições portuguesas: Instituto de Higiene e Medicina Trópica; Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana da UTL e a Fundação Calouste Gulbenkian, etc.

⁵ Inquérito demográfico de saúde reprodutiva (1999).

⁶ Idem

⁷ Idem

⁸ Inquérito demográfico de saúde reprodutiva (1999)

De uma maneira geral, observa-se que a primeira relação sexual, tanto para os homens como para as mulheres em Cabo Verde, vem ocorrendo muito cedo, o oposto do verificado em relação à tendência da primeira união.

Portanto podemos considerar que é elevado número de mães jovens/adolescentes em Cabo Verde e a grande maioria delas tornam-se mães não como fruto de uma opção de vida mas como consequência da conjugação de fragilidades educativas e económicas, que consequentemente, as levam para uma situação de fragilidade familiar e social.⁹

Em Portugal, os dados recentes sobre as taxas de fecundidade em adolescentes com menos de 15 anos mostram que, até meados da década de 90, os valores se apresentavam oscilantes. A partir de 1995, observa-se uma tendência crescente, decrescendo ligeiramente somente a partir de 2000. Importa, no entanto, salientar que tratam-se de valores considerados elevados para estas idades.

Observou-se um decréscimo dos valores das taxas de fecundidade, em adolescentes dos 15 aos 19 anos, até à primeira metade da década de 90. A partir desta data, os valores têm mantido, no geral, uma estabilidade.¹⁰

As taxas de fecundidade têm em conta o número de nados-vivos por idades das mães. As mulheres podem, contudo, engravidar, mas dar à luz um nado-morto.

Assim, aprofundou-se o estudo relativo à quantidade de partos ocorridos em adolescentes, que tem em conta, não só os nados-vivos, como também, os nados-mortos. Esses valores permitem avaliar com mais rigor o fenómeno da gravidez em adolescentes.

A apreciação global dos valores percentuais, permite constatar, desde a década de 90, que os valores rondam os 0,08% de partos nas adolescentes com menos de 15 anos e em adolescentes dos 15 aos 19 anos, tem ocorrido uma diminuição de partos (ver anexo).¹¹

⁹ Fonte: Instituto da Condição Feminina (Cabo Verde).

¹⁰ INE, 1990-2002, Estatísticas Demográficas

¹¹ INE, 1990-2002, Estatísticas da Saúde

2. CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO GERAL

2.1. Breve resenha histórica

O arquipélago de Cabo Verde fica situado na costa ocidental do continente africano, mais precisamente a cerca de 500 quilómetros da costa do Senegal.

O país é constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, e tem uma área total de 4033 km² e cerca de 454.000 habitantes.¹²

Tudo indica que as ilhas encontravam-se desabitadas a quando da chegada dos navegadores portugueses, por volta de 1460. Contudo admite-se que a uma ou outra tivessem aportado, por motivos ainda não esclarecidos, povos africanos da orla marítima do continente fronteiro (Oliveira Marques in Lopes Filho 1983).

A actividade económica da população assentava em actividades comerciais e atingiu sobretudo o litoral, dando lugar a formas muito concentradas de povoamento, com o surgimento de duas cidades importantes: Ribeira Grande² na ilha de Santiago e S. Filipe na ilha do Fogo.

Desde cedo a população do arquipélago se viu flagelada pelas crises, durante os quais chegou a morrer mais de metade dos habitantes das ilhas.

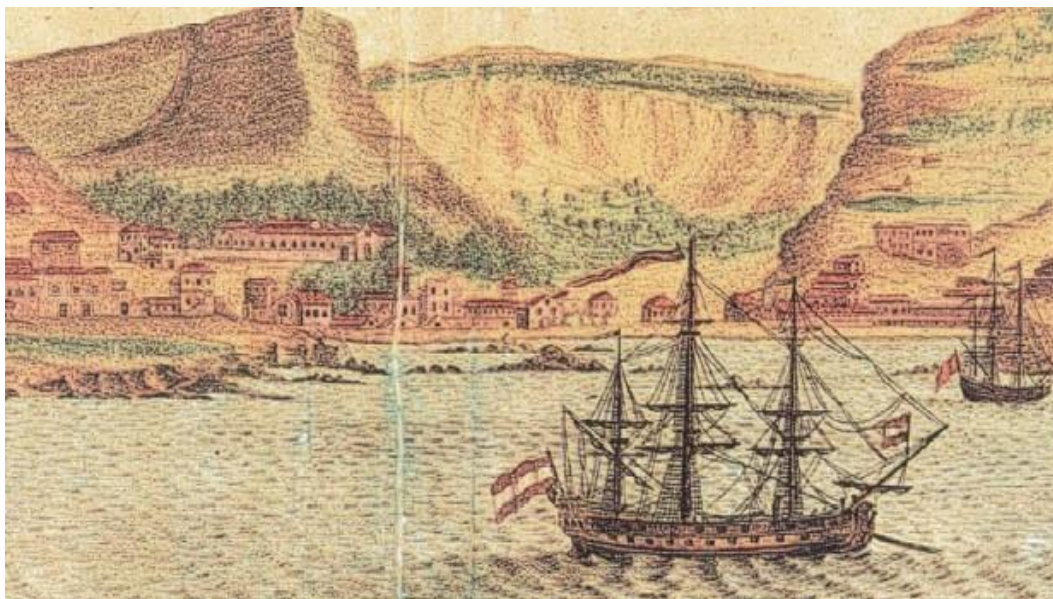
A história demográfica de Cabo Verde é marcada por grandes flutuações na população devido as mortalidades elevadas em resultado das condições adversas que ciclicamente provocam decréscimos populacionais. Nesta perspectiva a década de 40 do século passado foi marcante na história do arquipélago. A grande seca, provocou a chamada “*fome 47*” com todas as consequências inerente a uma situação desta natureza.

As secas, a natureza hostil, a fragilidade da economia são factores que desde sempre empurraram os cabo-verdianos a emigração em busca de melhores condições de vida e dignidade. Segundo o geógrafo Orlando Ribeiro (1997), “*As crises pela frequência e gravidade da sua incidência, longe de constituírem episódio fortuito, são um traço inseparável da vida das ilhas de Cabo Verde*”. Perante as dificuldades sentidas, alguns contentaram em permanecer nas ilhas, enquanto outros foram em

¹² Segundo o censo de 2000, disponível no sítio do Instituto Nacional de Estatística : www.ine.cv

² Actual Cidade Velha

busca de melhores dias noutros cantos do mundo. É a tristeza e a dúvida de “*Ter que partir e querer ficar*” de que tanto se trata na literatura cabo-verdiana. O cabo-verdiano assumiu-se assim como um povo migrante.



Cidade de Ribeira Grande de Santiago século XVI (Berço de Cabo-verde)¹³

¹³ Fonte: http://cabo-verde.vozdipovo-online.com/historia/informacoes/a_cidade_velha - retirado em 15-10-2007

2.2. As bases da cultura cabo-verdiana

As ilhas de Cabo Verde, segundo reza a história, eram desabitadas quando foram descobertas por navegadores portugueses no século XV. O povoamento das ilhas foi feito por indivíduos provenientes da Europa (maioritariamente portugueses) e também do continente africano (principalmente da costa ocidental do continente). Portanto Cabo Verde acabou por ser um ponto de encontro de culturas.

Dadas as peculiaridades decorrentes da colonização e ainda do ambiente físico em que se processou o caldeamento étnico-cultural e como evoluíram as populações do arquipélago, surgiu, assim uma rica diversidade somática a caracterizar os diversos tipos de mestiços espalhados pelas ilhas, mas todos com o mesmo substrato cultural e sentimental (Semedo e Turano 1995; Lopes Filho 1981).

Portanto os colonos brancos acabam por ter filhos com escravas negras, o que segundo Lopes Filho (*op. cit.*), facilitou as relações de aculturação e proporcionou condições para a formação no arquipélago de uma sociedade baseada na mestiçagem. A intensa miscigenação e inter-penetração cultural aceleram os fundamentos psicossociais da transculturação que se processou no arquipélago, com a adaptação de características e valores dos povos que lhes deram origem – Europeus e Africanos.

Influências árabes e judaicas, assim como de outras remotas origens, que já se faziam sentir na própria península Ibérica e na África Setentrional, terão também, obviamente, alguma significação no processo transcultural que marcou profundamente a cultura cabo-verdiana (Pereira 2005).

Devido às óbvias dificuldades em mencionarmos todos os contributos, (europeus e africanos), procuraremos ao menos fazer referencia aos elementos mais representativos da temática em questão.

Nós encontramos influência europeia na organização das instituições administrativas, na religião,¹⁴ na arquitectura das casas, urbanismo, gastronomia, língua etc. Também ainda encontramos muitos traços culturais africanos em cabo

¹⁴ Cerca de 95% da população professa a religião católica. Os restantes 5% são membros de diferentes igrejas protestantes.

verde nomeadamente: na musica, na dança, também na língua¹⁵, gastronomia etc. Mas regra geral encontramos influencias de ambas culturas em todos os domínios.

É dessa mistura e dos condicionalismos ambientais próprios das nossas ilhas que surgiu a identidade cabo-verdiana.



Pelourinho – Ribeira Grande de Santiago¹⁶



Ruínas da antiga Catedral de Ribeira Grande de Santiago¹⁷

¹⁵ O crioulo de Cabo verde é uma mistura do português e de línguas africanas. Ela surgiu para facilitar a comunicação entre os portugueses e africanos que povoaram o arquipélago.

¹⁶ Fonte: http://cabo Verde.vozdipovo-online.com/historia/informacoes/a_cidade_velha - retirado em 12-12-2007

¹⁷ Fonte: http://cabo Verde.vozdipovo-online.com/historia/informacoes/a_cidade_velha - retirado em 12-12-2007

2.3. Situação Económica

Cabo Verde conheceu, desde a independência (1975), períodos de forte crescimento económico, com uma desaceleração entre 1988 e 1991. Em 1992 a economia retoma o ciclo de crescimento, a níveis dos melhores anos da década de 80, ciclo esse, que não obstante uma quebra em 1996 e 1997, perdurou até finais da década de 90. A partir de 1991 o país conheceu profundas transformações políticas com a realização das primeiras eleições livres e pluri-partidárias.

Trata-se de um país praticamente desprovido de recursos naturais e fortemente dependente das ajudas externas, nomeadamente, ajuda pública ao desenvolvimento, investimento directo estrangeiro, etc.

Profundas transformações económicas ocorreram, com a opção por uma economia de mercado de base privada, as reformas do sector empresarial do Estado do sistema fiscal, do sistema financeiro e da administração financeira do Estado criando ambiente empresarial cada vez mais favorável, promovendo o investimento directo estrangeiro e, de uma maneira geral, conferindo novo papel ao sector privado.

De acordo com Poirine (in Ferreira 2005), como Cabo Verde enquanto uma pequena economia insular, depende do que vulgarizou-se chamar “motor externo”, ou seja, das rendas que conseguirá obter no exterior da sua economia, já que internamente tal não tem sido possível. E quanto menor for essa economia mais ela deverá se abrir no sentido de procurar captar as receitas que lhe permita atingir novos patamares de desenvolvimento económico e social.

Uma das actividades que o governo tem recentemente preconizado como alternativa de desenvolvimento é o turismo. No entanto, segundo Ferreira (*op. cit.*), esta actividade é particularmente exigente em termos da existência de infraestruturas e transportes adequados para o seu desenvolvimento.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Cabo Verde em 1999 se encontrava na posição número 105 entre 174 países. Em 2000 ascendeu ao 91º posto em virtude dos indicadores sociais relativamente favoráveis. Actualmente o país se encontra novamente na posição 105. mas de uma forma geral o país evolui positivamente de 1990 até hoje.

Estes indicadores determinaram que Cabo Verde vai deixar, muito brevemente, de pertencer ao grupo de países menos avançados para integrar o de desenvolvimento médio. Esta mudança representará um grande desafio para o país pois determinará que o acesso ao crédito junto de instituições estrangeiras irá ocorrer em condições menos favoráveis.

2.4. Características da população

Do ponto de vista demográfico, a população cabo-verdiana caracteriza-se por um forte crescimento (2,5% por ano), corolário de uma fecundidade elevada, uma mortalidade relativamente fraca e uma emigração em progressiva diminuição.

Segundo as projecções demográficas realizadas com base no recenseamento de 1990, Cabo Verde tinha, em 1998¹⁸ cerca de 417000 habitantes, dos quais, 218000 mulheres e 199000 homens. Essa população caracteriza-se ainda por uma distribuição geográfica irregular. Cerca de 80% da população vive nas ilhas de Santiago, S. Vicente e Santo Antão. A população cabo-verdiana é muito jovem. Cerca de 65 cabo-verdianos em cada 100 tem menos de 24 anos; cerca de 8% da população tem 60 anos e mais. Cerca de 27% da população tem entre 25 e 60 anos. A pirâmide etária reflecte uma profunda desestruturação resultante da forte emigração passada. Este fenómeno concorre para o rejuvenescimento acentuado da população. O que potencia forte pressão sobre os serviços sociais e económicos.

Em 1995, a esperança de vida à nascença era de 71,3 anos para as mulheres e 65,7 anos para os homens.

No domínio da educação avanços consideráveis são já visíveis com a implementação da reforma do sistema de ensino e luta contra o analfabetismo. A educação é um sector eleito como prioritário. Cabo verde tem uma elevada cobertura escolar (com uma taxa bruta de escolarização de 64% para as mulheres e 81% para os homens, em 1995). A nível do ensino básico integrado, em 1998, cerca de 97% dos rapazes e 96% das meninas em idade escolar encontravam-se a frequentar o sistema de ensino.

A situação da mulher é marcada, pelo forte desequilíbrio do rácio de masculinidade, com 91,3 homens por cada 100 mulheres, devido essencialmente à predominância da emigração dos homens. A mulher desempenha um papel importante na família cabo-verdiana, nomeadamente do ponto de vista do emprego. Cerca de 41% das famílias a nível nacional e 62% das famílias rurais são chefiadas por mulheres.

¹⁸ Inquérito demográfico de saúde reprodutiva (1999).

No plano da equidade social entre os sexos, avanços notórios se realizaram no sentido do reforço das capacidades e do poder da mulher, assim como no sentido de uma progressiva responsabilização dos homens.

Constata-se uma evolução visível da representatividade das mulheres, no seio dos órgãos de decisão do aparelho de Estado. Porém, na mira do desenvolvimento equilibrado, a mulher continua insuficientemente integrada no processo de decisão, constituindo a maioria das categorias sociais menos favorecidas.

2.5. Situação sócio-sanitárias

Em cabo verde, o crescimento demográfico e a desertificação contribuíram fortemente para a progressiva degradação do ambiente e o aumento da pobreza reforçada pelo êxodo rural cada vez mais massivo. Desemprego é o principal problema social do país, atingindo cerca de 25,7%¹⁹ da população. O seu carácter essencialmente estrutural, resulta da fragilidade do tecido económico, do declínio do sector agrícola provocado pelo processo de desertificação, do crescimento demográfico e da emigração que tem funcionado como válvula de segurança.

No domínio da saúde grandes mudanças têm ocorrido nos últimos anos. Se durante o 1º governo se teve de fazer face ao quase deserto sanitário herdado do período colonial, obrigando a um desdobramento dos escassos recursos disponíveis e a uma concentração de esforços num limitado número e frentes de resposta à situações calamitosas, já o segundo governo teve a oportunidade de lançar as bases humanas e materiais dos serviços de saúde²⁰. Actualmente há um conjunto de novas infra-estruturas sanitárias construídas ou em construção por todos os concelhos do país, número de médicos e enfermeiros aumentou significativamente e novos serviços entraram em funcionamento recentemente.

Por outro lado, também o orçamento do Estado para a área da Saúde²¹ tem aumentado gradualmente, o que tem permitido assegurar as condições para o desenvolvimento de serviços e execução de projectos estruturantes, bem como o empenho na busca de recursos para mais investimentos, onde será também fundamental a comparticipação dos cidadãos nos elevados custos da saúde.

No que respeita à saúde reprodutiva, progressos significativos foram conseguidos, em matéria de redução da fecundidade. A Taxa de Fecundidade Total (TFT) é actualmente de 4,0 filhos por mulher, e a prevalência contraceptiva de todos os métodos atingiu 36,7%²². A situação não é boa no caso do SIDA cuja prevalência multiplicou por 3, num período de 4 anos, passando de 9,37 em 1994 a 28,4 por 100.000 habitantes em 1998²³.

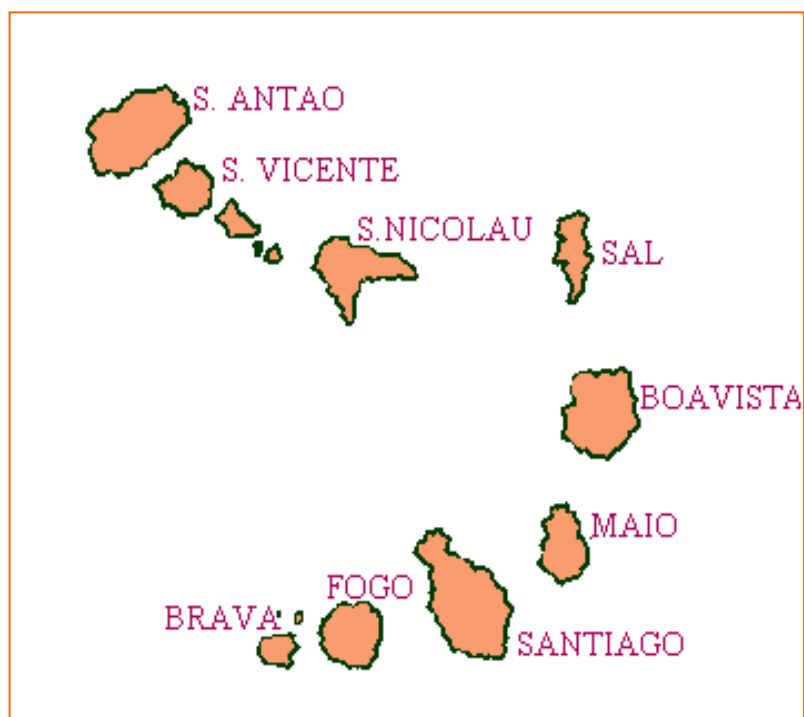
¹⁹ 3º Trimestre de 1999.

²⁰ Ver Sistema de Saúde Caboverdiano: 15 anos ao serviço da população.1990: Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais

²¹ Cerca de 9% - Fonte: OGE/2005.

²² Inquérito demográfico de saúde reprodutiva (1999).

²³ Ministério da Saúde, Programa Nacional de Luta contra o SIDA.



O arquipélago de Cabo Verde

3. CIDADE DA PRAIA: BREVE CARACTERIZAÇÃO

O Concelho da Praia está localizado na vertente Sul e Sudoeste da ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago, e o seu território cobre uma área de 258,1 Km².

Este Concelho esteve no centro de todo o processo de povoamento e evolução do arquipélago, tanto a sede da Capitania-donatária de Ribeira Grande como a de Alcatrazes estiveram ligadas ao que actualmente forma o Concelho da Praia e, acima de tudo a Cidade da Praia, a capital do arquipélago desde o século XIII é a herdeira histórica da Vila de Alcatrazes numa primeira fase e posteriormente da Ribeira Grande, tendo-se assumido em 1858 a categoria de Capital de Cabo Verde (Correia e Silva²⁴).

Segundo dados oficiais, a Cidade da Praia tem actualmente um total de 106052 habitantes, repartido entre 51158 homens e 54894 mulheres.

A evolução dessa população da Praia tem vindo a seguir a trajectória seguinte:

POPULAÇÃO DA CIDADE DA PRAIA (EVOLUÇÃO)

<i>ANO</i>	<i>POPULAÇÃO</i>
1841	2500
1860	2500
1930	5000
1940	18208
1950	17179
1960	24872
1970	39991
1980	57748
1990	71276
2000	106052

Fonte: INE: Censo/2000

²⁴ Retirado de: http://www.cmpraia.cv/praias_numeros.html - em 5/01/07

Portando podemos constatar que nos últimos 20 anos a população da cidade da Praia praticamente duplicou, o que veio levantar problemas acrescidos em matéria de ordenamento do território, planeamento urbanístico, saneamento urbano, construção clandestina em termos que constitui hoje objecto de grande preocupação (ver anexo).

O Concelho da Praia inclui actualmente três freguesias: A freguesia de Nossa Senhora da Graça com uma população de 97.305 habitantes; a Freguesia do Santíssimo Nome de Jesus, com uma população de 4.004 habitantes e a Freguesia de S. João Baptista com uma população de 4.743 habitantes, totalizando, assim, 106.052 habitantes, com uma densidade populacional de 410.9 h/k², dividida em 94.757 para a área urbana e 11.295 para a área rural (ver anexo)²⁵.

O crescimento espontâneo da Cidade Capital, ganhou uma dinâmica interna como centro administrativo, cultural e comercial enquanto maior centro urbano do País. As reivindicações são cada vez mais acutilantes.

A perspectiva evolutiva da população residente indica-nos que, se se mantiver a actual rácio da população da cidade da Praia com o resto da ilha de Santiago, em 2010 esta população passará de 106052 para 145242, o que corresponderá a um aumento de 37% da actual população da Praia (ver anexo).

No entanto, a administração urbana não tem sido capaz de garantir o saneamento e abastecimento d'água e energia, e de construir atempadamente os equipamentos e as infra-estruturas básicas; apesar das grandes carências, a dinâmica interna da cidade, a relação com o espaço rural e os centros secundários da maior ilha permite um nível de funcionamento que transforma a Praia no maior centro de negócios do país, atraindo quadros das outras ilhas, instalação de sedes e filiais de negócios importantes e progressivamente num pólo de emigração da África Ocidental.

Verifique-se que apesar do aspecto caótico com a maioria dos bairros sem pavimentação, o comércio vem-se modernizando e o tecido industrial se consolidando.

A função de capital, e a dimensão da cidade com cerca de 25% da população residente no país, constitui actualmente um importante trunfo da Praia, enquanto espaço de negócios e potencialidade de desenvolvimento.

²⁵ Para mais informações ver: Anteprojecto de estatuto especial para a Cidade da Praia. 2003; no sítio: www.cmp.cv



Vista geral da Cidade da Praia

4. A PROBLEMÁTICA DA JUVENTUDE E DA ADOLESCÊNCIA

A cultura juvenil se refere a práticas culturais de membros desse grupo de idades através dos quais expressam a sua identidade e demonstrando os seus sentidos de pertença a um grupo particular de jovens. A distinção em relação a cultura dominante (adulta) e a sua coerência interna ajuda a definir a personalidade dos seus membros.

Para falamos de juventude convém primeiramente distingui-lo do conceito de adolescência dado que são dois conceitos muito próximos.

A adolescência é um período de vida que começa com a maturação biológica durante o qual as pessoas passam por uma série de “tarefas de desenvolvimento” causados por muitas mudanças físicas e biológicas, mudanças cognitivas e mudanças sócio-emocionais. Ela começa por volta dos 10 a 13 anos e termina por volta dos 18 a 20 anos, dependendo dos condicionalismos culturais e educacionais (Mesquita & Duarte 1996).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a adolescência baseada no aparecimento inicial das características sexuais secundárias para a maturidade sexual, pelo desenvolvimento de processos psicológicos e de padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta, e pela transição de um estado de dependência para outro de relativa autonomia. Portanto a transitoriedade nos aspectos físicos e psicológicos está presente como elemento inerente. Mas não se pode deixar de considerar que a forma de inserção da adolescência na vida social adquire formas e importâncias diferenciadas ao longo da história.

Nas raparigas, a adolescência é sinalizada pela ocorrência da menarca, a primeira menstruação. Isto acontece simultaneamente com o desenvolvimento dos seios, geralmente pelos treze anos, embora não seja de estranhar que tal suceda aos dez ou aos dezasseis anos.

Por outro lado, a adolescência nos rapazes não se apresenta com um critério tão bem definido. Se utilizarmos índices como o aparecimento dos pelos púbicos, a

primeira ejaculação ou aumento do tamanho do pénis e dos testículos, a adolescência dos rapazes geralmente começa entre os onze e os dezassete anos.

Segundo Sprinthall & Sprinthall (2001), a menarca pode ser um acontecimento traumático na vida de uma rapariga que não esteja psicologicamente preparada. Isto é particularmente verdade para as raparigas com maturidade precoce. Contudo, a rapariga que está segura da sua identidade sexual e teve apoio e informação por parte de um adulto, poderá sentir-se orgulhosa da sua primeira menstruação. Portanto a rapariga cujos pais a prepararam para esta nova experiência sente-se menos ansiosa pela sua menarca.

Ainda segundo Sprinthall & Sprinthall (*op. cit.*), o desenvolvimento dos seios também tem grandes implicações psicológicas particularmente na cultura ocidental. Nos países ocidentais dá-se uma especial relevância aos seios. A popularidade de muitos concursos de beleza e anúncios publicitários de roupas íntimas, como por exemplo os *soutiens*, e os olhares indiscretos de homens de todas as idades confirmam esta afirmação.

Os rapazes que atingem a puberdade relativamente tarde sofrem problemas psicológicos por uma série de razões. Os rapazes com maturação tardia tendem a ser mais baixos e fisicamente mais fracos do que os que têm uma maturação precoce.

O tamanho do pénis constitui também uma grande preocupação para rapazes adolescentes. O rapaz com pénis pequeno é muitas vezes ridicularizado pelos colegas e a sua masculinidade é também posta em causa.

Um dos grandes problemas da definição do conceito de adolescência é a delimitação etária deste período de vida, pois diferentes contextos culturais, geográficos, condições económicas e o género, acabam por ser factores condicionantes de peso. Podemos encontrar grandes diferenças mesmo entre indivíduos pertencentes a um mesmo meio.

Segundo a psiquiatra Marie-Christine Cabie (1999) a verdade é que a adolescência está ligada a um facto biológico. Mas muitas vezes tem-se a tendência para considerar que a adolescência apresenta uma espécie de “natureza” que lhe seria própria e conviria estudar enquanto tal, independentemente de qualquer contexto histórico, social e familiar. Muitos chegam mesmo ao ponto de procurar uma norma de comportamento do adolescente.

Por outro lado o conceito de juventude é bem mais amplo dado que abarca um período de tempo maior do que a adolescência e se trata de uma construção mais social do que biológica.

A noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes “problemas sociais” daí derivados – dos tempos de passagem que hoje em dia continuam a caracterizar a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida* (Pais 1970).

Alguns autores até preferem utilizar a expressão *jovens-adultos*, dado que consideram o termo *jovem* demasiado extenso e não adequado ao que se observa hoje em dia. Isto porque se trata de indivíduos que por vezes evidenciam comportamentos típicos de adultos e noutras circunstâncias evidenciam atitudes que os aproximam dos adolescentes.

O grupo de pessoas que são incluídas na categoria da juventude varia de acordo com os diferentes contextos culturais em que os mesmos foram definidos. Nas sociedades ditas primitivas os rituais de iniciação são feitas na altura da puberdade e marcam a passagem directa ao estado de adulto.

Durante os anos 20 do século passado, Margaret Mead conduziu um estudo centrado no grupo de raparigas entre 10 a 20 anos de idade em três tribos diferentes das ilhas Samoa. O seu objectivo era procurar descobrir em que ponto a passagem da infância para a idade adulta nas ilhas Samoa diferia do que era prática nos Estados Unidos. Mead descobriu que, nas ilhas Samoa a passagem para a idade adulta se efectuava de uma forma tranquila, sem os dramas e conflitos característicos da sociedade Norte Americana.

Assim, de acordo com Denys Cuche (2003), a personalidade, segundo Mead, não se explica por caracteres biológicos mas pelo modelo cultural particular de uma dada sociedade que determina a educação da criança. Desde os primeiros instantes de vida, o modelo impregna o indivíduo, através de todo um sistema de estímulos e de interditos, formulados ou não explicitamente, o que o leva, uma vez adulto, a obedecer de modo inconsciente aos princípios fundamentais da cultura.

A anomalia psicológica, presente e estigmatizada em qualquer sociedade, explica-se do mesmo modo, não em termos absolutos (universais) mas em termos

relativos, como sendo a consequência de uma inadaptação do indivíduo dito “anormal” à orientação fundamental da sua cultura.

Na mesma época que Margaret Mead, Ruth Benedict escolhe orientar as suas investigações na definição dos “tipos culturais” que se caracterizam pelas orientações gerais e pelas selecções significativas que fazem entre todas as escolhas possíveis à partida. Portanto, para Ruth Benedict os tipos culturais não existem em número ilimitado. Cada cultura oferece, assim, aos indivíduos um “esquema” consciente para todas as actividades da vida.

Na década de 1960 assistiu-se também a numerosos casos generalizados, envolvendo milhares de jovens, em muitas ocasiões e muitos países. Em cada caso podem decerto apontar circunstâncias específicas que actuaram como detonador. Assiste-se a uma massificação dos jovens, arregimentados em cada vez maior número, nas sociedades industriais e urbanas, em liceus e universidades que não se mostram aptos a corresponder às suas aspirações profundas.

Os jovens dispõem hoje de uma margem de liberdade que utilizam à sua maneira, no quadro de projectos ou de estratégias pessoais. Este período é para eles uma fase da vida feita de múltiplas experiências mais ou menos marcantes. Experiências de solidariedade e de conflito, de submissão à autoridade e de contestação, de respeito e de questionamento das regras e dos princípios da escola (Quivy & Campenhoudt 1998).

Ainda segundo Quivy & Campenhoudt, aquilo que é um insucesso para um adulto pode não ser mais do que uma experiência interessante para o jovem. O insucesso pode ser quer uma experiência interessante numa estratégia ou num projecto pessoal, quer a manifestação da recusa de um sistema autoritário e ultrapassado, no qual os repetidos fracassos constituem a estratégia mais racional para ser rejeitado.

Daí que os jovens já não podem ser considerados sujeitos passivos de uma formação concebida inteiramente dominada pelos adultos. Isto porque os jovens manifestam-se cada vez mais como sujeitos activos, com os seus próprios sistemas de valores e capazes de fazer escolhas diferentes das dos adultos.

É neste sentido que a vida do nosso tempo ajudou a criar uma situação objectiva capaz de fazer emergir nos meios urbanos e industriais um fenómeno de classe de idade, impulsionado por uma sub-cultura característica (Barata 1991). Na

sociedade contemporânea, os jovens revelam e reclamam uma capacidade de intervenção, decisão e influência em numerosos domínios nos quais ditam modos de comportamento.

Segundo José Machado Pais (*op. cit.*), existem duas grandes tendências na abordagem da juventude:

1. Na primeira a juventude entendida como conjunto social cujo principal atributo é de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma faixa etária, prevalecendo a busca de aspectos mais uniformes e homogéneos que caracterizam esta fase da vida, aspectos que constituem uma cultura específica de uma geração definida em termos etários.
2. No segundo a juventude é entendida como sendo um grupo social diversificado, perfilando diferentes culturas juvenis, em função de diferenças ao nível da classe social a que pertencem, diferente situação económica, diferentes interesses, etc.

Ainda segundo Pais (*op. cit.*), os jovens de diferentes condições sociais vivem, certamente, problemas semelhantes no processo de transição para a vida adulta, mas vivem-no de maneira muito diferente.

- Duas orientações axiológicas principais parecem polarizar os jovens quando analisámos as suas trajectórias, os seus horizontes temporais e os seus projectos:
 1. Uma marcada por estratégias de mobilidade social ascensional, orientada para o futuro, conducentes a um processo de integração social

(do ponto de vista familiar e profissional) em consonância com “estilos” de vida devidamente expectativados.

2. Outra, mais orientada para uma reivindicação de um futuro instantâneo, para o usufruto do presente, do desfrute do quotidiano, não sendo tão valorizados os riscos de estigmatização ou relegação social.

Os jovens que apostam em estratégias de mobilidade (social ascensional) privilegiam o tempo futuro em detrimento do presente. Têm uma noção do tempo relativamente aberta, porque o que mais enfatizam é o futuro. Os outros têm uma noção mais fechada e cíclica do tempo – tempo de repetição, ritualidades ligadas fundamentalmente à convivialidade ou às rotinas diárias.

Neste trabalho optamos pela utilização do termo jovens/adolescentes, porque a opção por apenas um dos dois conceitos não nos parece adequado aos objectivos do nosso estudo.

O conceito de adolescência é muito restrito dado que (apesar de abarcar totalmente a faixa etária que pretendemos estudar) se refere essencialmente a questões de natureza física e biológica (Mesquita & Duarte 1996).

Por outro lado o conceito de juventude, apesar de ser uma construção de carácter social, é demasiado extenso e não adequado ao nosso objectivo de estudo. Isto porque pretendemos trabalhar apenas com indivíduos com menos de 20 anos de idade.

Uma fusão dos dois conceitos ajudar-nos-á a definir com maior clareza o nosso objecto de estudo. Porque, por um lado, iremos trabalhar com indivíduos que se encontram em plena fase de desenvolvimento físico e emocional, e por outro lado do ponto de vista social também já não são propriamente crianças.

5. OS CONCEITOS DE GRAVIDEZ E MATERNIDADE.

A maioria das vezes pensa-se na gravidez e na maternidade como acontecimentos de vida. “Ela está grávida”, já foi mãe, são expressões que utilizamos frequentemente e que apenas remetem para o ponto inaugural destes percursos. A gravidez transcende o momento do parto. Mais do que acontecimentos são processos (Canavarro 2001, Oliveira 2005).

Embora os conceitos de gravidez e maternidade se encontrem muitas vezes associados, representam realidades distintas que, se do ponto de vista físico é possível não serem coincidentes (pensemos nas mães com útero de aluguer e nas mães adoptivas) do ponto de vista psicológico, a possibilidade de divergência nas suas vivências pode facilmente ocorrer.

Todos sabemos que o facto de uma mulher estar grávida, infelizmente, não assegura a posterior realização adaptativa das tarefas maternas. Nas palavras de Isabel Leal (in Canavarro *op. cit.*) “a maternidade requer mais do que desejar ter um filho se deseje ser mãe”.

De facto, segundo Dias & Lopes (2003), a maternidade pode ser concebida como uma construção sócio-histórica que transcende a pura questão biológica, e como tal pode ser pensada a partir do referencial de estudo da representação social.

Durante a gravidez e a maternidade é esperado que a mulher e os futuros pais efectuem grandes ajustamentos intra e inter-pessoais. As novas responsabilidades associadas às exigências que ocorrem neste período de vida podem afectar, significativamente, o nível de funcionamento dos indivíduos, as relações conjugais e o padrão de interacção com o recém-nascido, podendo ser exibidos níveis de adaptação variados, no confronto com estas tarefas desenvolvimentais não-normativas (Passino *et al.* 1993 in Soares *et al* 2001).

Segundo Oliveira (*op. cit.*), as mudanças ocasionadas por este processo requerem respostas cognitivas, emocionais e comportamentais que habitualmente, sobretudo no caso de um primeiro filho, não integram o repertório comportamental da mulher, exigindo adaptações específicas.

Para a antropóloga Sheila Kitzinger (1978), o nascimento do primeiro filho é quase invariavelmente uma crise para os pais, em termos das suas próprias emoções e do seu sentido de enorme desafio que têm de enfrentar. Segundo a referida autora, “na actual sociedade ocidental industrializada a futura mãe pode nunca ter tocado num

recém-nascido, ou mesmo nunca ter visto nenhum. O aspecto e as necessidades de um bebé podem parecer-lhe tão misterioso como a criação de pandas gigantes. Provalmente ela terá lido um artigo ocasional numa revista e terá visto uma ou outra fotografia, mas está plenamente consciente de que, tendo um bebé, vai começar a fazer algo que desconhece totalmente. Pode procurar a mãe para obter informações mas muitas vezes isto é impossível numa sociedade altamente móvel em que o casal que constitui família pode estar a centenas de quilómetros de casa dos futuros avós”.

Daí que, a um nível intrapessoal, a jovem mãe necessita de reavaliar e reestruturar a sua própria identidade para incorporar os novos papéis sociais inerentes à maternidade; a um nível interpessoal precisa de reorganizar todo o contexto relacional, nomeadamente, a relação conjugal, a relação com a família de origem e a construção da relação com o bebé, variável central do presente trabalho.

Segundo Moscovici (in Dias & Lopes *op. cit.*), as representações sociais são uma modalidade específica de conhecimento que tem por função a elaboração e comunicação entre os indivíduos, nas quais o desconhecido torna-se familiar e o imperceptível perceptível. Elas se formam a partir das interações do indivíduo com a sociedade, promovendo transformações recíprocas. Essa forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, oferece possibilidades de construção de uma realidade comum a um conjunto de pessoas. Não há uma divisão entre elementos individuais e colectivos de uma representação, uma vez que toda representação tem sua origem na interacção social dos indivíduos com a sociedade

De acordo com modelos transaccionais do desenvolvimento humano, a relação que se estabelece entre a mãe e o bebé desenvolve-se como um sistema de natureza transaccional, em que cada elemento tem o potencial de influenciar o outro. Os factores e mecanismos relacionais são considerados, conjuntamente com os biológicos, como os mais importantes sistemas reguladores do desenvolvimento do indivíduo (Sameroff, in Oliveira 2005).

De uma maneira geral, tende-se a pensar no amor materno como algo instintivo, como uma tendência inata das mulheres. Contudo, as atitudes maternas, bem como o papel de mãe, têm se modificado com o decorrer da nossa história, o que pode nos levar a pensar a maternidade como um comportamento social, que se ajusta a um

determinado contexto sócio-histórico (Badinter in Dias & Lopes 2003; Ex, & Janssens, 2000):

As mães que não têm uma percepção positiva dos seus bebés apresentam maiores dificuldades em responder às necessidades da criança, tornando-se mais difícil a interacção. Estas dificuldades podem afectar a sincronização emocional e comportamental entre o bebé e a mãe, comprometendo o desenvolvimento futuro da criança (Oliveira *op. cit.*).

Por outro lado, a gravidez é um processo que corresponde a um período, que medeia a concepção e o parto, de cerca de 40 semanas, é portanto bem definido temporalmente.

O conceito de maternidade perpassa a questão da imagem da criança ao longo dos séculos. Segundo (Dias & Lopes *op. cit.*), foi na França do século XVIII que começaram as transformações na imagem da maternidade. Nesse período, as mulheres iniciaram um movimento de mudança que as levou a buscar novos espaços e ambicionar novos horizontes. Assim, os filhos poderiam representar uma ameaça à sua liberdade. É também nesse período que a criança passou a ter um lugar mais privilegiado na família (Áries 1981). A família distanciou-se da sociedade e confinou-se, cada vez mais, em uma vida particular.

O século XVIII, mais precisamente em seu último terço, foi marcado por uma revolução de mentalidades e por uma reformulação da imagem de mãe, de seu papel e de sua importância. A mãe passou a ocupar um outro lugar na família, relativizando o poder paterno, até então exclusivo. Como reacção a essas novas ideias, surgiram diversas publicações que recomendavam às mães que cuidassem pessoalmente de seus filhos e que fossem mães antes de tudo, surgindo daí o mito do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe por seu filho, que é bastante contestado por Badinter (in Dias & Lopes *op. cit.*).

Na verdade, três discursos foram necessários para que as mulheres “voltassem a conhecer a doçura do amor materno e para que seus filhos tivessem maior probabilidade de sobrevivência: um alarmante discurso económico dirigido aos

homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e um discurso exclusivo às mulheres”.

Surgiu, então, a ideia do amor-amizade como base das relações entre os casais; a mulher “transformou-se” numa pessoa doce e sensata, de quem se esperava comedimento e indulgência. A nova mãe amamentava seu filho por seu próprio prazer, tendo como recompensa uma infinita ternura. A mãe passou a ter, então, cada vez mais responsabilidade pela felicidade e infelicidade dos filhos.

Nessa concepção de maternidade, o amor de mãe estaria na origem da criação do ninho afectivo (Badinter in Dias & Lopes *op. cit.*). O bebé e a criança passaram a ser objectos privilegiados da atenção materna, e a mulher passou a sacrificar-se para que seu filho vivesse junto dela.

O “enaltecimento” da maternidade que se verifica, notadamente a partir dos séculos XVIII e XIX têm suas raízes na necessidade de fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica. Para Catharino & Giffin (2002), esta é uma estratégia extremamente funcional ao sistema capitalista que, numa manobra de grande astúcia, abdica de se opor ao poder familiar, aliando-se a ele e delegando às mulheres a criação dos filhos da “nova ordem”. Note-se que, no entanto, tal manobra não dispensa a supervisão e orientação do poder médico, que junto aos pedagogos e moralistas da época irá arbitrar sobre a adequação ou não da mulher à maternidade. Tal ingerência sobre sua saúde reprodutiva é permeada por prescrições e proscricções, que não tardarão a abarcar também sua sexualidade, que passa a ser alvo dos discursos científicos da época.

A partir do século XIX, então, surgiram testemunhos de progresso no aleitamento materno e de uma maior dedicação e atenção da mãe para com o filho, sendo que aquela passou a aceitar, cada vez mais, restringir a própria liberdade em favor da liberdade do filho. Os carinhos maternos, a liberdade do corpo e as roupas adequadas e bem-feitas são as provas de um novo amor pelo bebé. A nova mãe passou a ter mais tempo para o filho e, segundo Badinter, é o factor “tempo” que melhor marca a distância entre a geração dessas mulheres e a de suas mães.

Como vimos, a maternidade adquiriu um outro significado. A mãe passou não só a ter o papel de zelar pela saúde física de seu filho, mas também a ser responsável pela educação dos filhos. Badinter (in Dias & Lopes *op. cit.*) também aponta que uma nova responsabilidade de mãe surgiu no século XX: o inconsciente e os desejos do filho. Com base nos preceitos da psicanálise, a mãe foi promovida à “grande

responsável” pela felicidade de seu rebento. A mulher “enclausurada em seu papel de mãe, não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral”. Em virtude de tanta responsabilidade, surgiu a culpa como forma de condenação às mulheres que não sabiam ou não podiam realizar o papel de mãe com perfeição. As mulheres que se distanciassem do modelo “ideal” de mãe poderiam ser acusadas de egoísmo, maldade e até de desequilíbrio.

Optamos por trabalhar essencialmente com o conceito de maternidade porque ela ultrapassa a gravidez. A maternidade é um projecto a longo prazo, e na maioria dos casos para toda a vida e com multiplicas implicações sócio-culturais. Segundo Kitzinger (*op. cit.*), dar à luz uma criança não é apenas um acto pessoal e privado mas sim algo que, em circunstâncias normais, fomenta activamente a coesão social.

Embora a maternidade assuma uma maior visibilidade nos primeiros anos da criança, dada a necessidade de prestação de um grande número de cuidados para o seu crescimento harmonioso, a dádiva do amor, interesse, partilha e responsabilidade permanece (Canavarro *op. cit.*).

6. OBJECTIVO DO ESTUDO

6.1. Descrição da problemática a estudar

O objectivo central desta investigação vai ser, utilizando as quatro dimensões do modelo ecológico de Bronfenbrenner, encontrar um conjunto de factores que relacionam as mães jovens/adolescentes e as suas famílias em termos de estrutura, funcionalidade e nível socio-económico das mesmas.

Esta investigação pretende analisar alguns factores que podem estar associados à maternidade na juventude/adolescência e caracterizar o perfil sociológico das jovens/adolescentes que engravidam e levam a gravidez a termo. Espera-se assim contribuir para um conhecimento mais aprofundado da significação da maternidade na juventude/adolescência, no campo da realidade social cabo-verdiana, mais concretamente, da Cidade da Praia.

Segundo Bronfenbrenner, a pesquisa que se pretende ecológica deve conter dados relativos ao maior número de sistemas dos quais a pessoa focalizada participa. Desta forma, a abordagem ecológica do desenvolvimento privilegia estudos longitudinais, com destaque para instrumentos que viabilizem a descrição e compreensão dos sistemas da maneira mais contextualizada possível. Porém, nada impede o pesquisador de se interessar somente por aspectos de um único microssistema dos indivíduos em questão e num tempo determinado.

Mensch *et al.* (in Longo 2002) destacam que o comportamento sexual e reprodutivo das Jovens/adolescentes não pode ser explicado sem se entender as forças familiares e sociais que formam este comportamento. Essas forças incluem suas famílias, a escola, seus pares e a comunidade e são influenciadas pelo contexto social e económico, os quais reflectem o *status* de uma jovem/adolescente na família e na comunidade. Raça/etnia, classe social e religião também são considerados factores importantes. O comportamento sexual e reprodutivo é produto desse *status*. O mesmo pode ser dito para as jovens de 20 a 24 anos.

De uma forma geral, os aspectos da vida sexual e reprodutiva da adolescente têm recebido mais atenção do que factores sociais e económicos. Porém, a consideração destes factores contextuais também é importante para o entendimento do comportamento sexual e reprodutivo das jovens/adolescente, os mesmos serão

contemplados nesta análise pelas variáveis socioeconómicas e demográficas sem, no entanto, deixar de lado as variáveis ligadas à actividade sexual que representam, necessariamente, os aspectos da vida sexual e reprodutiva.

O modelo ecológico de Bronfenbrenner pode ser bastante útil na classificação dessas variáveis associadas à gravidez/maternidade na juventude/adolescência. Os diferentes níveis ecológicos se encontram interligados. Portanto qualquer programa de prevenção da gravidez/maternidade dita precoce deve necessariamente ter em conta as “necessidades” das jovens/adolescentes a estes diferentes níveis.

Bronfenbrenner (1996), propõe um modelo conceptual no qual todas as pessoas estão integradas em vários sistemas²⁶ de aprendizagem, e que são as seguintes:

6.1.1. Microsistema

Que é definido como sendo o ambiente onde a pessoa em desenvolvimento focalizada estabelece relações face-a-face estáveis e significativas. Neste sistema, é fundamental que as relações estabelecidas tenham como características: reciprocidade, equilíbrio de poder e afecto. O micro-sistema tem em conta as variáveis psicológicas (auto-estima, depressão, stress, consumo de álcool e drogas, etc.).

A análise em microssociologia centra-se em indivíduos ou grupos pequenos. Os estudos microssociológicos são necessários para entendermos os padrões institucionais mais amplos. A interacção face-a-face é claramente a base principal de todas as formas de organização social, por maior que esta última seja (Giddens 2004).

A principal variável a ser analisada ao nível do microsistema será a auto-estima, mas também faremos algumas referências ao consumo do álcool.

Em psicologia, auto-estima inclui a avaliação subjectiva que uma pessoa faz de si mesma como sendo intrinsecamente positiva ou negativa em algum grau (Sedikides & Gregg, 2003 in Wikipédia²⁷).

A auto-estima envolve tanto crenças auto-significantes (por exemplo, "Eu sou competente/incompetente") e emoções auto-significantes associadas (por exemplo, triunfo/desespero) como também encontra expressão no comportamento (por exemplo,

²⁶ Neste caso, quatro subsistemas.

²⁷ Retirado de "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Auto-estima>" em 14/12/07

assertividade/temeridade, confiança/cautela). Em acréscimo, a auto-estima pode ser construída como uma característica permanente de personalidade ou como uma condição psicológica temporária (estado de auto-estima). Finalmente, a auto-estima pode ser específica de uma dimensão particular (por exemplo, "Acredito que sou um bom escritor") ou de extensão global (por exemplo, "Acredito que sou uma boa pessoa, e sinto-me orgulhoso de mim mesmo no geral")²⁸.

O conceito de auto-estima vivenciou mudanças dramáticas desde 1911, quando Ambrose Bierce definiu a auto-estima como "uma avaliação errônea". Bom e mau carácter são conhecidos agora como "diferenças de personalidade". Os direitos têm substituído responsabilidades. A pesquisa sobre egocentrismo e etnocentrismo que municiou a discussão do crescimento e desenvolvimento humano em meados do século XX é ignorada; com efeito, os próprios termos são considerados politicamente incorrectos. Uma revolução teve lugar no vocabulário do *self*. Palavras que implicam confiabilidade ou responsabilidade – autocrítica, abnegação, autodisciplina, auto-controlo, modéstia, auto- domínio, auto-censura e auto-sacrifício – não estão mais em uso. A linguagem mais favorecida é aquela que exalta o indivíduo: auto-expressão, auto-afirmação, auto-indulgência, auto-realização, auto-aprovação, auto-aceitação, egoísmo e a onnipresente auto-estima (Ruggiero, 2000²⁹).

As investigações mais recentes, como as levadas à cabo por Morris Rosenberg³⁰, definem auto-estima sendo a totalidade dos pensamentos e sentimentos que cada indivíduo tem de si mesmo. Neste âmbito inclui-se aquilo que Rosenberg chama de identidade social, ou seja, o grupo ou status social com um indivíduo se identifica (por exemplo, mulher e negra); e a própria tendência, ou predisposição que cada indivíduo tem em comportar-se (nesse caso como uma mulher e como uma pessoa de cor negra).

Um estudo realizado em França por Maiano *et al.* (2006) concluiu que os rapazes, de uma forma global, têm maior auto-estima que as raparigas adolescentes. Também concluíram que os condicionalismos regionais podem ter efeitos sobre a auto-estima do indivíduo. Isto porque também descobriram que os adolescentes do Norte da França têm mais auto-estima do que os Sul.

²⁸ Retirado de "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Auto-estima>" em 14/12/07

²⁹ Idem

³⁰ Idem

No que toca à relação entre a maternidade na juventude/adolescência e auto-estima, os poucos estudos realizados neste sentido têm encontrado resultados contraditórios, porém a maioria desses estudos tem indicado que baixa auto-estima pode levar à maternidade dita precoce (Corcoran *et al.* 2000, Fernades 200?).

O *stress* também não tem sido uma variável frequentemente estudada. Um estudo realizado por Morgan *et. al.* (in Corcoran *et al.* 2000), descobriu que o facto de uma adolescente levar uma vida *stressante* não a torna mais propensa a contrair uma gravidez.

Para a grávida/mãe jovem/adolescente, a ocorrência de uma gravidez/maternidade dita precoce constitui um desafio desenvolvimental altamente exigente.

De acordo com Soares *et al.* (2001), as jovens grávidas enfrentam uma dupla crise desenvolvimental: A “crise da adolescência” e a “crise da gravidez”. Como resultado de uma transição desenvolvimental assíncrona, estas grávidas encontram-se sujeitas a um maior *stress*, que pode ser potencialmente nocivo quer para o bem-estar da própria grávida quer para o próprio feto. É um período que obriga, necessariamente, a grandes reorganizações quer internas quer nas relações com os outros. Elas têm que lidar concomitantemente, não só com os desafios das tarefas desenvolvimentais típicas da adolescência, mas também com os *stressores* associados à gravidez e às tarefas da maternidade que se avizinham.

Os diferentes estudos empíricos que analisam o desenvolvimento psicossocial, comparando grávidas adolescentes com adultas grávidas e adolescentes não grávidas fazem emergirem algumas conclusões que merecem reflexão (Soares *et. al.* 2001; Eshbaugh, Lempers & Luze 2006).

- Em primeiro lugar, em determinados estudos não surgem diferenças estatisticamente significativas entre grupos constituídos por

grávidas/mães adolescentes e não-grávidas e grávidas adultas, existindo antes um nível de similaridade de dimensões do desenvolvimento psicossocial, ainda que uma tal similaridade possa traduzir, no caso das grávidas adolescentes, um desenvolvimento psicossocial desajustado.

- Em segundo lugar, ainda que o grupo de grávidas/mães adolescentes apresente resultados negativos em algumas das áreas de desenvolvimento psicossocial, este quadro nem sempre emerge de forma consistente e sistemática. Em algumas dimensões, as grávidas/mães adolescentes, quando comparadas com os seus pares, apresentam resultados positivos em termos do seu funcionamento psicológico. O quadro do desenvolvimento das grávidas adolescentes contraria a visão fatalista e estereotipada do seu funcionamento psicossocial marcado por um padrão desenvolvimental inconsistente e desajustado.
- Em terceiro lugar, a investigação sobre grávidas/mães adolescentes ao apresentar conclusões inconsistentes, faz emergir perfis contrastantes a respeito do desenvolvimento psicológico, mesmo quando se considera apenas uma única dimensão. Depreende-se, assim, que não existe um quadro configurativo único e uniforme sobre o desenvolvimento e ajustamento psicossocial das grávidas/mães jovens/adolescentes; pelo contrário, ocorre uma certa diversidade de padrões de desenvolvimento que reflecte, em última instância o percurso desenvolvimental e idiossincrático das grávidas adolescentes, o qual resulta dos seus múltiplos níveis de transacção com os diferentes cenários de vida. Neste sentido, tem vindo a emergir uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento psicossocial das grávidas/mães adolescentes e da sua adaptação à gravidez/maternidade. Esta perspectiva focaliza-se no grupo das grávidas adolescentes e destaca a assinalável variabilidade, em termos dos padrões de funcionamento psicossocial e da adaptação à gravidez/maternidade.

Os poucos estudos efectuados em Cabo Verde, indicam que a maioria dos jovens/adolescentes não têm por hábito consumir bebidas alcoólicas ou usar drogas com regularidade.

O consumo do tabaco quase não tem expressão (3,7%). Quando ao álcool, é mais experimentado pelos jovens/adolescentes do que o tabaco e é maior nos rapazes em relação às raparigas em ambos os casos³¹.

Alguns estudos, têm concluído que o consumo de álcool e drogas pode ter um papel importante na adopção de comportamentos sexuais de risco.

Em termos de consumo de álcool e o uso de drogas, o estudo levado a cabo por Corcoran *et. al.* (2000), descobriu que as grávidas e mães adolescentes são menos propensos ao consumo do álcool e drogas do que as suas companheiras que não se engravidaram. Uma hipótese explicativa deste fenómeno é o facto de que as adolescentes têm plena consciência dos riscos do consumo de álcool para a saúde dos seus filhos, daí que restringem o consumo do mesmo de uma forma propositada. Uma outra hipótese tem a ver com o facto de que as grávidas/mães adolescentes normalmente passam a sair e a estar menos tempo com seus amigos.

Portanto ficam automaticamente menos expostos a situações criadoras de ambientes propícios ao consumo de bebidas alcoólicas. Por outro lado também muitas adolescentes justificaram que elas não passaram a sair menos vezes por causa da gravidez/maternidade, mas sim porque mesmo antes da gravidez não tinham inclinação para esse tipo de actividades. Ou seja, não tinham uma “vida social intensa”. Pode ser também que as adolescentes que não gostam de sair muito não sintam tanta necessidade de adiar a gravidez/maternidade para mais tarde.

³¹ Ver Relatório sobre a saúde e estilo de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário. 2005: Associação Zé Moniz, em parceria com algumas instituições portuguesas: Instituto de Higiene e Medicina Trópica; Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Motricidade Humana da UTL e a Fundação Calouste Gulbenkian, etc.

6.1.2. Mesossistema

Mesossistema é definido como um conjunto de microssistemas. A transição dos indivíduos de um para vários microssistemas abrange o conhecimento e a participação em diversos ambientes (a família - nuclear e extensa - o ambiente escolar, a vizinhança, etc.), consolidando diferentes relações e exercitando papéis específicos dentro de cada contexto.

Neste nível pretendemos nos centrar essencialmente na análise da estrutura familiar, a funcionalidade familiar e a relação com amigos.

a) O microssistema familiar.

O microssistema familiar é composto pelo pai/mãe, irmãos e outros familiares;

Neste nível analisa-se a estrutura familiar, a funcionalidade familiar, e os problemas com amigos, vizinhos, etc.

Muitos cientistas sociais, nos mais diversos ramos, têm demonstrado que a relação entre pais e filhos não é universalmente homogênea, mas sim ela varia, nomeadamente conforme for as estruturas e funções de uma família numa determinada sociedade.

O microssistema familiar envolve tanto a estrutura familiar como a sua própria funcionalidade (Barnett *et al.* in Corcoran *et al.* 2000).

O conceito de estrutura familiar surgiu associado à demografia e à história. Este tipo de investigação não procura saber “para que serve a família”, mas antes “quem está na família, quem vive com quem”. Com efeito, segundo Saraceno & Naldini (2003), a estrutura da família não se refere nem ao número dos membros nem a uma qualquer actividade predominante, mas ao tipo de vínculo que liga os membros de uma convivência; vínculos de afinidade e de consanguinidade, de casamento e de descendência.

Deste ponto de vista, a estrutura da família define-se pelo modo como as pessoas que a compõem se colocam ao longo de dois eixos, respectivamente horizontal e vertical, pelas relações de sexo e pelas relações geracionais.

Em termos de estrutura familiar, fazer parte de uma família mono-parental parece actuar como um factor de risco para uma gravidez/maternidade em idade precoce (Corcoran *et al.* 2000).

Com o aumento das taxas de divórcio nos últimos anos e o consequente aumento do número de agregados mono-parentais, a questão do “pai-ausente” passou a ganhar maior relevância. Isto porque, por outro lado, a identificação com a mãe durante a gravidez e após o parto nem sempre é fácil ou possível.

Porém, segundo Cordeiro (1988), quando a identificação da grávida com a sua mãe é possível estão criadas as condições psicológicas para a gravidez decorrer normalmente.

No estudo realizado pelos técnicos da Associação Zé Moniz, concluiu-se que os adolescentes cabo-verdianos, na sua grande maioria vivem com a mãe (79,4%) e cerca de metade como pai (53,9%), e sem grandes diferenças entre os sexos.

Ainda segundo o mesmo estudo, no que diz respeito à comunicação dentro da família, a maioria refere ser mais fácil falar com a mãe. Com quem sentem muito mais liberdade para falar sobre os temas relacionados com o consumo do tabaco, álcool, drogas, sexualidade, etc.

Muitos cientistas e analistas sociais têm dito que o número cada vez maior de famílias sem pai está na origem de toda uma série de problemas sociais, que vão do aumento da criminalidade à multiplicação dos custos da educação das crianças. Alguns autores argumentam que as crianças nunca serão membros efectivos de um grupo, se não forem expostas a exemplos constantes de negociação, cooperação e compromisso entre adultos no seu ambiente imediato (Dennis & Erdos in Giddens 2004).

Segundo uma estimativa da OCDE (citado por Saraceno & Naldini 2003) no final dos anos 80, as famílias monoparentais representavam 10-15% de todas as famílias com filhos menores nos países membros.³² No entanto a proporção de famílias

³² Com excepção da Irlanda, Espanha e Japão, que apresentam percentagens inferiores.

que atravessa esta fase, e ainda mais de crianças que num período ou noutro do seu crescimento vive apenas com um progenitor é alta. Além disso, as crianças que pertencem a famílias com menos recursos na maioria dos países têm em geral uma probabilidade mais elevada de viver esta situação e conservam-na por mais tempo.

As mães jovens/adolescentes pertencem, habitualmente, a famílias numerosas e desagregadas, vivendo em condições sociais muito degradadas. Numa elevada percentagem, o pai está ausente; estatísticas portuguesas revelam que 47% das mães adolescentes têm o pai ausente: 17% por morte do pai, 30% por separações ou divórcios (Silva, in Cordeiro 1988).

Quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre, donde resulta que estas mães estejam expostas a todo o tipo de risco – má nutrição, desemprego, abuso de drogas e álcool. Estão assim vulneráveis a sérias complicações durante a gravidez, bem como os seus filhos ao longo de todo o desenvolvimento futuro (Cordeiro *op. cit.*).

Segundo Giddens (2004), perspectiva funcionalista vê a sociedade como um conjunto de instituições sociais que desempenham funções específicas, assegurando a continuidade e o consenso do todo social. De acordo com esta perspectiva, a família desempenha funções importantes que contribuem para satisfazer as necessidades básicas da sociedade e para a reprodução da ordem social.

Os sociólogos funcionalistas defendem o princípio de que com a industrialização a família tornou-se menos importante enquanto unidade de produção económica, acentuando, por outro lado, o seu papel na reprodução, procriação e socialização.

Segundo Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são: a socialização primária e a estabilização da personalidade. Portanto é o processo através do qual a criança apreende as normas culturais da sociedade onde nasce. Em virtude deste aprendizado, ocorrido nos primeiros anos da infância, a família é a mais importante “arena” para o desenvolvimento da personalidade humana (Parsons & Bales in Giddens *op. cit.*).

De um ponto de vista funcional, pode-se mostrar que o estilo das relações entre pais e filhos está largamente ligado à capacidade (ou incapacidade) da família para controlar o destino (ou o “estabelecimento”) futuro da criança, e às funções do grupo familiar (Kellerhals, Troutot e Lazega 1989).

O estudo da funcionalidade familiar tem sido representado pela capacidade de adaptabilidade e coesão da mesma, conflitos internos, situações de stress e o controlo dos filhos. Daí que, o controle dos pais sobre as jovens/adolescentes tem sido identificado como um factor que em regra protege os mesmos da gravidez/maternidade “precoce” (Hanson *et al.* in Corcoran *et al.* 2000).

A família é um dos principais suportes sociais para os jovens/adolescentes. Os nossos pais, e os restantes familiares acabam exercendo uma forte influência, e de diversas formas, na formação do nosso quadro de valores, atitudes e competências, na nossa vida sexual e amorosa (Ardelt & Day 2002).

Os sociólogos contemporâneos têm estudado sobretudo estes estilos de educação do ponto de vista do *modo de controlo* dos pais sobre o comportamento infantil, do grau de *autoritarismo*, da amplitude do *suporte expressivo* (ou emocional), do grau de *permissividade* (independência da criança) e do *modo de comunicação* (Kellerhals *et al.* 1989).

Nos finais dos anos sessenta estudos como os de Bronfenbrenner ou Kohn mostraram quanto estas dimensões da relação são determinadas pela classe social. Se opusermos esquematicamente as classes médias às classes operárias, apercebemo-nos de que a permissividade é maior nas primeiras e que aí o modo de controlo é mais baseado na interiorização dos valores do que no conformismo directo (Kellerhals *et al.* *op. cit.*).

Daí que identificaram dois estilos educativos distintos:

1. Um estilo mais autoritário, que procura a adaptação das crianças ou jovens a normas socialmente desejáveis, caracterizado por uma inculcação autoritária destas normas e por expedientes punitivos quando as crianças ou jovens saem da ordem estabelecida. Neste tipo de famílias os pais e/ou encarregados de educação têm uma atitude restrita e controladora, com um conjunto de normas rígidas a que os filhos devem obedecer.

2. Um estilo permissivo, onde se dá uma grande autonomia moral e de conduta às crianças e aos jovens e onde não existem expedientes punitivos. Neste tipo de famílias existem regras claras que regem o comportamento de cada membro; há um relacionamento de aceitação e carinho no seio familiar; aos seus membros são dada a oportunidade de expressarem os seus sentimentos, emoções, de tomarem decisões e são aceites pelo que são e isso, a maioria das vezes, lhes tornam responsáveis, capazes e facilmente sociáveis.

Na mesma linha também Lautrey (1984) divide as famílias em três tipos diferentes:

1. Primeiro, a famílias fracamente estruturadas com poucas regras ou hábitos que conduzam a previsão de comportamentos.
2. Segundo, famílias flexivelmente estruturadas com regularidades assimiladas pela criança.
3. Terceiro, famílias rigidamente estruturadas facilmente previsíveis e com regras elementares.

Portanto, Lautrey (*op. cit.*) parte do princípio de que a organização familiar acaba por ter uma forte influência sobre a forma com que as crianças ou os jovens/adolescentes vão viver a sua sexualidade.

A sociologia da família tem estudado estes estilos em distintas perspectivas, umas mais estruturais que procuram relacionar estilos educativos e classes sociais, tipo de profissões, aspectos étnicos, etc; outras mais interaccionistas que, sem esquecer os aspectos estruturais, se centram mais sobre as diversas situações que se produzem diariamente no seio da família, os distintos papéis do pai e da mãe e os diferentes tipos de interacções que estes estabelecem com os filhos.

Ainda de acordo com Poole (in Fleming 1993), as sociedades com mais altos níveis de desenvolvimento económico, como os EUA, valorizam mais a individualidade e a autonomia, do que outras menos desenvolvidas. Os jovens/adolescentes americanos apresentam maior capacidade de autodecisão do que aos adolescentes Hindus, mais guiados pelas decisões parentais e as estruturas familiares anglo-americanas atribuem um valor ao desenvolvimento da autonomia nos filhos.

Na opinião de Melton (in Fleming *op. cit.*), por exemplo, foi largamente comprovada pela investigação psicológica que se o adolescente for reconhecido pelos outros como sendo autónomo e plenamente capaz de tomar decisões quanto às questões privadas (tratamentos médicos, contracepção, aborto, etc.), traria grandes benefícios psicológicos e sociais aos mesmos.

Algumas famílias, numa mesma sociedade, concedem um grande grau de autonomia aos seus filhos adolescentes, outras, pelo contrário, reforçam os padrões de controlo. Uma das questões que, nesta área, tem interessado os investigadores é conhecer a relação que existe entre autonomia concedida ao adolescente e a classe social de pertença. Vários estudos foram conduzidos nesse sentido: encontrar as correlações entre estatuto socio-económico e o grau de autonomia nos seus filhos.

Quanto á influencia da classe social, os resultados indicam que as classes sociais mais baixas dão mais autonomia aos filhos nas “actividades fora de casa” e “actividades relacionadas com a idade”, e que as classes sociais mais elevadas têm mais em conta as opiniões dos seus filhos nas decisões. As famílias são equivalentes no que diz respeito às actividades que afectam a reputação ou o estatuto dos seus filhos (Psathas in Fleming *op. cit.*).

Portanto, a vida nas famílias de classe baixa é organizada de forma menos rígida, pelo que menos exigências são feitas à criança. Então, os padrões menos rígidos nas classes baixas levam a maior independência devido não a um treino positivo para a independência, mas a um maior abrandamento do controlo parental, verificando-se maior permissividade quer nas actividades exteriores quer nas que se relacionam com a idade.

Segundo Barth (2004), socialização familiar, sobretudo na moderna sociedade ocidental, já não pode ser vista como fonte de todo o conhecimento, competências e

valores, nem poderá providenciar a única base de experiências a partir da qual a identidade é formada.

Portanto não podemos ignorar os outros focos de influência a que um jovem/adolescente se encontra sujeito.

O grupo de pares é sem dúvida uma outra componente muito importante no processo de socialização dos indivíduos, principalmente na puberdade.

Diferentes aspectos da influência do grupo de amigos têm sido examinados em diversos estudos incluindo os objectivos a nível educacional (Turner & Shepherd 1999), o envolvimento nos grupos, a pressão por parte dos parceiros sexuais, as atitudes liberais sobre a sexualidade do grupo, etc.

Shah & Zelnik (in Corcoran *et al.* 2000) descobriram que as Jovens/adolescentes com uma visão da sexualidade mais próxima do seu grupo de amigos do que dos seus pais têm mais probabilidade de se engravidarem prematuramente. Também as adolescentes que experienciam muitos problemas familiares correm mais riscos de serem influenciados pelos amigos.

Isto porque um jovem/adolescente encontra junto do grupo dos seus amigos modelos de comportamento bastante apelativos porque representam uma novidade e uma alternativa em relação ao padrão de comportamento definido pela família. Também geralmente o jovem/adolescente sente que o grupo de amigos é solidário para com os seus problemas, com a crise da adolescência e as dificuldades de adaptação próprias desta faixa etária.

Segundo o já citado estudo realizado pela Associação Zé Moniz, os jovens/adolescentes, de modo geral, em Cabo Verde convivem bem com os seus pares e estabelecem relações de amizade sem grandes dificuldades. Cerca de 72% dos jovens inquiridos no referido estudo (a nível nacional), afirmam ter mais do que 3 amigos e o número de jovens/adolescentes que referem não ter amigos é bastante residual.

Os rapazes referem ter mais amigos do que as raparigas, o que se deve em grande parte, ao facto de terem mais liberdade de movimentos, o que lhes permite estar mais tempo com os seus amigos.

Por fim, este estudo mostra que há uma tendência para que à medida que a idade aumenta decresce o número de amigos. Isto provavelmente porque também os indivíduos vão-se tornando mais selectivos nas suas escolhas.

6.1.3. Exossistema

Bronfenbrenner considera os ambientes onde a pessoa em desenvolvimento não se encontra presente, mas cujas relações que neles existem afectam seu desenvolvimento. As decisões tomadas pela direcção da escola, os programas propostos pelas associações de bairro, as relações de seus pais no ambiente de trabalho são exemplos do funcionamento deste amplo sistema.

Neste nível pretendemos nos centrar essencialmente na análise das questões relativas ao microsistema escolar.

a) microsistema escolar

Alguns estudos têm indicado que quanto mais baixo é o desempenho escolar e a relação com todos os elementos que compõem o mesmo, maior é o risco de gravidez/maternidade dita precoce. Estas jovens/adolescentes, muitas vezes, iniciam a sua actividade sexual e se engravidam precocemente apenas como forma alternativa de ganharem uma identidade própria (Corcoran *et al.* 2000; Rauch-Elnekave, 1994).

A gravidez/maternidade dita “precoce” de uma jovem/adolescente pode limitar a sua educação, restringir suas habilidades na força de trabalho e reduzir a sua qualidade de vida. Mulheres que têm filhos durante a adolescência têm uma maior probabilidade de estarem em desvantagem económica no futuro em relação á aquelas que adiaram sua gravidez/maternidade.

Alguns investigadores têm defendido (Shtarkshall, 1987; Kaplan e Col 1979 in Cordeiro 1988) que, muitas vezes, as raparigas não encontram nos padrões tradicionais, como a virgindade e o sucesso escolar, uma recompensa satisfatória e procuram uma via diferente de auto-satisfação como, por exemplo, a gravidez/maternidade.

Dawson (in Franklin *et al.* 1997) concluiu, após ter feito uma revisão da literatura disponível sobre a prevenção da gravidez “precoce”, que os programas de educação sexual não têm efectivamente conduzido ao aumento do uso de contraceptivos e à diminuição da gravidez dita precoce.

Segundo Emile Durkheim (in Gonçalves 1984), a educação é uma actividade essencialmente social. É uma acção exercida por gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem por objectivo suscitar e desenvolver nas crianças e jovens um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que exigem dele e da sociedade política no seu conjunto, e o meio especial ao qual ele está particularmente destinado.

São numerosas as investigações que evidenciam a importância do investimento na educação como factor-chave da mobilidade social e do desenvolvimento em geral. Para Jacques Verón (1996), a educação é uma componente do bem-estar. É simultaneamente, um factor de crescimento do bem-estar, pelos laços que mantêm com outros fenómenos demográficos (fecundidade, por exemplo), sociais (estatuto das mulheres e dos desfavorecidos) ou políticos (aspiração à democracia e à liberdade de expressão). A educação engloba a instrução mas, na realidade ultrapassa-a largamente.

Segundo Giddens (1993) a expansão da educação no século XX esteve estreitamente ligada à necessidade de criar uma força liberal alfabetizada e disciplinada. Embora os reformadores tenham visto na educação para todos uma forma de reduzir as desigualdades, o seu impacto neste aspecto é claramente limitado. A educação tende mais a expressar e a reafirmar as desigualdades existentes do que a contribuir para as alterar. E a maternidade dita precoce é um importante indicativo deste fenómeno.

Daí que influencias tais como as acções e expectativas dos professores, os métodos e *curricula*, a política geral da escola e o clima da escola jogam um papel chave no melhoramento da aprendizagem, motivação e atitude dos estudantes perante a escola.

Segundo Walberg *et al.* (1997), uma boa relação entre os professores e os alunos pode reduzir o *stress* e fornecer um apoio positivo. Os professores fornecem

não apenas apoio institucional, mas também servem como confidentes e modelos de referência para os alunos. Eles ajudam os estudantes a desenvolverem valores e atitudes que os ajudam nos trabalhos escolares de forma a melhorarem os seus performances académicos.

Toda a orgânica de ensino que classifica e diferencia os alunos pode vir a produzir um sentimento de auto condenação da parte dos alunos considerados “inferiores”.

Numa óptica mais global, o sociólogo Pierre Bourdieu adopta uma interpretação radicalmente nova, com uma aparelhagem conceptual rigorosa, dos processos educativos. Segundo esta interpretação, a escola assegura, sob a capa de igualar as oportunidades de todos, a reprodução social das classes dominantes.

O sociólogo Howard Becker (in Sprinthall & Sprinthall 2001), demonstrou há já algum tempo a importância da classe social do aluno, num estudo que se tornou clássico. Ele descobriu que a maior parte dos professores de uma grande escola urbana em que realizou o seu estudo poderiam ser considerados, numa escala socio-económica, como pertencendo à classe média. De modo geral estes professores valorizavam o conformismo, a obediência, a apresentação, o asseio, a pontualidade e a dedicação ao trabalho – valores altamente convencionais.

Becker ainda concluiu que os professores viam os alunos provenientes da sua própria classe como os “melhores” alunos. Por outro lado, os alunos provenientes das classes mais baixas (essencialmente negros pobres) eram considerados como sendo indivíduos de comportamentos moralmente inaceitáveis. “Não se lavam, não sabem o que é uma escova de dentes, roubam tudo o que podem, não valorizam realmente a educação, não procuram melhorar o seu comportamento, etc.”

Os professores tinham ainda um terceiro conjunto de atitudes em relação às crianças das classes altas, provenientes de famílias de rendimentos elevados. Consideravam-nos muito bons estudantes, inteligentes, espertos, rápidos na resposta, mas muito difíceis de ensinar porque são muitas vezes indisciplinados.

Os professores tinham também tendência para reatar represálias por parte dos pais dos alunos das classes altas. Embora as crianças das classes mais baixas pudessem ser tratadas com severidade se necessários (incluindo serem sujeitas a punição corporal), as crianças de meios mais privilegiados eram imunes à punição directa. Os professores estavam evidentemente preocupados com a possibilidade de pais

“influentes” contactarem os responsáveis da escola, dirigirem directamente aos seus superiores hierárquicos, com queixas acerca das acções dos professores para com as suas crianças.

Investigações mais recentes e de orientação mais psicológica têm validado o trabalho de Becker acerca da importância da classe social. Quando a classe social dos alunos difere da do professor especialmente se os alunos são oriundos de uma classe socio-económica mais baixa do que a do professor existe a possibilidade real de este esperar sistematicamente menos, e exercer um ensino menos eficaz com essas crianças.

Ainda, segundo Worsley (1983), os alunos mais “atrasados” no processo de aprendizagem são tratados pelos professores e pelos outros colegas como sendo mais “estúpidos” e com o tempo eles próprios acabam por acreditar nisso.

Daí que cabe ao professor fomentar o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a sua plena inclusão na sociedade, tendo em conta o carácter complexo e diferenciado das aprendizagens escolares; Promover a qualidade dos contextos de inserção do processo educativo, de modo a garantir o bem-estar dos alunos e o desenvolvimento de todas as componentes da sua identidade individual e cultural³³.

Numa verdadeira escola para todos, deve ser garantido o direito à diferença, o respeito pelo ritmo individual de aprendizagem, os valores culturais, étnicos, políticos e religiosos se salvaguardam, se respeitam e se protegem, ao indivíduo é assegurada as condições essenciais de realização pessoal e social.

Segundo Caldeira (1993), a par disso os indivíduos também devem ter a possibilidade de desenvolver os seus dotes de criatividade, os seus sentimentos de liberdade, solidariedade e de justiça. Só assim a escola estaria a contribuir para um desenvolvimento harmonioso do ser humano e a construir cidadãos mais conscientes dos seus deveres e direitos.

É também preciso analisar as relações entre a instituição escolar e as diferentes classes sociais. Esta parte implica em particular a análise das normas culturais às quais estão confrontados os jovens na escola e a posição das diferentes classes sociais em

³³ Perfis gerais de competência para a docência (Decreto-Lei Nº 240/2001 de 30 de Agosto).

relação a essas normas e essa cultura (Benavente 1976, Benavente, Campiche, Seabra & Sebastião 1994).

O Professor será, assim, um interventor, dinâmico, facilitador e organizador de todo o processo educativo. Interventor na medida em que induz à mudança de mentalidades, de atitudes, de comportamentos e deve ser um elemento motivador de novas aprendizagens. Dinamizador de pessoas e de grupos no sentido da ultrapassagem de conflitos, problemas e obstáculos, com vista ao objectivo do desenvolvimento integrado de todos e de cada um. Facilitador de aprendizagens, porque deve ser um auxiliar de descobertas e potenciador dos recursos disponíveis. Organizador na medida em que planifica, executa e avalia todo o percurso de aprendizagens, de execução de tarefas, bem como o desenvolvimento intelectual e físico, no sentido do conhecimento e do ser social.

Portanto, a formação adequada dos professores é um elemento fundamental para fazer do mesmo um educador activo, capaz de influenciar positivamente o *curriculum* escolar dos seus alunos.

Segundo Benavente (*op. cit.*), uma ligação entre conhecimentos de psicologia e de sociologia e a sua prática quotidiana, uma análise da instituição escolar e das suas relações com as classes sociais, uma tomada de consciência da importância do seu trabalho como professor são indispensáveis.

Porem os próprios professores muitas vezes se encontram em situações de grande pressão e *stress* que necessariamente afectam os seus rendimentos. Muitos professores enfrentam muitas dificuldades em conciliar as exigências de formação com as responsabilidades familiares e profissionais. Muitos são colocados longe da sua zona de residência o que os obrigam a fazer grandes deslocações diárias. É claro que todas estas situações afectam o rendimento do professor no desempenho da sua profissão, nomeadamente no relacionamento com os seus alunos e na sua capacidade para transmitir conhecimentos.

O *curriculum* formal nas escolas já não estabelece distinções entre rapazes e raparigas. Todavia segundo Giddens (*op. cit.*), há vários outros “pontos de entrada” para o desenvolvimento de diferenças de género na educação. Os regulamentos que compelem as raparigas a usar vestidos ou saias na escola constituem um dos meios mais óbvios através do qual se instiga à diferença de géneros. As consequências vão para além da mera aparência. Por exemplo, por causa do tipo de vestuário que usa, uma

rapariga não tem liberdade para se sentar informalmente, para participar em jogos duros e em que se cai, ou para às vezes correr tão rapidamente quanto é capaz.

De acordo com Rumberger & Thomas (2000), a política geral das escolas pode ter influência sobre as opções do jovem/adolescente de uma forma indirecta, através das políticas e praticas gerais implantados para promover a eficácia da escola na sua globalidade.

Portanto escola é uma Instituição de Serviço Público que tem a seu cargo a responsabilidade de proporcionar as melhores condições de desenvolvimento pessoal de todas as crianças, adolescentes e jovens, numa perspectiva de complementaridade à família e à sociedade.

Na maioria dos casos o ensino faz-se através de um conjunto de organizações cujo funcionamento está condicionado por normas, papéis, estatutos e uma hierarquia. Para muitos autores, a burocracia e a rigidez fruto das condicionantes acima referidos, tornam as organizações educativas incapazes de responder adequadamente às necessidades de uma juventude e de uma sociedade em constante e rápida evolução.

O ensino é, contudo, apenas uma das várias maneiras dos indivíduos aprenderem. Não é, nem pode ser jamais entendida como a totalidade do processo de aprendizagem. A própria localização geográfica do edifício escolar pode ter grandes repercussões no aproveitamento escolar do aluno. Um aluno que mora longe da escola gasta mais recursos económicos para poder estudar do que o seu colega que mora perto e está sujeito a maiores situações de *stress* visto que perde mais tempo em deslocações e tem menos tempo para estudar e descansar.

Não obstante todos os ganhos alcançados até hoje ao nível da equidade de acesso ao ensino entre os rapazes e raparigas, alguns problemas ainda persistem. A obrigatoriedade das raparigas grávidas terem de suspender a matrícula, podendo regressar à escola só depois do parto afecta de várias formas as jovens mães. Os impactos sobre a vida e o percurso escolar de tal medida sobre a jovem mãe carece de estudos rigorosos de modo a se poder conhecer melhor este fenómeno.

A percentagem de diplomados nos Ensinos Básico e Secundário é superior no caso das raparigas e a percentagem de repetência e as taxas de abandono no Ensino Básico, são maiores no caso dos rapazes. No caso do Ensino Secundário a percentagem é ligeiramente superior entre as raparigas (27% para os rapazes e 29,5% entre as raparigas)³⁴.

Este facto pode, eventualmente estar vinculado com a norma introduzida no Ano Lectivo 2001/2002 e que estabelece que as alunas do Ensino Secundário, não possam frequentar os estabelecimentos de ensino durante o período de gravidez, podendo regressar só depois do parto³⁵.

As situações acima referidas, apontam para a necessidade de se estudar esta problemática e desvendar os factores que estão na base da mesma, bem como, o impacto sócio-psicológico nas jovens/adolescentes grávidas/mães a fim de se implementar medidas para que as conquistas em matéria de equidade de género sejam mantidas.

b) O sistema educativo Cabo-verdiano

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, dá-se forma ao actual sistema educativo cabo-verdiano que se organiza em três subsistemas: a Educação Pré-escolar; a Educação Escolar e a Educação Extra-escolar numa perspectiva de integração e complementaridade com actividades de animação cultural e desporto escolar³⁶.

A Educação Pré-escolar não é de frequência obrigatória, visa uma formação complementar ou supletiva da responsabilidade educativa da família, é destinada a crianças entre os 3/6 anos e os custos são suportados pelas famílias, pelo Estado, Poder local e outras entidades não governamentais.

³⁴ Fonte: GEP/MEVRH – Anuário Estatístico de 2002/2003

³⁵ Ver o capítulo 6.1.3. alínea C.

³⁶ GEP/EDUCAÇÃO 2004

A Educação Escolar abrange os ensinos básicos, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino:

- O Ensino Básico é universal e obrigatório, abrange um total de seis anos de escolaridade, sendo organizado em três fases cada uma das quais com dois anos de duração. A primeira fase compreende actividades com finalidade propedêutica e de iniciação, a segunda de formação geral e a terceira de alargamento e aprofundamento dos conteúdos já aplicados.
- O Ensino Secundário tem a duração de seis anos e está organizado em três ciclos de dois anos cada: um 1º ciclo ou Tronco Comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica e um 3º ciclo de especialização, também com uma via geral e uma via técnica. O Ensino Secundário visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e, em particular permite, pelas vias técnica e artística, a aquisição de qualificações profissionais para inserção no mercado de trabalho.
- O Ensino Médio tem natureza profissionalizante, visando a formação de quadros médios em domínios específicos do conhecimento.
- O Ensino Superior é o nível terminal do sistema escolar de ensino, e visa proporcionar sólida formação científica, técnica e cultural por forma a habilitar pessoas para o exercício de funções de concepção, de direcção, de execução e de investigação. Compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. O ensino universitário pretende o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica; o ensino politécnico pretende o desenvolvimento da capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos

científicos de índole teórica e prática com vista ao exercício de actividades profissionais.

- A Educação extra-escolar desenvolve-se em dois níveis: a educação básica de adultos que abrange a alfabetização, a pós-alfabetização e outras acções de educação permanente, numa perspectiva de elevação do nível cultural; a aprendizagem e as acções de formação profissional, numa perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão. A Educação básica de adultos organiza-se em três fases: uma 1ª fase destinada aos indivíduos com 15 ou mais anos com ou sem passado escolar, com vista a dotá-los da capacidade de ler, escrever, calcular e interpretar; uma 2ª fase que visa o reforço das capacidades adquiridas, organizando-se em torno de actividades educativas e de extensão cultural; e uma 3ª fase de consolidação e aprofundamento que se desenvolve em dois sectores: um articulado com o sistema formal de ensino e o outro com diversos departamentos estatais e não estatais interessados no processo formativo.

No que diz respeito à Educação especial dirigida às crianças portadoras de deficiência, a Lei de Bases do sistema educativo datada de Dezembro de 1990 e revista em Outubro de 1999, na subsecção V, consagra no artigo 44º, o direito das crianças nessas condições a cuidados educativos adequados, responsabilizando o Estado pela criação das condições necessárias e, no artigo 45º, a organização da educação especial e as condições de integração das crianças com deficiências em classes regulares.

Em Junho de 2000 foi aprovada a Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei n.º 122/V/2000, 12 de Junho) que traça as grandes linhas de orientação de uma política global a favor das pessoas portadoras de deficiência.

A Lei de Bases prevê ainda as seguintes modalidades especiais de ensino: educação para crianças sobredotadas; ensino a distância; ensino recorrente de adultos e as iniciativas educacionais de associações cabo-verdianas no estrangeiro.

Estão igualmente previstos apoios e complementos educativos, isto é, um conjunto de serviços e de benefícios de suporte ao sistema de ensino, visando uma política de incentivo à escolaridade obrigatória, de garantia do sucesso escolar em geral e do estímulo aos que revelarem maior interesse e capacidade de êxito nos níveis de ensino subsequentes.

Em Cabo Verde já há uma razoável percentagem da população com escolaridade mínima obrigatória de seis anos.

Segundo Lopes Filho (2004), a democratização do acesso ao ensino facilitou a capacidade de apreensão de todo o tipo de informação, actualmente o jovem cabo-verdiano encontra-se melhor preparado, visto possuir maior facilidade para absorver, adaptar e assumir a inovação.

Para M. M. Afonso (1996), embora a educação em Cabo Verde, seja para o governo, livre e gratuita, ela não o é para todas as famílias. Para beneficiar da educação são necessários livros, roupas, transportes e às vezes alojamento. Para as famílias pobres estes custos são a maior limitação. Por um lado, as crianças das áreas rurais nem sempre estão próximas das escolas e ao custo da deslocação há a acrescentar o facto desta impedir que continuem a auxiliar na criação de gado e nos trabalhos agrícolas.

Mas também temos que admitir que as escolas, principalmente ao nível do ensino básico, têm-se aproximado cada vez mais das comunidades. E de uma forma geral, tem havido um aumento das oportunidades educativas por parte dos indivíduos pertencentes a classes sociais mais desfavorecidas (Ferreira 2004).

Hoje em dia um número significativo de pais cabo-verdianos têm tomado consciência que o melhor investimento que podem fazer nos seus filhos é proporcionar-lhes condições para estudarem. As crianças são cada vez mais socializadas com base em valores que defendem que o sucesso individual só é possível havendo também sucesso escolar (Ferreira *op. cit.*).

Ainda segundo M. M. Afonso (*op. cit.*), o aumento da população pertencente às pequenas burguesias e a diminuição da classe mais desfavorecida (o campesinato) deve-se não tanto a uma política educativa deliberada de igualdade de oportunidades e de promoção da mobilidade social, mas mais ao alargamento da função pública, ao êxodo rural e à emigração dos camponeses.

Portanto, foram, fundamentalmente, mudanças na estrutura social e não no sistema educativo que promoveram a igualdade de oportunidades face à educação e a mobilidade social em Cabo Verde, ainda que alguma mobilidade social ascendente tenha sido permitida pelo sistema de ensino, visível pela presença de alunos provenientes das classes sociais mais desfavorecidas nos anos terminais do sistema de ensino.

De um modo geral podemos afirmar que os cabo-verdianos têm investido cada vez mais no ensino formal, mas também é verdade que as desigualdades de oportunidades perante a educação mesmo assim ainda existem. E como tal o seu papel de classe ainda persiste. À medida que aumenta a importância da educação como símbolo de mobilidade social também se acentua o seu papel como reprodutor de maiores desigualdades.

Cerca de 92% das crianças e adolescentes dos 6 aos 15 anos estão a frequentar a escola. Porém a taxa de frequência escolar é mais elevada no meio urbano que no meio rural (95% e 90%, respectivamente).

Com o aumento da idade, a percentagem de adolescentes e jovens que frequentam uma escola baixa drasticamente, chegando a apenas 14% no grupo de 21-24 anos. As diferenças entre o meio urbano e o rural também se acentuam com aumento da idade, atingindo uma percentagem de frequência escolar de apenas 5% no meio rural.

Portanto, uma percentagem significativa de jovens/adolescentes abandonam a escola precocemente sem terem adquirido as qualificações essenciais que os possibilite estarem preparados para entrarem no mercado-de-trabalho.

Estes abandonos incidem principalmente sobre os jovens provenientes de famílias economicamente mais carenciados e pertencentes ao mundo rural. Este facto leva os mesmos a uma entrada prematura no mercado de trabalho como já tínhamos referido, ou enveredarem-se por outros caminhos, como por exemplo a criminalidade (McNeal 1995).

As elevadas taxas de abandono escolar que actualmente se verificam, para além das consequências imediatas, têm consequências que só serão visíveis no futuro. O abandono escolar prejudica a produtividade de um país e representa, sobretudo, um desperdício, lamentável, de vidas jovens. O abandono escolar não é só um problema social e educacional; ele é simultaneamente um problema económico.

A importância de um conhecimento esclarecido acerca das causas do fenómeno, e dos indivíduos mais atingidos por ele, reside no facto de só assim ser possível prevenir e combater o fenómeno. Conhecer hoje, para agir no futuro, contrariando a tendência actual de ‘remediação’.

A grande maioria dos alunos em risco continua na escola em grande parte apenas porque este representa um importante espaço de sociabilidade, principalmente os seus espaços de lazer. Mas por outro lado têm tendência a apresentarem uma elevada taxa de absentismo escolar, ou seja, estes alunos faltam muitas aulas sem uma justificação plausível.

Porém quando as faltas de assistência às aulas acontecem de uma forma sistematizada e se estendem por um período prolongado, o ritmo de aprendizagem do aluno se ressent. E inevitavelmente começam a aparecer os problemas de atraso escolar que não têm de solução rápida e podem consequentemente levar ao insucesso e ao abandono escolar.

A competição, cada vez mais desenfreada, no ambiente escolar se encarrega naturalmente de “eliminar” os alunos mais vulneráveis em favor dos “bons alunos”.

Podemos considerar que há um desencontro entre os objectivos da escola e os objectivos destes alunos. A escola tem apostado num conjunto de sistemas de valores e de saberes que não tem aliciado uma camada importante do efectivo populacional.

Para se perceber as decisões que conduzem à ruptura com a escola tem que se conhecer os jovens que as tomam, ou seja, é necessário contextualizar essas decisões. A caracterização dos jovens que abandonam a escola é imprescindível para se identificar, atempadamente, o aluno em risco de abandono. Identificar o “aluno em risco” permite que se possa agir sobre ele a fim de evitar a situação real de abandono e conseguir que ele “volte” à Escola.

c) A gravidez e a maternidade no ensino secundário cabo-verdiano

Com o intuito de conciliar os princípios constitucionais de protecção da maternidade e da infância com o da garantia, nas condições possíveis, do direito de acesso ao ensino e a formação, de acordo com as orientações gerais para uma melhor gestão da questão da gravidez nas escolas, por decisão do então Ministro de Educação, Cultura e Desporto, foi implementada a suspensão temporária das alunas grávidas nos estabelecimentos de ensino, a partir do ano lectivo 2001/02.

Desde aquele ano lectivo a esta parte a Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS) vem seguindo a medida, em parceria com as Direcções das escolas secundárias, particularmente as subdirecções pedagógicas, reforçando a sensibilização e informação através de actividades curriculares e extra curriculares.

Dados disponíveis demonstram que em grande parte a medida tem sido implementada, de forma negociada com as alunas grávidas e respectivos pais e encarregados de educação.

Porém temos algumas dúvidas de que maioria das alunas que anulam a matrícula por motivo de gravidez/maternidade regressa as aulas no ano lectivo seguinte e têm sucesso.

Também é notório a diminuição do numero de alunas que anularam a matricula entre 2003 e 2006, porém também não podemos definir com clareza se este facto deve-se ao efeito inibidor da gravidez/maternidade na fase de estudos secundários, resultante da medida ou se se trata de pouca firmeza na implementação da mesma.

Outro facto que também carece de informações mais precisas é a questão do aborto. Pois sendo que a actual lei não dá nenhuma garantias de que as alunas grávidas podem continuar a estudar.

De acordo com a DGEBS, o seguimento da medida é deficiente por parte de algumas escolas secundárias, pois nem todas as escolas registam, sistematizam e comunicam os dados, de acordo com as orientações superiores.

6.1.4. Macrossistema

Que abrange os sistemas de valores e crenças que permeiam a existência das diversas culturas, e que são vivenciados e assimilados no decorrer do processo de desenvolvimento. É importantíssimo dizer que a relação entre estes quatro sistemas,

quando analisada aparece profundamente coerente, demarcando a interacção dinâmica entre eles.

Duas variáveis centrais vão ser analisados ao nível macro: A situação socioeconómica e a origem étnica.

A análise em macrosociologia centra-se essencialmente sobre sistemas sociais em grande escala, como o sistema político ou a ordem económica. Engloba também a análise de processos de mudança a longo prazo. A macro-análise é essencial para se poder compreender a base institucional da vida quotidiana. As formas como as pessoas vivem o seu dia-a-dia são largamente afectadas pelo enquadramento institucional mais amplo de que fazem parte (Giddens 2004).

Um grande número de investigadores indicou que a situação socioeconómica é um importante indicador no que toca às probabilidades de se ser mãe na juventude/adolescência. Os jovens/adolescentes provenientes de famílias com baixos rendimentos acreditam que as possibilidades de virem a ter bons salários e condições de vida são muito limitados (Castro *et al.* 2004; Grant *et. al.* 2002; Corcoran *et. al.* 2000; Kiernan 1997). Daí que elas vêm poucas vantagens em adiar a gravidez.

Nestes casos não existe o medo de porém em causa outros objectivos pessoais (como por exemplo, o percurso escolar, carreira Profissional ou até mesmo ao casamento), o que normalmente acontece mais com as jovens/adolescentes provenientes de famílias da classe média.

Num estudo levado a cabo nos EUA metade das jovens/adolescentes (residentes em zonas sub-urbanas), que foram entrevistadas, admitiram que se encontravam bastante satisfeitas pelo facto de terem tido um filho apesar de não ter sido planeado (Grace, Grant, Trujillo & Kessler-Cordeiro 2000).

Uma outra possibilidade é o facto de as famílias pobres terem menos acesso aos serviços de saúde e contraceptivos, o que as torna mais vulneráveis ao risco da gravidez/maternidade.

A origem étnica também pode ser ligada à questão socioeconómica. Geralmente os grupos étnicos minoritários costumam estar sobre-representados nos estratos socioeconómicos mais baixos. Mais uma vez podemos dar o exemplo dos EUA em que as adolescentes de origem latina têm mais probabilidade de contraírem a gravidez na adolescência, em seguida temos as afro-americanas.

A etnicidade é de importância fundamental para se discutir a questão da pobreza. A pobreza é muito entre as afro-americanas e os latino-americanos do que entre os americanos de origem europeu (Grant *et. al.* 2002).

Esta maior exposição à pobreza torna, naturalmente, as jovens provenientes destes meios, mais propensas a situações de pobreza crónica.

Por etnicidade entendem-se as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tal.

Portanto, a concepção de etnicidade aqui representada, implica que a etnicidade enquanto elemento da organização social, requer interacção regulada e, enquanto elemento da cultura, implica consciência da diferença (Vermeulen & Govers 2004).

As diferenças étnicas são inteiramente aprendidas, algo que parece evidente. Não existe nada de inato na etnicidade trata-se de um fenómeno unicamente social que é produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os mais novos assimilam estilos de vida, normas e crenças das suas comunidades. Embora seja mantida no âmbito da tradição, a etnicidade não é estática e imutável. Pelo contrário, é fluida e adaptável às circunstâncias em mutação. De um modo geral os sociólogos utilizam preferencialmente o termo etnicidade (em detrimento do termo “raça”) por ser um conceito inteiramente social no seu significado (Giddens *op. cit.*).

Segundo Pereira (2005), não há uma forma universal de definir a pobreza que seja aplicável às diferentes realidades no tempo e no espaço, e que ao mesmo tempo sirva todos os objectivos que levam à sua conceptualização. As diferentes posições teóricas existentes relativamente às formas de abordar o conceito de pobreza e a própria proliferação de diferentes conceitos de pobreza com base nessas abordagens,

que tiveram o mérito de situar a compreensão da pobreza num quadro multidimensional baseado no rendimento.

Portanto, ainda segundo Pereira (*op. cit.*), a pobreza pode ser identificada como uma situação em que não são satisfeitas necessidades ou capacidades, por carência de recursos ou dificuldade de acesso a activos, existindo sempre um elemento de privação material involuntária. Daí que, considera-se assim, que são os activos e o acesso aos activos que determinam as capacidades e a extensão das estratégias de luta contra a pobreza dos indivíduos, agregados familiares ou comunidades.

Assim, a ausência de poder aparece não só como uma dimensão importante da pobreza, mas também como uma das suas principais causas; os pobres são pobres porque lhes falta poder para sair da pobreza. Daí que Friedmann (*in* Pereira *op. cit.*), tenha afirmado que “as famílias pobres não têm poder social para melhorar as condições de vida dos seus membros.

Os afro-americanos dos bairros degradados sentiram nas últimas décadas poucas melhorias das suas condições de vida: a maioria está confinada a empregos desqualificados e mal pagos ou a um emprego mais ou menos permanente. Nestas circunstâncias, segundo Giddens (*op. cit.*), pouco há que sustente a continuidade das relações matrimoniais. Os mesmos factores parecem aplicar-se às famílias negras dos bairros mais pobres de Londres e de outras cidades do Reino Unido.

A Pobreza é sem duvida um dos principais factores de risco para a maternidade na adolescência (Grant, Grace, Trujillo, Halpert, Kessler-Cordeiro, Razzino, & Davis 2002; Moore, Myers, Morrison, Nord, Brown, & Edmonston, 1993). A maternidade na adolescência serve também como mecanismo de pelo qual a pobreza vai circulando de geração-em-geração. Portanto existe um ciclo vicioso entre a pobreza e a maternidade na adolescência. As jovens/adolescentes que vivem na pobreza correm naturalmente maiores riscos de maternidade (Grant *et. al.* 2002; Kiernan 1997).

Outros investigadores têm também apontado outros factores como é caso das diferenças de valores e atitudes culturais que caracterizam os jovens provenientes de meios pobres. Por exemplo, nos EUA entre as famílias afro-americanas ter um filho na adolescência é muitas vezes considerado como sendo algo de positivo. Também os valores defendidos pelas Igrejas muitas vezes ajudam a diminuir a percentagem de abortos entre as adolescentes grávidas (Grant *et. al.* 2002).

Portanto é necessário procurar entender de que forma a pobreza leva à maternidade na juventude/adolescência.

6.2. Universo a estudar

O universo de estudo foi a população de mães jovens/adolescentes residentes na Cidade da Praia e seus arredores, Cabo Verde.

A grande maioria de estudos realizados, quer na Europa quer nos Estados Unidos da América, define como sendo mães jovens/adolescentes todos os indivíduos que tenham dado à luz antes de completarem 20 anos de idade.

Daí que depois de termos também realizado algumas entrevistas exploratórias com personalidades que se encontram ligadas à problemática no terreno (nomeadamente, psicólogos, médicos enfermeiros e outros profissionais da saúde ligados à problemática da saúde reprodutiva, professores, assistentes sociais, líderes associativos, etc.) e de termos analisado todas as documentações locais possíveis, optamos por trabalhar apenas com as progenitoras com menos de 20 anos.

O limite de menos de 20 anos nos parece ajustar-se perfeitamente à realidade cabo-verdiana e aos objectivos do nosso estudo.

7. METODOLOGIA

7.1. Recolha de dados

Para a materialização deste trabalho realizamos consultas bibliográficas de obras e artigos de referência. Também consultamos uma série de dados estatísticos, artigos de jornais, revistas, legislações, sítios na Internet, base de dados de artigos de referência, etc.

Para a recolha de dados primários utilizamos, numa primeira fase, a técnica de inquérito por questionário e numa segunda fase a entrevista qualitativa.

O inquérito por questionário foi utilizado para inquirir as mães jovens/adolescentes. Por outro lado, também utilizamos o método de entrevista qualitativa para inquirirmos um grupo de pais e/ou encarregados de educação das mães jovens/adolescentes.

7.2. Inquérito por questionário

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), o inquérito por questionário consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais.

Quanto à forma de colecta de dados, pretendemos optar pela administração directa dos questionários, isto é, será o próprio inquirido quem se encarregará de preencher os questionários. Ao inquiridor caberá apenas a tarefa de fornecer explicações indispensáveis para o correcto preenchimento dos questionários.

7.2.1. Amostragem não probabilística intencional ou de conveniência

Para a selecção dos indivíduos a serem inquiridos, pretendemos utilizar a técnica de amostragem não probabilística de conveniência.

O principal motivo para o uso da técnica de amostragem não probabilística de conveniência é porque a população não está disponível para ser sorteada. Outro motivo é o facto de que a obtenção de uma amostra de dados que reflectam precisamente a população não ser o propósito principal da nossa pesquisa. Dado que não temos a intenção de generalizar os dados obtidos na amostra para a população, também não haverá preocupações da nossa parte quanto à representatividade da mesma na população.

A última razão que nos levou a optarmos pela amostragem não probabilística de conveniência se refere às limitações de tempo, recursos financeiros e materiais necessários para a realização de uma pesquisa com amostragem probabilística.

Foram entrevistadas todas as mães com menos de 20 anos que se deslocaram ao Centro de Saúde Reprodutiva da Fazenda (independentemente do número de filhos que afirmaram ter) entre os dias 1 a 15 de Agosto de 2006 e ao Centro de Saúde de Achada Santo António entre os dias 16 a 31 do mesmo mês, das 8 horas da manhã até as 12 horas e 30 minutos. Optamos por estes dois Centros de Saúde por serem (segundo os profissionais de saúde por nós consultados) os dois Centros que registam maior afluência em termos de utentes e por serem também os Centros de Saúde que conseguem cobrir praticamente toda a Cidade da Praia.

De uma forma geral conseguimos realizar entrevistas com mães jovens/adolescentes de praticamente todos os bairros da Capital do país (ver anexo).

Os questionários foram entregues directamente por nós. O preenchimento dos mesmos foi feito pelas entrevistadas (individualmente) e com a nossa presença para o devido esclarecimento de dúvidas.

Em ambos os Centros de Saúde, as jovens/adolescentes foram preencher o nosso questionário após terem sido atendidas pela enfermeira de serviço. Logo terminado a consulta a enfermeira de serviço explicava às mães a razão da nossa presença no Centro de Saúde alertando as mesmas para a importância de participarem num estudo desta natureza e que a privacidade das mesmas estava garantida visto que as entrevistas eram anónimas. Logo a seguir a enfermeira de serviço as encaminhava para uma sala particular que nos foi facultada para a realização das entrevistas (em ambos os Centros de Saúde) retirando-se de seguida. Portanto as enfermeiras nunca assistiram a qualquer entrevista.

A maioria das nossas entrevistadas demorou entre 5 a 8 minutos para concluir o preenchimento do questionário.

Devemos fazer referência também ao facto de que todas as entrevistadas colaboraram de uma forma aberta e não houve uma única recusa em participar nesta investigação.

a) Centro de Saúde Reprodutiva da Fazenda

O Centro de Saúde Reprodutiva da Fazenda foi inaugurado em 1977 sob a designação de Centro de Planeamento Materno Infantil/Planeamento Familiar (PMI-PF). Ainda o mesmo centro cobria todo o Programa Alargado de Vacinação.

A construção do referido centro foi financiada por uma instituição sueca denominada “Radde Barnem”.

No âmbito das mudanças implementadas pelo Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, em 2003 foi adoptado a actual designação para o referido centro e foram introduzidas algumas reformas a nível organizacional.

Actualmente o Centro encontra-se dividido em 4 secções de atendimento aos utentes:

- Secção de atendimento quer para adolescentes quer para adultos, que conta com duas médicas sendo uma de clínica geral outra gineco-obstetra, duas enfermeiras e quatro auxiliares.
- Secção de atendimento infantil constituído por uma médica de clínica geral, duas enfermeiras e três auxiliares.
- O centro conta ainda com uma área de atendimento a adolescentes composto por uma enfermeira, um médico e um psicólogo.
- E, por último, uma secção administrativa, a qual não nos foi possível apurar o número total de técnicos.



Centro de Saúde Reprodutiva da Fazenda (Cidade da Praia)

b) Centro de Saúde de Achada Santo António

O Centro de Saúde de Achada Santo António entrou em funções em 1988. O referido Centro conta actualmente com um total de nº 14 de funcionários distribuídos da seguinte forma:

- Três ajudantes de serviços gerais
- Três Agentes sanitários
- Um Técnico de farmácia
- Um Auxiliar Administrativo
- Um Técnico de Secretaria
- Três Enfermeiros

Em relação ao pessoal médico, o Centro funciona com um número variável de efectivos. Isto porque apesar de estarem actualmente colocados no Centro quatro médicos, três se encontram a trabalhar em regime de alternância fazendo, serviço no Centro e na urgência do Hospital Agostinho Neto.

O Centro conta também com a participação de alguns especialistas, que funcionam uma vez por semana, nomeadamente, Nutrição, Psicologia e Dermatologia. Em relação ao sexo, predomina o feminino, o Centro tem um total de 19 funcionários, sendo quatro do sexo masculino, e os restantes do sexo feminino.



Centro de Saúde de Achada Santo António

7.2.2. Análise dos dados quantitativos

Na elaboração do nosso questionário nós codificamos todas as perguntas constantes da mesma.

A análise estatística foi realizada com o auxílio do programa estatístico SPSS 11.0 para Windows (*Statistical Package for Social Sciences*) após termos criado uma base de dados.

Para testar as hipóteses de pesquisa, apresentadas a seguir, aplicamos um conjunto de análises estatísticas incluindo:

- Estatísticas descritivas (frequências, valores médios, etc. Com o auxílio de gráficos e de tabelas).
- Análises estatísticas indutivas (coeficientes de correlação e regressão linear).

7.3. Entrevista qualitativa

Numa segunda fase, optamos pelas entrevistas de grupo. Do ponto de vista prático pensamos que se trata de uma metodologia que também se enquadra bem ao nosso estudo tendo em conta o tempo e os recursos disponíveis.

A entrevista de grupo é uma técnica de pesquisa qualitativa muito utilizada em Psicologia e Educação, principalmente quando não se pretende abarcar as características de uma população ou generalização dos resultados.

O facto dos nossos potenciais inquiridos residirem relativamente perto do nosso local de trabalho, também facilitou a constituição do nosso grupo de entrevistados e a posterior realização da mesma, baixando os seus custos.

Nas suas diferentes formas, os métodos de entrevistas distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interacção humana. Correctamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Ao contrário do inquérito por questionário, os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca directividade por parte daquele (Quivy & Campenhoudt 1998).

Um procedimento bastante comum neste tipo de trabalhos consiste na escolha intencional dos sujeitos a serem observados. Por exemplo podemos partir do princípio de que os médicos constituem um grupo privilegiado para falarem sobre um dado problema de saúde. Mas se quisermos ouvir a opinião das pessoas sobre uma determinada marca de detergentes, se calhar seria mais conveniente observarmos um grupo de donas de casa.

Portanto, devemos procurar sempre o grupo de indivíduos que representam particularmente bem um determinado fenómeno, opinião ou comportamento. O rigor deste método aumenta quando for possível alguma aleatoriedade na constituição dos grupos (Almeida e Freire 1997).

Segundo Quivy & Campenhoudt (*op. cit.*), existem duas variantes principais de entrevistas: as semidirectivas e as centradas.

1. A entrevista semidirectiva, ou semidirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. É semidirectiva no sentido em que não é inteiramente aberta nem encaminhada por um grande número de perguntas precisas. Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Mas não colocará necessariamente todas as perguntas pela ordem em que as anotou e sob a formulação prevista. O investigador esforçar-se-á simplesmente por encaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível.
2. A entrevista centrada ou *focused interview*, é precisamente aquela que mais se adequa aos nossos objectivos de pesquisa. Esta variante tem por objectivo analisar o impacto de um acontecimento ou de uma experiência precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram; daí o seu nome. O entrevistador não dispõe de perguntas preestabelecidas, como no inquérito por questionário, mas sim de uma lista de tópicos precisos relativos ao tema estudado. Ao longo da entrevista abordará necessariamente esses tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento de acordo com o desenrolar da conversa.

Muitos estudos iniciam-se com *entrevistas-piloto* com vista a reunir informação básica acerca do campo de pesquisa em questão antes de se utilizar métodos mais precisos e inflexíveis: é no fundo, por esta razão que as entrevistas são consideradas como o método mais frequente em investigação social (Moreira *op. cit.*).

Nós estamos interessados em saber como e porque é que as jovens/adolescentes provenientes de certos ambientes (zonas de risco) sócio culturais se tornam mães.

Consideramos ser conveniente um estudo qualitativo que nos permita uma análise o mais detalhada possível de como esses jovens experienciam a maternidade e tudo o que o directa ou indirectamente intervêm neste processo.

Daí que consideramos a entrevista de grupo o método mais adequado na medida em que é considerado especialmente adequado para a análise dos sistemas de valores, das referências normativas, e das interpretações que os entrevistados fazem das situações conflituosas ou as opiniões que os mesmos têm das próprias experiências.

Nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca (Albarello, *et al.* 1997). Segundo os mesmos autores, o critério que determina o valor da amostra passa a ser a adequação aos objectivos da investigação tomando como princípio garantido que nenhuma situação importante foi esquecida. Nesta óptica, os indivíduos são escolhidos não em função da importância numérica da categoria que representam mas antes devido ao seu carácter exemplar.

A vantagem dos métodos qualitativos é a sua flexibilidade, ou seja, o facto do investigador poder desenvolver os temas de pesquisa à medida que estes surgem e orientar o curso da investigação da forma que foi sendo considerada mais pertinente sem estar estritamente sujeito a uma fórmula prévia (Moreira *op. cit.*).

Os métodos não probabilísticos de amostragem apresentam algumas vantagens específicas para o estudo de um determinado assunto, mas perdem desde logo qualquer possibilidade de generalização dos dados e das conclusões obtidas para outras situações ou amostras para além daquelas em que a investigação se concretizou (Almeida e Freire *op. cit.*).

Segundo Moreira (*op. cit.*). Em certa medida, isto constitui o reverso da sua flexibilidade. Porém a principal dificuldade colocada pelos métodos qualitativos, quer se baseiem em observação etnográfica ou em entrevistas, consiste no facto dos procedimentos utilizados para obter os dados não poderem ser repetidos em todo o seu detalhe.

A própria flexibilidade do método pode intimidar aqueles que não consigam trabalhar com serenidade sem directivas técnicas precisas. Inversamente, outros podem pensar que esta relativa flexibilidade os autoriza a conversarem de qualquer maneira com os interlocutores. Paralelamente, o carácter pouco técnico da formação exigida não ajuda o investigador que tenciona pôr em prática este método a fazer uma estimativa correcta do seu nível de competência na matéria.

A perspectiva do investigador tem uma forte influência sobre os dados obtidos. Diferentes investigadores com diferentes orientações, prioridades e perspectivas teóricas entendem diversos acontecimentos como diferentemente significativos para o seu trabalho de campo e, conseqüentemente, fazem análises baseadas nessas diferentes concepções (Moreira *op. cit.*).

7.3.1. A selecção dos participantes

A interacção entre os participantes é o ponto-chave das entrevistas de grupo. Portanto uma cuidadosa selecção da composição do grupo é de vital importância para o sucesso de uma investigação.

Os objectivos da investigação devem exigir que o investigador conduza os grupos com uma certa variedade de indivíduos de modo a poder explorar as várias perspectivas ou pontos de vista possíveis de um determinado assunto (Bloor *et al.* 2001).

Daí que o investigador também deve estar prevenido sobre as diferenças existentes entre os participantes que podem fazer com que alguns indivíduos não consigam expressar abertamente as suas opiniões sobre o tema em questão. Segundo Bloor *et al.* (*op. cit.*), esta situação acontece muitas vezes quando se juntam, por exemplo, pessoas que se distam muito em termos de *status* social ou de poder.

Nestas situações é muitas vezes preferível agrupar os indivíduos em função dos respectivos grupos de pertença.

7.3.2. A composição do grupo

Tradicionalmente recomenda-se que o grupo deva ser constituído por 6 a 8 participantes (tamanho óptimo). Porém já se fizeram trabalhos tanto com três como com catorze indivíduos.

O tamanho óptimo do grupo deve reflectir as características dos participantes tão bem como os tópicos a serem discutidos. Grupos pequenos têm sido utilizados com sucesso em estudos de comportamentos sensíveis (Bloor *et al.* 2001).

Segundo Morgan (1995 in Bloor *et al. op. cit.*) os grupos pequenos são os mais adequados a certos tipos de investigação em que os tópicos em discussão são muito complexos ou se está a trabalhar com pessoas *experts* no assunto em questão e que podem reagir negativamente se sentirem que não lhes estão a ser concedidas tempo suficiente para exporem os seus pontos de vista.

Cameron (1995 in Bloor *et al. op. cit.*) também defende a utilização de grupos pequenos. Isto porque é necessário haver espaço suficiente para as pessoas se acomodarem confortavelmente e devem sentar-se próximos um dos outros de forma a que todos os intervenientes se possam ver e ouvir em boas condições. É precisamente por este motivo que ele considera que a composição dos grupos não deve ultrapassar os 5 a 8 indivíduos.

Grupos grandes (com mais de 8 indivíduos) podem dificultar o trabalho do entrevistador/moderador e pode ser frustrante para os participantes se sentirem que não tiveram tempo suficiente para se expressarem. Uma discussão em que os participantes querem participar entusiasticamente pode se tornar num autêntico caos no caso do grupo ser demasiado grande. Segundo Bloor *et al. (op. cit.)* em grupos grandes também há sempre o risco de que os membros mais activos e extrovertidos dominarem completamente a interacção contribuindo assim mais que os restantes. E de acordo com Hill & Hill (2002), o investigador não deve “forçar” os participantes a conversar.

Finalmente também devemos considerar que o número de participantes tem implicações significativas na transcrição das gravações para a análise subsequente. Portanto quanto maior for o número de participantes mais complexo e moroso será a sua transcrição.

Ainda segundo Hill & Hill (*op. cit.*), pode ser difícil iniciar uma conversa, em especial quando os membros do grupo não se conhecem uns aos outros. Mas há duas coisas que ajudam a iniciar a conversa. Primeiro, é uma boa ajuda se, antes da conversa

formal, o investigador pedir que cada um dos membros do grupo se apresente e permitir que o grupo converse informalmente durante cinco ou dez minutos.

Tendo em conta todas estas argumentações optamos por trabalhar com um grupo constituído por 4 indivíduos.

- Primeiramente porque queríamos proporcionar aos nossos participantes as melhores condições possíveis para poderem expressar abertamente as suas opiniões sobre o tema em questão.
- Em segundo lugar, porque este número de participantes não implicou grandes dificuldades em termos de controlo da entrevista por parte dos moderadores.
- Por último, também devido ao facto de termos pouco tempo disponível para a posterior análise de dados. E um grupo muito grande iria causar-nos grandes inconveniências.

7.3.3. Perfil dos nossos entrevistados

Uma das estratégias mais utilizadas no recrutamento dos elementos do grupo é entrar em contacto com indivíduos que fazem parte do mesmo através de intermediários, e que não têm necessariamente que fazer parte do grupo de trabalho.

Segundo Bloor *et al.* (*op. cit.*), este método tem a óbvia vantagem de reduzir os esforços de recrutamento por parte do investigador. Porém tem a desvantagem de ficarmos dependentes dos critérios de selecção e da boa vontade dos nossos intermediários.

Nós entrevistamos pais e/ou encarregados de educação das mães jovens/adolescentes que frequentaram regularmente os Centros de Saúde Reprodutiva

por nós já identificados e livremente aceitarem participar deste estudo. À partida não impusemos nenhum tipo restrições.

As entrevistas foram realizadas numa das salas da direcção do Escola Secundária de Achada Grande, no dia 12 de Janeiro de 2007 por voltas das 15 horas e 30 minutos e teve uma duração de aproximadamente 40 minutos.

Participaram na referida entrevista de grupo 4 mães de jovens/adolescentes mães contactadas por nós. Porém é de salientar que uma das mães seleccionadas chegou com atraso à referida entrevista pelo que apenas assistiu a parte da discussão. Daí que optamos por não incluir as intervenções da referida senhora na análise dos resultados visto que não participou na totalidade da entrevista.

Das 4 senhoras que participaram na entrevista de grupo apenas duas é que já se conheciam, pois moram no mesmo bairro.

7.3.4. Registo dos dados

Nós optamos por uma conversa informal não gravada porque:

- Primeiro, os nossos entrevistados se expressariam melhor na língua crioula, o que iria nos colocar grande problemas a nível da tradução, dado que o mesmo possui especificidades locais que não dominamos na sua totalidade. Ainda, segundo Bloor *et al.* (2001), uma entrevista gravada de uma hora pode demorar mais de 5 horas a ser transcrito. Nos casos das entrevistas de grupos as previsões aumentam ainda para mais de 8 horas.
- Segundo, porque, pelo facto dos nossos entrevistados se expressarem em crioulo, e a nossa entrevista ser em grupo (4 indivíduos), era completamente impossível a posterior transcrição para o papel de toda a entrevista gravada em suporte áudio.
- Em terceiro lugar porque também optamos por fazer parte da conversa, enquanto moderadores e dinamizadores do mesmo. Daí que procuramos

apenas tirar algumas notas escritas de forma a não provocarmos muitas pausas na discussão e assim também podermos centrar a nossa atenção em outros aspectos do comportamento dos nossos entrevistados como por exemplo os gestos e as expressões faciais.

7.3.5. Análise de dados qualitativos

Para o tratamento dos dados qualitativos nós utilizamos a técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que permite a *descrição objectiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação* (Berelson in Vala 1990). Ela incide essencialmente sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas. A análise de conteúdo pode incidir sobre o próprio locutor ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido (Quivy & Campenhoudt 1998).

Os métodos de análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizados). De facto, apenas a utilização de métodos construídos e estáveis permite ao investigador elaborar uma interpretação que não tome como referência os seus próprios valores e representações (*op. cit.*).

Contrariamente à linguística, a análise de conteúdo em ciências sociais não tem como objectivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal. Os aspectos formais da comunicação são então considerados indicadores da actividade cognitiva do locutor, dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso que faz da comunicação (*op. cit.*).

A finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas sistematizadas. O analista coloca os dados num novo contexto que constrói com base nos objectivos e no objecto da pesquisa; o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção. Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção

de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (Vala 1990).

A análise de conteúdo ocupa hoje em dia um lugar de destaque na investigação social dado que possibilita aos investigadores tratar de forma metódica informações que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade.

Segundo Almeida e Freire (1997), as análises qualitativas, e sobretudo aquelas que partem da resolução em voz alta da prova, apresentam alguns pontos de interesse:

- A identificação de ambiguidades associadas quer ao formato quer ao conteúdo dos itens;
- A identificação dos processos e estratégias usadas pelos sujeitos nas suas respostas, e em que medida elas estão de acordo ou contrariam o sentido da avaliação em causa;
- A apreciação da eficácia e qualidade das várias alternativas de respostas formuladas;
- A identificação de alguns aspectos peculiares ou algumas dificuldades acrescidas apresentadas por um outro item;
- O conhecimento das atitudes gerais dos sujeitos face aos itens propostos e isso ao longo da prova;
- A verificação de alguns padrões específicos de realização nalguns itens por determinados grupos de sujeitos;
- A detecção de itens mal construídos;

Geralmente distingue-se três grandes categorias onde se incluem os diferentes métodos de análise de conteúdo, consoante o exame incida principalmente sobre certos elementos do discurso, sobre a sua forma ou sobre as relações entre os seus elementos constitutivos (Quivy & Campenhoudt *op. cit.*).

- **As análises temáticas** – são as que tentam revelar as representações sociais ou juízos dos locutores a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso;
- **As análises formais** – são as que incidem principalmente sobre as formas e encadeamento do discurso.
- **As análises estruturais** – são as que põem a tónica sobre a maneira como os elementos da mensagem estão dispostos. Tentam revelar aspectos subjacentes e implícitos da mensagem.

8. HIPÓTESES FORMULADAS/QUESTÕES A RESPONDER

1. As mães jovens/adolescentes vivem habitualmente em famílias monoparentais.
2. As mães Jovens/adolescentes pertencem, habitualmente, a famílias numerosas e desagregadas.
3. Quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre.
4. Controle dos pais sobre as jovens/adolescentes é um factor que em regra protege as mesmas da maternidade dita precoce.
5. A maternidade dita precoce afecta negativamente a auto-estima.

9. ÁREAS NÃO ESTUDADAS E DIFICULDADES ENCONTRADAS

A sociologia da família tem manifestado pouco interesse pelos estudos sobre a adolescência. Segundo Grelley (in Fleming 1993), o “adolescente” parece estar ausente para não dizer excluída da sociologia da família, e os estudos que existem abordam o adolescente, não no interior da sua família, mas na maioria dos casos em ruptura com ela ou já na posição, por sua vez, de jovem/adolescente chefe de família.

Portanto encontramos muitos estudos sobre a adolescência, mas quase nada no âmbito da sociologia. Tivemos de nos socorrer, muitas vezes, da extensa literatura disponível sobretudo nas áreas de psicologia e ciências ligadas à saúde (mais concretamente a saúde reprodutiva).

Apesar do homem também sofrer possíveis consequências do comportamento sexual e reprodutivo, os custos de uma gravidez/maternidade na adolescência/juventude geralmente são arcados, em grande parte, pela mulher. Por esta razão, optamos por enfatizar neste trabalho apenas as jovens/adolescentes do sexo feminino. Portanto, iremos trabalhar apenas com as mães jovens/adolescentes ficando os pais ausentes deste trabalho.

Por limitações de tempo e de recursos tivemos que restringir bastante o âmbito do nosso trabalho. Dentro do vasto conjunto de factores intervenientes no processo da gravidez/maternidade dita precoce escolhemos trabalhar apenas com aquelas que se encontram ligadas à família, à escola, à origem étnica e socio-económica e à auto-estima. Apesar de termos plena consciência que outros factores podem ser também relevantes.

O facto de termos passado grande parte da investigação no terreno (em Cabo verde), teve como principal desvantagem não podermos ter ao nosso alcance (a tempo inteiro) algumas referências bibliográficas importantes. E também privou-nos (durante um largo período) do contacto constante com os professores, colegas e o ambiente académico no geral.

10. UTILIDADE DO TRABALHO

10.1. Para a Comunidade Científica

Apesar de já haver um número considerável de investigações nesta área ainda não foi formulado uma teoria da gravidez e maternidade na adolescência e juventude no verdadeiro sentido da palavra.

Com este trabalho pretendemos dar o nosso pequeno contributo, ainda que bastante modesto, para esclarecimento dos factores sócio-culturais que se encontram ligados à problemática da maternidade na adolescência e juventude.

10.2. Para os Grupos da Sociedade Interessados no Tema

Julgo que este trabalho pode vir a dar um pequeno contributo para a elaboração de planos de prevenção da gravidez/maternidade dita precoce, e para um melhor conhecimento desta problemática em Cabo Verde.

É com este objectivo que procuramos estabelecer contactos com algumas instituições locais, (nomeadamente o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e o Ministério da Saúde) com interesse na matéria.

11. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

11.1. Dados quantitativos

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Idade	55	14	19	17,44	1,244
Valid N (listwise)	55				

Tabela nº 1- Idade (média)

De um total de 55 entrevistas todas as inquiridas tinham entre 14 a 19 anos, portanto não chegamos a entrevistar nenhuma mãe jovem/adolescente com menos de 14 anos, (nem com mais de 19 anos).

A média de idade das nossas entrevistadas foi de 17,44 anos (ver tabela n.º 1).

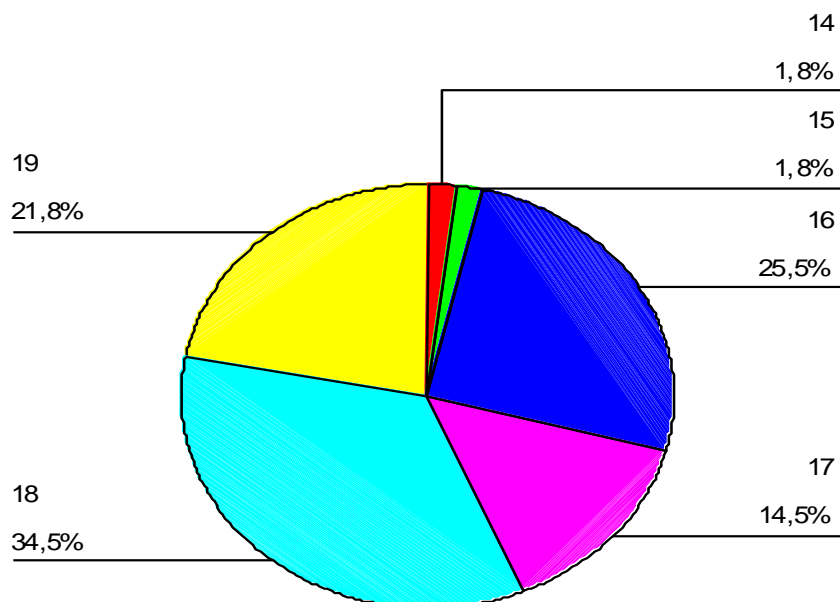


Gráfico nº 1– Idade (Porcentagem)

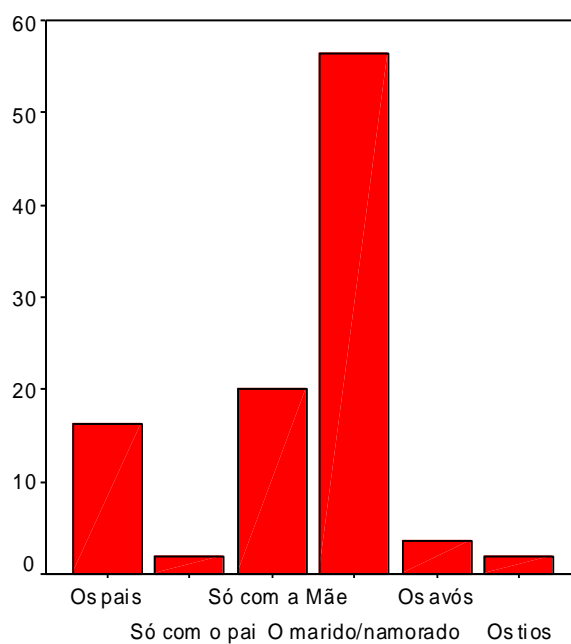
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	14	1	1,8	1,8	1,8
	15	1	1,8	1,8	3,6
	16	14	25,5	25,5	29,1
	17	8	14,5	14,5	43,6
	18	19	34,5	34,5	78,2
	19	12	21,8	21,8	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 2 - idade (frequências)

Foram poucas as mães adolescentes com 16 anos ou menos que se deslocaram aos Centros de Saúde Reprodutiva na altura em que realizamos as nossas entrevistas (ver - gráfico n.º 1 - tabela n.º 2).

Apenas 29,1% (N=16) das nossas inquiridas têm 16 anos ou menos. Entrevistamos apenas 2 mães com 15 anos ou menos. Com 16 anos de idade entrevistamos 14 mães (25,5%). A grande maioria das mães tinha entre 17 a 19 anos. Com 17 anos entrevistamos 8 (14,5%) mães, com 18 anos 19 mães (34%) e com 19 anos entrevistamos 12 mães (21,8%).

Hipótese n.º 1 – As mães jovens/adolescentes vivem habitualmente em famílias monoparentais.



Com que vive neste momento

Gráfico nº 2 – Com quem vive neste momento (percentagem)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Os pais	9	16,4	16,4	16,4
	Só com o pai	1	1,8	1,8	18,2
	Só com a Mãe	11	20,0	20,0	38,2
	O marido/namorado	31	56,4	56,4	94,5
	Os avós	2	3,6	3,6	98,2
	Os tios	1	1,8	1,8	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 3 – Com quem vive neste momento (frequências)

De acordo com os resultados por nós encontrados realmente fazer parte de uma família mono-parental é um factor que pode facilitar a maternidade na juventude/adolescência. Analisando os resultados podemos constatar que 20% (N=11) dos indivíduos por nós entrevistados ainda continuam a viver com as suas respectivas progenitoras. Curiosamente encontramos apenas um único caso de uma mãe jovem/adolescente que vive só com o pai (1,8% - N=1). Cerca de 16% (N=9) vivem com os pais.

Portanto há um maior número de mães jovens/adolescentes a viverem em agregados mono-parentais (N=12), do que em famílias constituídas (de orientação) pelo pai e pela mãe (N=9), apesar de a diferença não ser muito significativa (ver tabela n.º 3). Cerca de 5,4% (N= 3) vivem com outros familiares (tios ou avós).

No total, cerca de 27% das mães jovens/adolescentes por nós entrevistadas ainda se encontram a viver em agregados mono-parentais (em termos de família de orientação) e portanto também sem a presença permanente quer do pai da própria jovem mãe quer do próprio pai do seu filho. Se acrescentarmos a estes números as mães que vivem com ambos os pais podemos constatar que cerca de 45% das nossas entrevistadas não vivem com o respectivo pai dos seus filhos.

Porém 56,4% (N=31) vivem com os maridos/namorados e que são também os respectivos pais dos seus filhos (ver - gráfico n.º 2 e tabela n.º 3).

Realmente a grande maioria das mães jovens/adolescentes são provenientes de famílias mono-parentais, mas por outro lado este facto não implica que elas não venham no futuro a construir uma família (de procriação) que se possa considerar minimamente equilibrada. O facto de terem vivido durante a maior parte das suas vidas em famílias (de orientação) mono-parentais não justifica necessariamente que no futuro também venham a constituir famílias (de procriação) mono-parentais.

Daí que não é por acaso que encontramos um grande número de mães adolescentes a viverem com os respectivos maridos/namorados dentro de um mesmo lar (56% - N=31).

Hipótese n.º 2 – As mães jovens/adolescentes pertencem, habitualmente, a famílias numerosas e desagregadas.

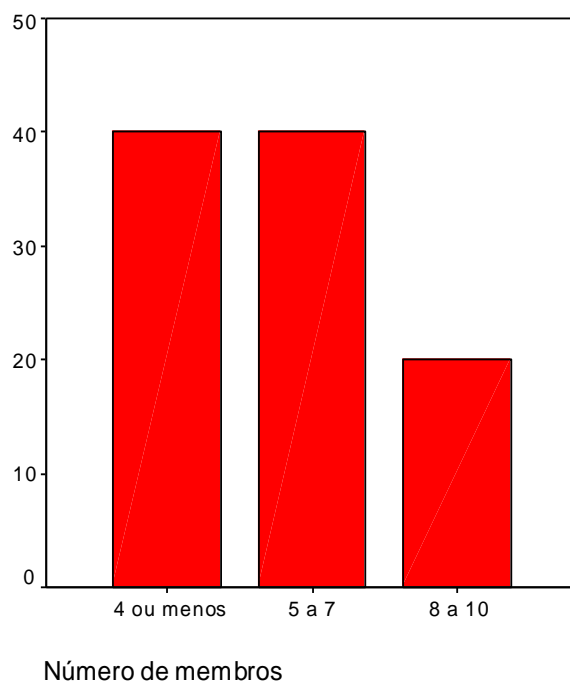


Gráfico n.º 3 – Composição do agregado familiar (percentagem)

Count		Neste momento vive com						Total
		Os pais	Só com o pai	Só com a Mãe	O marido/n amorado	Os avós	Os tios	
Composição do agregado familiar	4 ou menos	1		2	19			22
	5 a 7	7		7	6	2		22
	8 a 10	1	1	2	6		1	11
Total		9	1	11	31	2	1	55

Tabela n.º 4 – Composição do agregado familiar/Neste momento vive com (tabela cruzada)

Os resultados por nós encontrados não provam que as mães jovens/adolescentes pertencem, necessariamente, a famílias numerosas e desagregadas, tendo em conta a realidade cabo-verdiana.

Cerca de 40% (ver – gráfico n.º 3) das mães jovens/adolescentes vivem em famílias constituídas por 4 ou menos indivíduos (N=22). 80% das nossas entrevistadas vivem em agregados familiares compostos por 7 ou menos indivíduos.

Cerca de 19 dos 22 indivíduos que vivem em famílias pouco numerosas partilham a habitação com o marido/namorado, 2 vivem só com a mãe e apenas 1 vive com os pais. Portanto trata-se de agregados familiares pouco numerosas e que são na sua grande maioria constituídos por famílias nucleares, ou seja, a jovem mãe, o marido/namorado e os respectivos filhos (ver tabela n.º 4).

Também cerca de 40% (ver gráfico n.º 3) vivem em famílias constituídas por 5 a 7 indivíduos.

Nestes casos não encontramos um padrão claramente bem definido. Cerca de 7 mães moram com os pais, também 7 moram só com a mãe, 2 moram com os avós e 6 moram com os maridos/namorados (ver tabela n.º 4).

Portanto nestes tipos de agregados familiares a jovem mãe tanto pode morar com os pais e os irmãos como pode também morar apenas com a mãe e os irmãos. Também encontramos um número significativo de famílias que são compostos pela jovem mãe o marido/namorado e os pais e familiares do marido/namorado ou da jovem mãe. Muito provavelmente estes casais ainda continuam a morar com os pais (ou outros familiares) por algumas dificuldades em ter habitação própria.

Os restantes 20% (ver gráfico n.º 3) vivem em agregados familiares compostas por 8 a 10 indivíduos. Nestes casos já são famílias bastante extensas e normalmente com uma certa irregularidade em termos de composição dos seus respectivos membros.

Durante a realização das entrevistas muitas inquiridas quando confrontadas com esta questão tiveram que fazer muitas contas “de cabeça” para poderem lembrar com exactidão o número total de membros do seu agregado familiar.

Isto porque normalmente neste tipo de famílias estão sempre a entrar novos membros e sair antigos e por vezes a regressar outros. Porque uns vão morar nas suas respectivas casas, ou porque imigram e o lugar deixado vago é ocupado por um primo, uma tia ou outro qualquer parente (geralmente proveniente do meio rural). Portanto são

agregados familiares extensos mas com uma composição algo flexível, dado que entram e saem membros com uma certa regularidade.

Mas mesmo neste tipo de agregado familiar a maioria dos indivíduos entrevistados (6 das 11 entrevistadas), se encontravam a morar com os respectivos maridos/namorados (ver tabela n.º 4). Porém têm que partilhar a habitação com muitos outros membros e é pouco provável que consigam ter alguma privacidade. Por outro lado, tem a vantagem de o jovem casal ter sempre familiares por perto e que dão um grande apoio ajudando quer financeiramente, quer nos cuidados básicos com os filhos.

Mas de uma forma geral podemos observar que a grande maioria (56% - N=31) das mães jovens/adolescentes vivem com os seus filhos e os respectivos maridos/namorado. Apesar de em muitos casos terem de partilhar a habitação com outros familiares, julgo que podemos afirmar que, nestes casos, a maternidade ocorre dentro de um quadro relativamente “normal” e no seio de famílias mais ou menos estruturadas e que cumprem minimamente as funções que delas se espera.

É de registar o facto de nenhuma das nossas entrevistadas se encontrar a residir em agregados familiares compostos por mais de 10 membros.

Hipótese n.º 3 – Quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre.

Realmente quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre. Para chegarmos a estas conclusões nós analisamos a estrutura familiar, o percurso escolar, o local de residência e a situação perante o mercado de trabalho.

Count		Composição do agregado familiar			Total
		4 ou menos	5 a 7	8 a 10	
Idade	14		1		1
	15			1	1
	16	3	8	3	14
	17	3	3	2	8
	18	7	8	4	19
	19	9	2	1	12
Total		22	22	11	55

Tabela nº 5 – Idade/Composição do agregado familiar (tabela cruzada)

Quanto à composição do agregado familiar podemos concluir que maioria das adolescentes com 16 anos ou menos (N=16) vivem em agregados familiares com 5 ou mais indivíduos (ver tabela n.º 5).

Das 16 mães entrevistadas (que tinham 16 anos ou menos) 9 moram em agregados constituídos por 5 a 7 indivíduos e 4 moram em famílias compostas por 8 a 10 indivíduos. Apenas 3 mães afirmaram morar em famílias com 4 ou menos membros (ver tabela n.º 5).

Das 55 entrevistadas, 22 moram em agregados familiares compostas por 4 ou menos indivíduos. Também 22 moram em famílias constituídas por 7 ou menos membros e apenas as restantes 11 inqueridas é que moram em agregados familiares relativamente extensos (8 a 10 indivíduos).

		Idade	Composição do agregado familiar
Idade	Pearson Correlation	1	-,319*
	Sig. (2-tailed)	,	,017
	N	55	55
Composição do agregado familiar	Pearson Correlation	-,319*	1
	Sig. (2-tailed)	,017	,
	N	55	55

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Tabela nº 6 – Idade/Composição do agregado familiar (coeficiente de correlação)

Com base no coeficiente de correlação de Pearson (ver tabela n.º 6) podemos afirmar que o valor – 0,319 indica entre as variáveis idade e composição do agregado familiar existe uma relação inversa, ou seja, quanto maior for a idade menor é a composição do agregado familiar e vice-versa.

Count		Neste momento vive com						Total
		Os pais	Só com o pai	Só com a Mãe	O marido/n amorado	Os avós	Os tios	
Idade	14					1		1
	15						1	1
	16	2		3	8	1		14
	17	1	1	3	3			8
	18	6		3	10			19
	19			2	10			12
Total		9	1	11	31	2	1	55

Tabela nº 7 – Idade/Neste momento vive com (Tabela cruzada)

Também, com base na tabela n.º 7, podemos constatar que das 11 jovens/adolescentes que vivem só com a mãe 6 têm 17 anos ou menos. Dos 3 casos identificados de mães que viviam apenas com os avós ou tios, todas tinham menos de 17 anos.

Quanto mais “velha” é a mãe mais probabilidade tem de não morar numa família mono-parental. Das 12 jovens/adolescentes inquiridas que têm 19 anos de idade apenas 2 não moram com os respectivos maridos/namorados. Também quanto mais velha é a mãe mais probabilidade tem de morar em agregados familiares pequenos (ver tabela n.º 5).

De qualquer forma a maioria das mães jovens/adolescentes vivem com os respectivos maridos/namorados. Porém as mães com 18 ou 19 anos têm mais probabilidade de morarem em famílias melhor estruturadas.

Das 55 entrevistadas, 32 vivem com os respectivos namorados.

É de salientar também o facto de apenas uma única jovem/adolescente afirmou ser casada. As restantes 31 vivem em situação de união de facto. E na quase total dependência do namorado/marido.

Count		Habilitações					Total
		EBI incompleto	EBI completo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Idade	14	1					1
	15		1				1
	16	5	6	2	1		14
	17	1	3	4			8
	18	4	3	6	4	2	19
	19	2	3	5	1	1	12
Total		13	16	17	6	3	55

Tabela nº 8 – Idade/Habilitações (Tabela cruzada)

Quanto ao nível de habilitação escolar é facilmente comprovável que quanto mais jovem é a mãe menos habilitações tem.

Das 16 mães entrevistadas (que tinham 16 anos ou menos) apenas 3 conseguiram alcançar o ensino secundário e destas 3 apenas 1 conseguiu concluir o 2º ciclo. A grande maioria fica pela instrução primária. Sendo que 6 nem sequer concluíram o Ensino Básico Integrado (EBI - que é o nível de ensino mínimo obrigatório) e 7 chegaram a completar o EBI. Mesmo entre os indivíduos com 17 anos (N=8), metade não alcançou nenhum grau académico ao nível do ensino secundário. Apesar de algumas o ter, pelo menos, frequentado.

Das 55 mães por nós contactadas 46 não conseguiram passar do 8º ano de escolaridade (1º ciclo).

As mães com 18 e 19 anos, somente 6 conseguiram concluir com sucesso o 2º ciclo e apenas 3 conseguiram completar o terceiro ciclo.

Portanto, das 55 entrevistadas apenas 3 afirmaram ter completado na íntegra o ensino secundário.

		Idade	Habilitações
Idade	Pearson Correlation	1	,329**
	Sig. (1-tailed)	,	,007
	N	55	55
Habilitações	Pearson Correlation	,329**	1
	Sig. (1-tailed)	,007	,
	N	55	55

**. Correlation is significant at the 0.01 level (1-tailed).

Tabela nº 9 – Idade/Habilitações (coeficiente de correlação)

Com base no coeficiente de correlação de Pearson (ver tabela n.º 9) podemos afirmar que o valor 0,319 indica que entre as variáveis Idade e Habilitações, existe uma relação positiva, ou seja, quanto maior for a idade maior é a habilitação da mãe jovem/adolescente.

Count		Situação actual em relação à escola (ano lectivo 2004/05)		Total
		está a estudar	não está a estudar	
Idade	14		1	1
	15		1	1
	16	2	12	14
	17		8	8
	18	4	15	19
	19	2	10	12
Total		8	47	55

Tabela nº 10 – Idade/Situação actual em relação à escola (tabela cruzada)

Segundo a tabela n.º 10 a esmagadora maioria das 55 mães jovens/adolescentes (N=47) por nós contactadas não estudaram no último ano lectivo ou anularam a matrícula antes do fim do mesmo.

Apenas 8 mães conseguiram estudar até ao fim do ano lectivo 2004/05.

Das 24 jovens/adolescentes com menos de 18 anos apenas 2 estiveram matriculadas num estabelecimento de ensino no último ano lectivo. Das 8 mães que estiveram matriculadas 6 têm 18 ou 19 anos. Nenhuma das 2 jovens com 15 anos ou menos se encontra a estudar.

Quanto mais jovem é a mãe menos probabilidades tem de se encontrar matriculado em qualquer nível de ensino

Portanto podemos concluir que as mães jovens/adolescentes não têm conseguido reunir condições para poderem progredir no sistema de ensino formal, principalmente as mais jovens.

Count		Planos para o próximo ano lectivo			Total
		Vou voltar a estudar	Não vou voltar a estudar	Talves volte a estudar	
Idade	14			1	1
	15			1	1
	16	5	6	3	14
	17	6	1	1	8
	18	10	8	1	19
	19	6	4	2	12
Total		27	19	9	55

Tabela nº 11 - Idade/Planos para o próximo ano lectivo (tabela cruzada)

Apesar de a maioria, (ver tabela nº11) afirmar ter vontade de voltar a estudar e querer realmente voltar a estudar já no próximo ano lectivo a verdade é que a maioria fica mesmo pelas intenções.

Das 27 mães que manifestaram vontade de voltar a estudar 16 têm 18 anos ou mais. Das 16 mães com 16 anos ou menos apenas 5 manifestarem desejo de voltar a estudar. Por outro lado, das 39 mães com 17 anos ou mais, 22 querem continuar a estudar e 17 não têm planos de voltar a estudar. Nenhuma das 2 jovens com 15 anos ou menos manifestou vontade clara de voltar a estudar.

Com base nestes dados podemos verificar que, tendencialmente, as mães mais “velhas” mostram mais vontade de incluir o regresso à escola nos seus planos para o futuro do que as mais “novas”.

Count		Planos para o próximo ano lectivo			Total
		Vou voltar a estudar	Não vou voltar a estudar	Talves volte a estudar	
Habilitações	EBI incompleto	2	9	2	13
	EBI completo	5	6	5	16
	1º Ciclo	13	2	2	17
	2º Ciclo	5	1		6
	3º Ciclo	2	1		3
Total		27	19	9	55

Tabela nº 12 – Habilitações/Planos para o próximo ano lectivo (tabela cruzada)

Podemos constatar (ver tabela n.º 12) que os indivíduos com menos habilitações são os que se encontram menos inclinados para voltarem ou continuarem a estudar.

Dos 13 indivíduos que ainda não completaram o EBI apenas 2 tencionam estudar no próximo ano lectivo. E 9 afirmam que não vão mesmo estudar e 2 afirmam que ainda não estão certos se vão estudar ou não.

Dos 16 indivíduos que possuem o EBI completo apenas 5 afirmam que vão estudar no próximo ano lectivo. 6 afirmam que não vão estudar e 5 talvez volte a estudar.

Por outro lado são as jovens mães que têm melhores percursos académicos as que mais vontade demonstram em continuar a estudar. Das 17 jovens que já concluíram o 1º ciclo do Ensino secundário apenas 2 afirmam que não vão estudar no próximo ano lectivo e também apenas 2 firmam que talvez estudem no próximo ano lectivo.

Das 6 mães que já concluíram o 2º ciclo do Ensino Secundário apenas 1 afirma não voltar a estudar no próximo ano e das 3 jovens que já concluíram o 3º e último ciclo do Ensino Secundário apenas 1 afirma não ter planos de estudar no próximo ano lectivo.

Portanto, apesar de a maioria das mães (N=27) afirmar que tem intenções de estudar no próximo ano lectivo, são as mães com menos habilitações e

consequentemente com menos condições de ter acesso a um bom emprego e um bom salário, que menos vontade têm de continuar a estudar.

São as mais jovens e as com menos habilitações que se mostram menos propensos a continuarem os estudos. Das 16 jovens com menos de 17 anos, apenas 5 é que afirmam ter planos de estudar no próximo ano lectivo (tabela n.º 11). 6 afirmam que não vão mesmo estudar e 5 afirmam que talvez estudem no próximo ano lectivo.

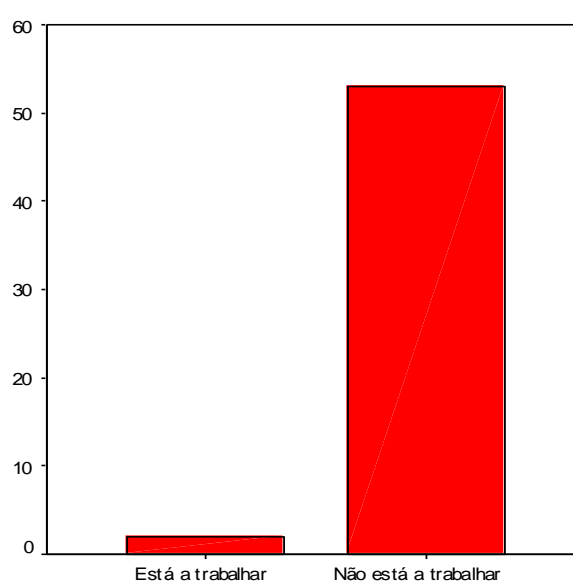


Gráfico nº 4– Situação laboral (frequências)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Está a trabalhar	2	3,6	3,6	3,6
	Não está a trabalhar	53	96,4	96,4	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 13– Situação laboral (percentagem)

Count		Situação laboral		Total
		Está a trabalhar	Não está a trabalhar	
Idade	14		1	1
	15		1	1
	16		14	14
	17		8	8
	18	2	17	19
	19		12	12
Total		2	53	55

Tabela nº 14– Idade/Situação laboral (tabela cruzada)

Count		Situação laboral		Total
		Está a trabalhar	Não está a trabalhar	
Neste momento vive com	Os pais	2	7	9
	Só com o pai		1	1
	Só com a Mãe		11	11
	O marido/namorado		31	31
	Os avós		2	2
	Os tios		1	1
Total		2	53	55

Tabela nº 15– Neste momento vive com/Situação laboral (tabela cruzada)

Apenas 3,6% (N=2), das mães jovens/adolescentes se encontram a trabalhar presentemente (ver tabelas n.º 13/14/15). De um total de 55 entrevistadas 96,4% não se encontram a exercer nenhuma actividade geradora de rendimentos.

Portanto elas (e os seus respectivos filhos) se encontram na total dependência de outros indivíduos para garantirem a satisfação das suas necessidades básicas (que é geralmente o marido/namorado).

As duas mães jovens/adolescentes que se encontram a trabalhar vivem ainda na mesma habitação que os pais (ver tabela n.º 15) e ambas têm 18 anos de idade (ver tabela n.º 14).

Nenhuma das mães jovens/adolescentes que moram com os maridos/namorados se encontram a trabalhar. Também as mães que vivem em famílias mono-parentais e/ou extensas não se encontram a exercer nenhuma actividade remunerada.

Quanto ao local de residência das mães jovens/adolescentes, julgo que não poderemos tirar grandes conclusões a partir dos resultados encontrados visto que tivemos problemas de fiabilidade das mesmas pelas seguintes razão:

- 1º - As nossas entrevistas foram realizadas nos dois principais Centros de Saúde Reprodutiva da capital do país. Só que para além desses dois centros principais existem um conjunto de outros pequenos centros espalhados pelos bairros periféricos da Cidade da Praia. O problema é que muitas utentes chegam aos Centros de Saúde Reprodutiva com moradas falsas só para poderem ser atendidas no Centro da sua preferência e não serem enviadas para o centro que realmente cobre a sua zona de residência. Visto que nós trabalhamos sempre em estreita colaboração com os profissionais de saúde é bem provável que algumas jovens mães não tenham sentido confiança suficiente para nos revelar a sua morada correcta sob pena de poderem perder o direito de ser atendida no Centro de saúde da sua preferência.
- 2º - Um factor que pode também ter posto em causa a fiabilidade dos dados por nós levantado, é o facto de termos encontrado valores relativamente altos em relação a alguns bairros. Este caso explica-se pelo facto de muitas pessoas que morram em bairros “pobres” que ficam perto de bairros mais “ricos”, quando questionadas

sobre as suas residências afirmam que moram nos bairros ricos não nos pobres.

Como exemplo podemos ver o caso do bairro de Palmarejo (ver anexo). 7 das nossas inquiridas afirmaram morar neste bairro, mas nós não conseguimos inquirir ninguém do bairro do “Monte vermelho” ou do “Fontom” que são bairros contíguos ao do Palmarejo mas que são habitados por populações mais pobres.

O mais provável é que algumas dessas 7 entrevistadas não moram efectivamente no Palmarejo, mas sim nestes bairros. Mas de qualquer forma trata-se de um fenómeno muito interessante ponto de vista sociológico mas que ultrapassa o âmbito da nossa investigação.

Apesar dos constrangimentos acima mencionados a maioria das jovens/adolescentes por nós entrevistadas são provenientes de zonas periféricas, pobres, com graves problemas em termos de saneamento básico (abastecimento de água, rede de esgoto, recolha de lixo, etc.), de ordenamento urbano e de criminalidade, etc.³⁷.

Como exemplos podemos dar “Tira-Chapeu” com 8 entrevistadas, “Safende” com 5, “Vila Nova” também 5, “S. Pedro” com 3 e “Achada Grande” também com 3 (ver anexo).

É de assinalar o facto de não termos conseguido entrevistar nenhuma mãe jovem/adolescente que seja proveniente do “Plateau”, da “Fazenda” ou da “Prinha”, que são bairros habitados por famílias tendencialmente de classe média/alta.

³⁷ Para obter informações mais detalhadas consulte o subcapítulo 13.4 do anexo.

Hipótese n.º 4 - Controle dos pais sobre as jovens/adolescentes é um factor que em regra protege as mesmas da maternidade dita precoce.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	Autoritários	8	14,5	14,5	14,5
	Mais ou menos	26	47,3	47,3	61,8
	Tolerantes	21	38,2	38,2	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 16- Tipo de controlo dos pais sobre os adolescentes

Realmente o controle dos pais sobre as jovens/adolescentes é um factor que em regra protege as mesmas da maternidade dita precoce.

De todas as nossas entrevistadas (N=55) apenas 14,5% (N=8) é que consideraram que receberam uma educação rígida da parte dos seus encarregados de educação. 47% (N=26) consideram que os pais/encarregados de educação não foram nem muito “duros” nem muito “moles”. Por outro lado 38% (N= 21) consideram que receberam uma educação completamente aberta, ou seja, os seus pais/encarregados de educação não têm por hábito controlar com rigidez as saídas de casa ou quaisquer outras actividades que as jovens/adolescentes queiram por em prática fora do controle dos mesmos (ver tabela n.º 16).

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não apoiam mas também não proibem	47	85,5	85,5	85,5
	Proibem sempre	8	14,5	14,5	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 17– Posição dos pais/encarregados de educação em relação às saídas nocturnas

Portanto 85% (N=47) das jovens/adolescentes por nós entrevistadas consideram que não tiveram uma educação “dura” e que sempre foram mais ou menos “livres” para organizarem as suas vidas como bem entendem. Estas mesmas jovens/adolescentes também consideram que os seus encarregados de educação “não apoiam, mas também não as proibem, de saírem à noite sempre que assim entenderem. Curioso é o facto de nenhuma jovem ter afirmado que os pais/encarregados de educação “apoiam” a ideia de saírem à noite (ver tabela nº 17).

Também apenas 14,5% (N=8) é que consideraram que os pais/encarregados de educação proibem sempre qualquer pedido para sair à noite.

De um modo geral podemos afirmar que se por lado nenhum pai/encarregado de educação apoia claramente a ideia das suas respectivas filhas saírem à noite, por outro lado a maioria adopta uma postura que demonstra uma certa indiferença, pois se não apoiam também não condenam, ou seja, não procuram impedir.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Não gosto	41	74,5	74,5	74,5
	Gosto pouco	4	7,3	7,3	81,8
	Assim assim	2	3,6	3,6	85,5
	Gosto	6	10,9	10,9	96,4
	Gosto muito	2	3,6	3,6	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 18- Em que medida gosta de sair à noite (frequências)

Porém, apesar de a maioria (85%) das mães jovens/adolescentes considerarem que não tiveram uma educação muito autoritária e que os pais/encarregados de educação nunca exerceram um grande controle sobre as mesmas, o facto é que também a grande maioria delas (74% N=41) afirma que “não gosta de sair à noite”. 7,3% (N= 4) afirmam que “gostam pouco”, 3,6% (N= 2) afirmam que “nem gostam nem desgostam”, 10% (N=6) afirmam que “gostam” e apenas 3,6% (N=2) é que afirmam que “gostam muito” de sair à noite.

Portanto apenas 14,5% (N= 8) das nossas inquiridas é que firmam ter algum contacto com a vida nocturna da Cidade da Praia. As restantes 85,5% (N= 47) têm muito pouco contacto com a vida nocturna, inclusive muitas afirmaram que nunca frequentaram qualquer estabelecimento de diversão nocturna (ver tabela n.º 18).

Hipótese 5 - A maternidade dita precoce afecta negativamente a auto-estima.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muitos amigos	32	58,2	58,2	58,2
	Alguns amigos	6	10,9	10,9	69,1
	Poucos amigos	16	29,1	29,1	98,2
	Nenhum amigo	1	1,8	1,8	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 19- Considera-se uma pessoa com amigos

Mais de metade das nossas inquiridas (58% - n=32)) consideram que têm muitos amigos e 10,9% consideram que têm alguns amigos. 29% acham que têm poucos amigos e apenas 1,8% é que acham que não têm amigos (N=1).

De uma forma global podemos ver através das percentagens acumuladas que 70% das nossas inquiridas consideram que têm muitos ou alguns amigos e apenas 30% é que têm poucos ou nenhum amigo (Ver tabela nº 19).

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito atraente	2	3,6	3,6	3,6
	Atraente	6	10,9	10,9	14,5
	Nem muito nem pouco	28	50,9	50,9	65,5
	Pouco atraente	4	7,3	7,3	72,7
	Nada atraente	1	1,8	1,8	74,5
	Não sabe/não responde	14	25,5	25,5	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 20 – Em que medida se considera uma pessoa atraente

Quando questionadas sobre as suas qualidades físicas a grande maioria (50,9%-n=28) considera que não é nem muito bonita nem muito feia, ou seja, que podem não ser fisicamente muito atraentes mas que também não são propriamente menos dotadas que as outras raparigas da mesma idade. Cerca de 25,5% preferiram não responder a esta questão. Apenas 9,1% (n=5) responderam que são pouco ou nada atraentes. Por outro lado, 10,9% acham que são atraentes e apenas duas inquiridas (3,6%) afirmaram que se consideram pessoas fisicamente muito atraentes. Analisando as percentagens acumuladas podemos ver que 65,5% das nossas inquiridas não se consideram pessoas pouco atraentes (ver tabela nº20).

I

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Muito sociável	8	14,5	14,5	14,5
Sociável	31	56,4	56,4	70,9
Nem muito nem pouco	9	16,4	16,4	87,3
Pouco sociável	1	1,8	1,8	89,1
Nada sociável	1	1,8	1,8	90,9
Não sabe/não responde	5	9,1	9,1	100,0
Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 21- Em que medida se considera uma pessoa sociável

De acordo a tabela nº 21, podemos concluir que 70,9% (n=39) das nossas inquiridas consideram-se pessoas sociáveis ou muito sociáveis, sendo que 14,5% se consideram muito sociáveis e 56,4% (n=31) apenas sociáveis. Cerca de 16,4% (n=9) acham que não são nem muito nem pouco sociáveis. Apenas uma pessoas afirmou ser uma pessoa pouco sociável e também apenas uma afirmou que se considera mesmo uma pessoa nada sociável.

Analisando as percentagens acumuladas podemos ver que 87,3% (n=48) das nossas inquiridas, ou seja, 48 de um total de 55 entrevistadas, não se consideram pessoas de difícil relacionamento com os outros.

Apenas 5 inquiridas (9,1%) não quiseram responder a esta questão (ver tabela nº 21).

		Em que medida se considera uma pessoa sociável	Considera-se uma pessoa com:
Em que medida se considera uma pessoa sociável	Pearson Correlation	1	,038
	Sig. (2-tailed)	,	,783
	N	55	55
Considera-se uma pessoa com:	Pearson Correlation	,038	1
	Sig. (2-tailed)	,783	,
	N	55	55

Tabela nº 22- Considera-se uma pessoa sociável/considera-se uma pessoa com amigos (correlação)

Count		Considera-se uma pessoa com:				Total
		Muitos amigos	Alguns amigos	Poucos amigos	Nenhum amigo	
Em que medida se considera uma pessoa sociável	Muito sociável	7			1	8
	Sociável	16	5	10		31
	Nem muito nem pouco	5	1	3		9
	Pouco sociável			1		1
	Nada sociável			1		1
	Não sabe/não responde	4		1		5
Total		32	6	16	1	55

Tabela nº 23- Considera-se uma pessoa sociável/considera-se uma pessoa com amigos (Tabela cruzada)

Se cruzarmos as variáveis Sociabilidade e Número de Amigos podemos concluir que a maioria das pessoas que se consideram muito sociáveis (7 em 8) também julgam ter muitos.

Das 31 inquiridas que se consideram sociáveis metade (n=16) acha que tem muitos amigos, 5 acham que têm muitos amigos e 10 acham que têm poucos amigos.

Como seria de esperar, as duas inquiridas que se consideram pouco ou nada sociáveis também acham que têm poucos amigos (ver tabela nº 23).

De acordo com a tabela nº 22, existe uma relação directa entre o grau de sociabilidade e número de amigos, ou seja, quanto mais sociável uma jovem mãe for mais amigos julgará ter. E também quanto menos amigos tiver mais tendência terá para se auto-julgar ser uma pessoa menos sociável.

Count		Considera-se uma pessoa com:				Total
		Muitos amigos	Alguns amigos	Poucos amigos	Nenhum amigo	
Em que medida se considera uma pessoa atraente	Muito atraente	2				2
	Atraente	3		3		6
	Nem muito nem pouco atraente	15	5	7	1	28
	Pouco atraente	2		2		4
	Nada atraente	1				1
	Não sabe/não responde	9	1	4		14
Total		32	6	16	1	55

Tabela nº 24- Considera-se uma pessoa com amigos/considera-se atraente (tabela cruzada)

De uma forma geral podemos concluir que independentemente da avaliação que fazem de si mesmas, a maioria (n=32) das nossas inquiridas acha que têm muitos amigos. Apenas uma única inquirida afirmou não ter nenhum amigo. Das 5 inquiridas que afirmaram que se consideram pouco ou nada atraentes 3 consideram que têm muitos amigos. Mesmo entre as inquiridas não responderam à pergunta se se consideram ou não pessoas fisicamente atraentes, a maioria acha que tem muitos amigos (ver tabela nº 24).

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca bebe	41	74,5	74,5	74,5
	De vez enquado	14	25,5	25,5	100,0
	Total	55	100,0	100,0	

Tabela nº 25 – Consumo de bebidas alcoólicas

De acordo com a tabela nº 26 a maioria das mães afirma que nunca consome qualquer tipo de bebidas alcoólicas (74,5%). Cerca de 25,5% afirmam que consomem apenas de vez enquanto. Nenhuma das nossas entrevistadas afirmaram consumir com frequência bebidas alcoólicas.

11.2. Dados qualitativos

Na análise que fizemos à entrevista de grupo com mães de jovens/adolescentes mães identificamos duas estratégias diferentes no que toca a maternidade na juventude/adolescência.

Uma em que a maternidade nessa idade se enquadra dentro de um plano predeterminado onde a jovem progenitora é incentivada pela família a dar esse passo.

E outra em que a gravidez/maternidade acontece de forma indesejada para os pais e/ou encarregados de educação.

Portanto, no primeiro, trata-se de casos de maternidade na juventude/adolescência que se enquadra dentro de uma estratégia familiar previamente concebida para assim acontecer.

Uma das mães durante a entrevista preferiu dizer que a filha estava quase a completar 16 anos em vez de dizer que a filha tinha 15 anos na altura em que se tornou mãe. Portanto podemos notar que há nestes casos uma certa “pressa” para que as filhas ganhem a sua autonomia. A ausência de uma figura paterna em casa pode ter também alguma influência

- *Quando ela ficou grávida ela já tinha saído de casa. Ela estava quase a completar 16 anos quando isto aconteceu. Só depois, quando já morava com o seu namorado é que ela ficou grávida.*
- *Quando soube que ela estava grávida fiquei um pouco triste, porque acho que ela devia em primeiro lugar estudar e só depois pensar em ter filhos. Se ela não voltar a estudar vai ter uma vida cheia de dificuldades como a minha, mesmo com o apoio do companheiro dela. Mas como ela ficou grávida, o que está feito está feito, acabei por aceitar e ela teve o seu filho.*

- *Quando o filho dela nasceu ela tinha 16 anos e já estava a morar com namorado há cerca de 9 meses. Depois o companheiro dela pediu para irem morar juntos. Eu fiquei muito triste porque ela ia deixar-me. Eu não a queria longe de mim porque ela é a filha que mais me ajudava em casa. Mas pronto ela quis seguir o seu destino.*

Geralmente a mãe da jovem/adolescente também foi mãe ainda muito jovem. E passa para as filhas essa mesma estratégia.

- *Quando nasceu o meu primeiro filho eu tinha 17 anos. E quando ela nasceu eu tinha 26 anos. No total eu tenho 5 filhos.*
- *A minha filha mais velha também saiu de casa com a mesma idade dela, e hoje tem 20 anos e ainda continua a morar com companheiro que é também primo do companheiro da Emanuela.*
- *Quando a minha primeira filha nasceu eu tinha 18 anos. E ao todo tenho 8 filhos. A minha filha mais velha tem agora 22 anos e teve o seu primeiro filho aos 18 anos.*

Trata-se essencialmente de famílias monoparentais, extremamente pobres, em que os filhos acabam por ter um percurso desenvolvimental muito atribulado. Este facto vem comprovar uma das hipóteses de pesquisa por nós formuladas de que quanto mais pobre for a família da jovem/adolescente mais propensa ela se torna em relação a maternidade dita precoce.

A jovem/adolescente “sai de casa” muito cedo, sem ter completado o 1º ciclo do ensino secundário e sem ter um emprego. Logo dependerá na totalidade do rendimento do “companheiro” que acaba por fazer na prática o papel de pai e o de marido.

- *Quando o pai morreu ela tinha 3 anos e foi viver com uma tia do lado paterno que a maltratava muito. Por isso, depois de algum tempo ela foi viver para as aldeias SOS. Só com 10 anos é que ela voltou a morar comigo novamente. Ela sempre quis voltar a viver comigo, só que como ela era muito pequena e não conhecia o caminho não voltou para casa mas cedo.*
- *Antes ela morava só comigo. O pai dela mora em Achada de Santo António. Só de vez em enquanto nas férias é que ela ia visitar o seu pai.*

Quanto ao estilo ou tipo de educação podemos constatar que as mães afirmam que as filhas tiveram uma educação muito rigorosa. Pois raramente saíam à rua.

O que podemos constatar através das suas afirmações é que a noção maioridade dessas mães não se encontra enquadrado com a lei. Pois a lei diz que só partir dos 16 anos um indivíduo pode iniciar a sua vida sexual. Portanto elas acabam por considerarem as filhas como sendo maiores de idade ainda antes de o serem legalmente.

- *Ela não conhecia nenhum lugar, nem sequer o Plateau (centro da cidade). Só a partir do momento que ela arranhou o seu companheiro é que começou a sair um pouco. Antes ela nunca tinha dormido fora de casa.*

- *Nunca lhe bati por questões de namoro. Apenas lhe bati uma vez, e bem feio, porque uma vez lhe deixei sozinha em casa com a irmã mais nova e ela deixou que uma vela acesa pegasse fogo em casa e danificado uma mala. Mas de resto ela sempre foi uma menina que nunca deu muito trabalho e foi sempre muito responsável.*
- *Eu sempre criei os meus filhos livremente. Estou eu sempre em “guerra” com ela, mas no fundo damos-nos muito bem. Quando ela era mais nova não a deixava sair muito. Mas agora ela é dona da sua própria vida.*

Outro aspecto interessante é o facto de todas as jovens/adolescentes provenientes das famílias mais pobres morarem com os seus respectivos “companheiros” em estruturas que podemos considerar como sendo famílias nucleares. Mas, naturalmente que qualquer possibilidade de continuar os estudos fica logo hipotecada.

No segundo caso estamos perante uma família em que a gravidez/maternidade não foi desejada e nem foi concebida dentro daquilo que podemos definir como sendo uma estratégia familiar. A jovem/adolescente engravidou sem o consentimento dos pais. Se por um lado os pais até toleram o namoro nesta idade, por outro não consentem a maternidade na adolescência.

- *Quando ela engravidou fiquei muito chateada, no princípio ela negou tudo, mas já estava a ficar desconfiada porque ela andava a faltar muitas aulas e a não estudar. Por isso perdeu logo o ano lectivo.*

Estamos perante famílias que podem ser consideradas medianas, em termos de recursos económicos, e em que a estratégia dos pais passa por uma forte aposta na educação escolar dos filhos, como principal forma de ascensão social. Daí que uma gravidez/maternidade não planificada deita por terra, ou pelo menos dificulta, o percurso escolar.

Não é por acaso que a mãe afirma que este acontecimento com a filha mais velha é uma lição e que a vigilância sobre a filha mais nova será maior.

- *A gravidez dela serviu de lição para mim, estou sempre a conversar com a sua irmã mais nova. Ela já está avisada que com ela será diferente. Não vou tolerar que esta história se repita na minha casa.*

A reacção dos pais perante a notícia de virem a ser avós é no início de uma grande revolta. Muitos acabam mesmo por expulsar as filhas de casa mas normalmente não por muito tempo. Passado o período de revolta a família acaba por aceitar o facto e o recém-nascido é enquadrado como membro de pleno direito na casa dos avós maternos. E não há uma forte pressão da parte dos pais para que filha “saia de casa” ou seja vá morar com o pai do seu filho.

- *Acho que ela o fez de “abuso”, porque eu falava muito com ela sobre estas coisas, ela recebia muitos conselhos sobre estas coisas da vida. Logo que eu soube da verdade pedi-a para sair de casa e ir procurar outro lugar para viver. O pai dela também ficou muito chateado e só queria mata-la.*

Podemos comprovar que se trata de famílias com alguns recursos, pois para além de terem empregos mais ou menos bem remunerados, também costumam ter algumas oportunidades de realizar viagens para fora do país.

- *Ela fugiu para a casa da sua avó paterna durante algum tempo. Só que eu tive que ausentar do país durante um mês (estive em Portugal) e quando voltei da viagem ela estava de novo em casa. Acabamos por aceitar o facto ainda antes do filho nascer.*

Quanto ao estilo ou tipo de educação constatamos que nestes casos que a noção de maioridade dessas mães se encontra melhor enquadrado com a lei. Pois elas esperam que as filhas se engravidam só depois concluírem o percurso escolar.

- *Ela sempre teve uma educação muito rigorosa, alias até ainda sou muito rigorosa com ela, porque afinal ela é ainda uma criança, apesar de já ter um filho. Na minha presença não deixo passar nada. Só que nas minhas costas não sei o que ela faz. Porque trabalho durante todo dia e não posso estar sempre em cima dela.*

Jovens/adolescentes oriundas de famílias com maior poder económico podem vislumbrar maiores possibilidades de completar seus estudos e retomar seu projecto de vida do que as oriundas de meios mais carentes.

- *Nós temos uma boa relação, ela vive lá em casa com o filho sem nenhum problema. Lamentamos o que aconteceu mas a vida continua. Nós continuamos a apoia-la para poder voltar a estudar e poder assim dar um rumo na sua vida.*

12. CONCLUSÃO

Os resultados por nós encontrados não confirmam que as mães jovens/adolescentes vivem em famílias mono-parentais.

De acordo com Corcoran *et al.* (2000), em termos de estrutura familiar, fazer parte de uma família mono-parental parece actuar como um factor de risco para uma gravidez em idade precoce. Principalmente quando a filha mora só com a mãe. Por isso é muito importante que haja uma boa relação entre a mãe adolescente e a sua própria progenitora pois só assim será possível criar todas as condições sociais e psicológicas para que a maternidade (dita precoce) decorra normalmente.

Muitos cientistas e analistas sociais têm dito que o número cada vez maior de famílias sem pai está na origem de toda uma série de problemas sociais, que vão do aumento da criminalidade à multiplicação dos custos da educação das crianças. Alguns, autores, inclusive, argumentam que as crianças nunca serão membros efectivos de um grupo, se não forem expostas a exemplos constantes de negociação, cooperação e compromisso entre adultos no seu ambiente imediato (Dennis & Erdos in Giddens 2004).

Realmente a grande maioria das mães jovens/adolescentes por nós entrevistadas são provenientes de famílias (de orientação) mono-parentais, mas por outro lado este facto não implica que elas não venham no futuro a construir uma família que se possa considerar minimamente “equilibrada”. O facto de terem vivido durante a maior parte das suas vidas em famílias (de orientação) mono-parentais e desagregadas não justifica necessariamente que no futuro também venham a constituir famílias (de procriação) mono-parentais.

Daí que não é por acaso que encontramos um grande número de mães jovens/adolescentes a viverem com os respectivos maridos/namorados dentro de um mesmo lar.

Segundo Silva (in Cordeiro 1988), as mães adolescentes pertencem, habitualmente, a famílias numerosas e desagregadas, vivendo em condições sociais muito degradadas e numa elevada percentagem, o pai está ausente.

As mães jovens/adolescentes da Cidade da Praia não pertencem, necessariamente, a famílias numerosas e desagregadas. Muitas vivem em famílias constituídas por 4 ou menos indivíduos. Portanto vivem em agregados familiares

pouco numerosas e quase sempre partilham a habitação com o companheiro/namorado. Se, por um lado, é verdade que a maioria das mães jovens/adolescentes cresceu no seio de famílias mono-parentais, por outro lado, não é verdade que elas venham a seguir obrigatoriamente o mesmo percurso que as suas progenitoras.

Nestes casos, a maternidade na juventude/adolescência ocorre num padrão cultural “estável” em que a paternidade e maternidade se dão num ambiente próprio e correspondem a um reforço de rituais de passagem da adolescência à idade adulta. Existe, assim, segundo Cordeiro (*op. cit.*) toda uma simbologia que faz com que a maternidade e a paternidade possam constituir um reforço do processo maturativo de separação-individualização em relação aos pais. Maternidade não corresponde, nestas circunstâncias, a um acto dissonante ou de ruptura mas, pelo contrário, é (de certa forma) apoiado e valorizado socialmente. Portanto a maternidade na juventude/adolescência não é necessariamente “maternidade não desejada”.

Também uma percentagem considerável (ver resultados) que vive em famílias constituídas por 5 a 7 indivíduos. Nestes tipos de agregados familiares a jovem/adolescente mãe tanto pode morar com os pais e os irmãos como pode também morar apenas com a mãe e os irmãos. Também encontramos um número significativo de famílias que são compostos pela jovem/adolescente mãe e o companheiro/namorado e os pais e familiares do companheiro/namorado ou da jovem mãe. Muito provavelmente estes casais ainda continuam a morar com os pais por terem algumas dificuldades em ter habitação própria.

Os restantes vivem em agregados familiares compostos por 8 a 10 indivíduos. Nestes casos já são famílias com baixo nível socioeconómico e que vive em habitações superpovoadas e promíscuas e também normalmente com uma certa irregularidade em termos de composição dos seus respectivos membros.

Normalmente neste tipo de famílias estão sempre a entrar novos membros e a sair antigos e por vezes a regressar outros. Porque uns vão morar nas suas respectivas casas, ou porque imigram e o lugar deixado vago é ocupado por um primo, uma tia ou outro qualquer parente geralmente proveniente do meio rural. Portanto são agregados familiares extensos e com uma composição algo flexível, dado que entram e saem membros com uma certa regularidade.

Mas mesmo neste tipo de agregado familiar a maioria dos indivíduos entrevistados se encontravam a morar com os respectivos companheiros/namorados. Porém têm que partilhar a habitação com muitos outros membros e é pouco provável

que consigam ter alguma privacidade. Por outro lado, tem a vantagem de o jovem casal ter sempre familiares por perto e que dão um grande apoio ajudando quer financeiramente, quer nos cuidados básicos com os filhos.

Também quanto mais velha é a mãe mais probabilidade tem de morar em agregados familiares pequenos.

Quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre, donde resulta que estas mães estejam expostas a todo o tipo de risco – má nutrição, desemprego, abuso de drogas e álcool (Cordeiro *op. cit.*).

Realmente quanto mais jovem é a mãe mais frequentemente pertence a um meio pobre. Uma mãe jovem/adolescente com 16 anos ou menos tem um percurso escolar muito pobre porque não consegue passar do EBI (Ensino Básico Integrado) e tem mais probabilidade de morar em agregados familiares extensos e desestruturados do que as suas colegas mais velhas. Consequentemente pode, eventualmente, estar exposta (quer ela quer o filho) a situações de má nutrição e também de desemprego.

Segundo Gonçalves (2005), as consequências desta situação são que por um lado, as mulheres ficam presas a um círculo vicioso de pobreza, fecundidade elevada, problemas de saúde diversificados e por outro, têm cada vez menos oportunidades de intervenção para que esta situação se altere.

Mas, por outro lado, as mães jovens/adolescentes na Cidade da Praia não têm por hábito consumir drogas ou álcool e não frequentam espaços de diversão nocturna.

De acordo com Corcoran *et. al.* (2000), as grávidas e mães jovens/adolescentes são menos propensos ao consumo do álcool e drogas do que as suas companheiras que não se engravidaram. Uma hipótese explicativa, para a referida autora, deste fenómeno é o facto de que as jovens/adolescentes têm plena consciência dos riscos do consumo de álcool para a saúde dos seus filhos, daí que restringem o consumo do mesmo de uma forma propositada. Uma outra explicação possível tem a ver com o facto de que as grávidas/mães jovens/adolescentes normalmente passam a sair e estar menos tempo com seus amigos apesar de continuarem a afirmar que consideram que têm muitos amigos.

Portanto ficam automaticamente menos expostos a situações criadoras de ambientes propícios ao consumo de bebidas alcoólicas. Por outro lado, também muitas jovens/adolescentes justificaram que elas não passaram a sair menos vezes por causa da gravidez/maternidade, mas sim porque mesmo antes da gravidez não tinham inclinação para esse tipo de actividades. Ou seja, não tinham uma “vida social intensa”.

Pode ser também que as jovens/adolescentes que não gostam de sair muito não sintam tanta necessidade de adiar a gravidez/maternidade para mais tarde.

Segundo Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são: a socialização primária e a estabilização da personalidade (Parsons & Bales in Giddens 2004).

De um ponto de vista funcional, pode-se mostrar que o estilo das relações entre pais e filhos está largamente ligado à capacidade (ou incapacidade) da família para controlar o destino (ou o “estabelecimento”) futuro da criança, e às funções do grupo familiar (Kellerhals, *et al.* 1989).

O estudo da funcionalidade familiar tem sido representado pela capacidade de adaptabilidade e coesão da mesma, conflitos internos, situações de stress e o controlo dos filhos. Daí que, o controle dos pais sobre os jovens/adolescentes tem sido identificado como um factor que em regra protege os mesmos da gravidez/maternidade dita precoce (Hanson *et al.* in Corcoran *et al.* 2000).

Realmente o controle dos pais sobre as jovens/adolescentes protege as mesmas da maternidade dita precoce. De todas as nossas entrevistas são poucas as que consideraram que receberam uma educação rígida da parte dos seus encarregados de educação. A maioria considera que recebeu uma educação completamente aberta, ou mais ou menos, ou seja, os seus pais/encarregados de educação não têm por hábito controlar com rigidez as saídas de casa ou quaisquer outras actividades que as adolescentes queiram por em prática fora do controle dos mesmos.

As mães jovens/adolescentes por nós entrevistadas consideram que não tiveram uma educação “dura” e que sempre foram mais ou menos “livres” para organizarem as suas vidas como bem entendem. Estas mesmas adolescentes também consideram que os seus encarregados de educação “não apoiam, mas também não as proíbem, de saírem à noite sempre que assim entenderem. Curioso é o facto de nenhuma jovem ter afirmado que os pais/encarregados de educação “apoiam” a ideia de saírem à noite.

De um modo geral podemos afirmar que se por lado nenhum pai/encarregado de educação não apoia claramente a ideia das suas respectivas filhas saírem à noite, por outro lado a maioria adopta uma postura que demonstra uma certa indiferença, pois se não apoiam também não condenam, ou seja, não procuram impedir.

Porém, apesar de a maioria das mães adolescentes considerarem que não tiveram uma educação muito autoritária e que os pais/encarregados de educação nunca exerceram um grande controlo sobre as mesmas, o facto é que também a grande

maioria não tem por hábito sair à noite. Inclusive muitas afirmaram que nunca frequentaram qualquer estabelecimento de diversão nocturna.

Da parte dos pais e/ou encarregados de educação identificamos dois estilos diferentes de actuação. Por um lado os que apoiam e incentivam as filhas para iniciarem o namoro mais cedo possível e logo de imediato passarem a viver com os seus companheiros em regime de união de facto e também identificamos um outro grupo de pais que almejam um futuro melhor para as filhas mas não exercem um “controlo” eficaz sobre as mesmas.

Daí que podemos concluir que a gravidez na juventude/adolescência ocorre no ambiente doméstico, ou na escola e as suas imediações, ou seja, ela ocorre em ambientes onde a jovem/adolescente supostamente deveria estar mais “protegida”.

Os poucos estudos realizados neste sentido têm encontrado resultados contraditórios, porém a maioria desses estudos tem indicado que baixa auto-estima pode levar à maternidade “precoc” (Corcoran *et al.* 2000, Fernandes 200?).

Os resultados por nós encontrados indica-nos que a baixa auto-estima não leva necessariamente a maternidade dita precoc.

Mais de metade das nossas inquiridas consideram que têm muitos amigos e que levam uma vida social “normal” e não se consideram pessoas pouco atraentes do ponto de vista físico.

Ao cruzarmos as variáveis Sociabilidade e Número de Amigos, concluímos que a maioria das pessoas que se consideram muito sociáveis e também julgam ter muitos amigos. Existe uma relação directa entre o grau de sociabilidade e número de amigos, ou seja, quanto mais sociável uma jovem/adolescente mãe for mais amigos julgará ter.

Os nossos resultados vão de encontro aos resultados do estudo realizado pela Associação Zé Moniz, à população juvenil no geral, que concluiu que, em Cabo Verde os jovens/adolescentes convivem bem com os seus pares e estabelecem relações de amizade sem grandes dificuldades. Cerca de 72% dos jovens inquiridos no referido estudo (a nível nacional), afirmam ter mais do que 3 amigos e o número de jovens/adolescentes que referem não ter amigos é bastante residual.

Daí que julgamos que se tivéssemos alargado as nossas entrevistas também a jovens/adolescentes que ainda não tiveram filhos, não iríamos encontrar diferenças significativas em relação às jovens/adolescentes que já experimentaram a maternidade.

Diferentes aspectos da influência do grupo de amigos têm sido examinados em diversos estudos. Para alguns autores as Jovens/adolescentes com uma visão da

sexualidade mais próxima do seu grupo de amigos do que dos seus pais têm mais probabilidade de se engravidarem “prematuramente” (Shah & Zelnik in Corcoran et al. 2000). Portanto, se em termos do número de amigos e grau de sociabilidade as jovens/adolescentes mães apresentam valores que consideramos iguais a qualquer indivíduo da mesma idade que não tenha filhos, por outro lado podem não experimentar a relação com grupo da mesma forma.

Para concluir podemos afirmar que de uma forma geral, na Cidade da Praia, as mães jovens/adolescentes não vivem necessariamente em agregados familiares desestruturados e disfuncionais. Uma grande maioria constitui famílias de procriação que se podem considerar minimamente equilibradas. Porém, é também verdade que a maioria vive em ambientes pobres e têm dificuldades em entrar no mercado de trabalho visto que não conseguem alcançar níveis elevados no sistema de ensino. Alias, o sistema de ensino formal não tem conseguido criar condições para que as mães jovens/adolescentes, que se encontram ainda em idade escolar, não abandonem os estudos. Muitas até gostariam de continuar a estudar e continuam a alimentar o sonho de um dia voltar à escola mas as exigências de vida de uma mãe jovem/adolescente não as tem permitido fazer-lo.

O nosso trabalho teve como preocupação principal apenas identificar alguns aspectos ligados à maternidade na juventude/adolescência. Os resultados por nós encontrados não são necessariamente generalizáveis. A preocupação essencial da nossa investigação foi levantar algumas pistas de reflexão, encontrar alguns indicadores que podem vir a servir como referência para futuros trabalhos.

Trata-se de um fenómeno de que ainda pouco se sabe. Diferentes instituições sociais muito têm feito para tentar combater-lo, mas no nosso ponto de vista, de momento, mais do que “combater” a maternidade na adolescência a prioridade deveria ser procurar “compreende-la”.

Visto que as jovens/adolescentes que hoje se tornam mães, serão os agentes de produção de amanhã, a produção do nosso país poderá ser ameaçada se este fenómeno não for “compreendido.”

É, portanto, de importância fundamental identificar os principais factores geradores da maternidade na juventude/adolescência e o grupo alvo deste fenómeno.

13. BIBLIOGRAFIA

- Afonso, M. M.** 1996. *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Artigo elaborado com base na tese de mestrado em Estudos africanos da referida autora. ISCTE.
- Albarelo, L., F. Digneffe., J. Hiernaux., C. Maroy., D. Ruquoy e P. Saint Georges.** 1997. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Almeida, J. M.** 1987. *Adolescência e Maternidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Almeida, L. S. & T. Freire.** 1997. *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Edição dos Autores.
- Ardelt, M. & L. Day.** 2002. Parents, Siblings, and Peers: Close Relationships and Adolescent Deviance. In *Journal of Early Adolescence*. Vol. 22. pp.310-349.
- Aries, P.** (1981). *História Social da Criança e da Família*. Petrópolis: Vozes.
- Barrata, Óscar.** 1991. (vol. II, 4ª edição), *Introdução às Ciências Sociais*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Barth, F.** 2004. Temas Permanentes e Emergentes na Análise da Etnicidade. In *Antropologia da Etnicidade: Para Além de "Ethnic Groups and Boudaries"*. H. Vermeulen e C. Govers (coordenação). Lisboa: Fim de Século. pp 19-44.
- Benavente, Ana.** 1976. *A Escola na Sociedade de Classes: O Professor Primário e o Insucesso Escolar*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Benavente**, Ana., J. Campiche., T. Seabra e J. Sebastião. 1994. *Renunciar à Escola. O Abandono Escolar no Ensino Básico*. Lisboa: Fim do século.
- Bloor**, M., J. Frankland, M. Thomas, e K. Robson. 2001. *Focus Groups in Social Research*. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage Publications.
- Bronfenbrenner**, Urie. 1996. *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Cabié**, Marie-Christine. 1999. Adolescência e o Ciclo Familiar Existencial. In *Adolescência e Crise Familiar*. C. Gammer & M. Cabie. Lisboa: Climepsi Editores.
- Caldeira**, J. R. 1993. Escola para Todos na Perspectiva do Desenvolvimento Pessoal e Social. In *Integrar*. Instituto do Emprego e Formação Profissional. pp. 57-68.
- Canavarro**, M. C. & A. Pereira. 2001 Gravidez e Maternidade na Adolescência: Perspectivas Teóricas. in *Psicologia da Gravidez e da Maternidade*. M. Canavarro (coordenação). Coimbra: Quarteto Editora. pp.323-355.
- Canavarro**, M. C. 2001. Gravidez e Maternidade – Representações e Tarefas de Desenvolvimento. in *Psicologia da Gravidez e da Maternidade*. M. Canavarro (coordenação). Coimbra: Quarteto Editora. pp.17-50.
- Castro**, M. Abramovay & L. Silva. 2004. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO.
- Catharino T.** & K. Giffin. 2002. *Gravidez e Adolescência – Investigação de Um Problema Moderno*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de Novembro de 2002.

- Chevalier** A. & T. K. Viitanen. 2003. The long-run Labour Market Consequences of Teenage Motherhood in Britain. In *Journal of Population Economics*. pp. 16:323–343.
- Corcoran**, J., C. Franklin & P. Bennett. 2000. Ecological Factors Associated with Adolescent Pregnancy and Parenting. In *Social Work Research*. Vol. 24,?.
- Cordeiro**, J. D. 1988. *Os Adolescentes por Dentro*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Cuche**, Dennys. 2003. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- Dias**, A. & R. Lopes. 2003. Representações da Maternidade de Mães Jovens e suas Mães. In *Psicologia em Estudo*. p. 63-73.
- Duarte Vilar**. 1994 – Comunicação Pais-filhos Adolescentes Sobre Sexualidade In. *Quem Sai aos Seus*. José Gameiro. Porto: edições afrontamento.
- Durkheim**, Émile. 2001. (última edição). *As Regras do Método Sociológico*. Porto: Rés-editora.
- Eshbaugh**, Elaine., J. Lempers, G. J. Luze. 2006. Objective and Self-perceived Resources as Predictors of Depression Among Urban and Non-urban Adolescent Mothers. In *Journal of Youth and Adolescence*. New York. vol. 35. pp 833.
- Ex**, C. T. G. M., & Janssens, J. M. A. M. (2000). Young Females' Images of Motherhood. In *Sex Roles*. Vol. 43, Nos. 11/12, 2000.
- Fernandes**, M. 200?.. *Maternidade na Adolescência: Visão Demográfica de um Problema Social*. Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente,

Educação Extra-Escolar e Educação de Adultos de Sines. Comunicação.

Ferreira, E. 2005. Questões Metodológicas sobre a Economia de Cabo Verde. In *África Género, Educação e Poder*. O. Barata & S. Piepoli (Coordenação). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pp. 313-330.

Ferreira, Vladimir. 2004. A Educação Como Factor de Mobilidade Social: O Caso de Cabo Verde. In *Infonec. (Boletim Académico do Núcleo de Estudantes Cabo-verdianos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Maio/nº3.

Flaming, M. 1993. *Adolescência e Autonomia: O Desenvolvimento Psicológico e a Relação com os Pais*. Porto: Edições Afrontamento.

Foucault, M. 1984. *A História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Graal.

Franklin C., D. Grant., J. Corcoran., P. Miller & L. Bultman. 1997. Effectiveness of Prevention Programs for Adolescent Pregnancy: A Meta-analysis. In *Journal of Marriage and Family*. Minneapolis. pg. 551 – 568.

Giddens, Anthony. 2004 (4ª ed.) *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, A. 2005. Mulher e Saúde em África. In *África Género, Educação e Poder*. O. Barata & S. Piepoli (Coordenação). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pp 77-84.

Gonçalves, José. J. 1984. *Sociologia da Educação*. Lisboa: ISCSP

Grace, P., K. Grant., J. Trujillo. & A. Kessler-Cordeiro. 2000. *Psychological Correlates of Teen Pregnancy Across a Twelve Year Period*. Unpublished Manuscript.

- Grant**, Kathryn., P. Grace., J. Trujillo., J. Halpert., A. Kessler-Cordeiro., B. Razzino., & T. Davis. 2002. Predicting Desire for a Child Among Low-Income Urban Adolescent Girls: Interpersonal Processes in the Context of Poverty. In *The Journal of Primary Prevention*, Vol. 22, No. 4.
- Gustafsson**, S. 2000. Optimal Age at motherhood. Theoretical and Empirical Considerations on Postponement of Maternity in Europe. In *Journal of Population Economics*. pp. 14: 225-247.
- Hill**, M. M. & A. Hill, 2002. *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Kellerhals**, J., P. Troutot, & E. Lazega. 1989. *Microsociologia da Família*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Kiernan**, Kathleen. 1997. Becoming a Young Parent: A Longitudinal Study of Associated Factors. In *The British Journal of Sociology*. Andover. Vol. 48. pp. 406.
- Kitzinger**, Sheila. 1978. *Mães: Um Estudo Antropológico da Maternidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lautrey**, 1984. *Classe Sociale, Milieu Familial, Intelligence*. Paris: PUF.
- Longo**, L. 2002. *Juventude e Contracepção: Um estudo dos Fatores que Influenciam o Comportamento Contraceptivo das Jovens Brasileiras de 15 a 24 anos*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de Novembro de 2002.
- Lopes Filho**, João, 1983, *Contribuição para o Estudo da Cultura Cabo-verdiana*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro.

- Lopes Filho**, João. 1981. *Cabo Verde: Subsídios para um Levantamento Cultural*. Lisboa: Plátano editora.
- Lopes Filho**, João. 2004. Juventude: Globalização, Identidade e Mudança. In *Artiletra*. nº 63/64 Dezembro de Ano XIII.
- Maiano**, Christophe., G. Ninot., Y. Stephan, A. Morin, J. Florent & P. Vallee. 2006. Geographic Region Effects on Adolescent Physical Self: An Exploratory Study. In *International Journal of Psychology*. Vol. 4, pp.73
- McNeal**, R. B. Jr. Extracurricular Activities and High School Dropouts. 1995. In *Sociology of Education*. pp 62.
- Mesquita**, Raul & F. Duarte. 1996. *Dicionário de psicologia*. Lisboa: Plátano Editora.
- Moore**, K.A., Myers, D.E., Morrison, D.R., Nord, C.W., Brown, B., & Edmonston, B. (1993). Age at First Childbirth and Later Poverty. In *Journal of Research on Adolescence*, 3, 393–422.
- Moreira**, Carlos. D. (1994). *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa: ISCSP – Universidade Técnica de Lisboa.
- Nogueira**, L. & O. Gomes. 1997. *Programa da disciplina de Formação Pessoal e social – 1º ciclo: 7º e 8º anos*. Praia: Ministério da Educação Ciência e Cultura (Cabo Verde).
- Oliveira**, C. 2005. Impacto do nascimento de um filho, percepção neonatal e adaptação na transição para a maternidade. In *Iberpsicologia*. 2º Congresso Hispano-Português de Psicologia.
- Pais**, José Machado. 1970. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa

da Moeda.

Pereira, Daniel A. 2005. *Estudos da História de Cabo Verde*. Alfa-Comunicações: Praia.

Pereira, Elvira. 2005. O *empowerment* como elemento fundamental nas estratégias de luta contra a pobreza em África. In *África género, educação e poder*. O. Barata & S. Piepoli (Coordenação). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. pp. 275-302.

Quivy, Raymond. & L. Campenhoudt. 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rauch-Elnekave, Helen. 1994. Teenage motherhood: its relationships to undetected learning problems. In *Adolescence*. vol. 29. pp. 91

Ribeiro, Orlando. 1997. *A ilha do fogo e as suas erupções*, Lisboa.

Rumberger, R. W. & S. L. Thomas. 2000. The Distribution of Dropout and Turnover Rates Among Urban and Suburban High Schools. In *Sociology of Education*. p. 30-39.

Sabia, Joseph. 2006. Does sex education affect adolescent sexual behaviors and health? In *Journal of Policy Analysis and Management*. Vol. 25. pp 783

Sampaio, Daniel. 1993. *Vozes e ruídos*. Lisboa: Editorial Caminho.

Saraceno, C. & M. Naldini. 2003. *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa.

Semedo, J. M. & M. Turano. 1995. *Cabo Verde: O ciclo ritual das festividades da tabanca*. Praia: Spleen Edições.

Shtarkshall, Ronny. 1987. Motherhood as dominant feature in the self-image of

female adolescents of low socioeconomic status. *Adolescence*. Vol. 22. pp. 565.

Soares, I., M. Marques, C. Martins, B. Figueiredo, I. Jongenelen & R. Matos. 2001. Gravidez e Maternidade na Adolescência: Um estudo longitudinal. in *Psicologia da Gravidez e da Maternidade*. M. Canavarro (coordenação). Coimbra: Quarteto Editora. p. 359-407.

Sprinthall, Norman. & R. Sprintahall. 2001. *Psicologia educacional*. Lisboa: Mcgraw Hill

Titiev, Mischa. 2000 (8ª edição). *Introdução à Antropologia Cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Turner, G. & J. Shepherd. 1999. A method in search of a theory: peer education and health promotion. In *Health Education Research*. Vol. 14. pp. 235-247.

Vala, Jorge. 1990. Análise de conteúdo. In *Metodologia das Ciências Sociais*. Org. Santos Silva, A & J. M. Pinto. Porto: Edições Afrontamento.

Vermeulen, H., e C. Govers 2004. Introdução. In *Antropologia da Etnicidade: Para Além de "Ethnic Groups and Boundaries"*. H. Vermeulen & C. Govers (coordenação). Lisboa: Fim de Século. p 9-18.

Véron, Jacques., 1996. *População e Desenvolvimento*. Lisboa: Europa América

Walberg, J. H., O. Reyes., R. P. Weissber (ed). 1997. *Children and Youth: Interdisciplinary Perspectives*. Thousand Oaks, London, New Delhi: SAGE Publications.

Worsley, P. 1983. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Outras publicações consultadas

Anteprojecto de estatuto especial para a Cidade da Praia. 2003.

Censo de 2000, disponível no sítio do Instituto Nacional de Estatística:
www.ine.cv

Dictionary of Sociology. 1998. Oxford University Press. Marshall, G. (editor)
GEP/EDUCAÇÃO 2004

GEP/MEVRH – Anuário Estatístico de 2002/2003

Ilhas: Revista do gabinete de assessoria de imprensa do primeiro-ministro. Nº3
Setembro de 2005.

INE, 1990-2002, Estatísticas Demográficas.

Instituto da Condição Feminina (Cabo Verde): Relatório.

Lei de Bases do Sistema educativo (Cabo Verde).

Ministério da Saúde, Programa Nacional de Luta contra o SIDA.

Ministério da Saúde. 1990-2002, Estatísticas da Saúde (Cabo Verde).

Orçamento Geral de Estado: 2005.

Perfis gerais de competência para a docência (Decreto-Lei Nº 240/2001 de 30 de Agosto).

Saúde e estilo de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário (relatório). 2005: IHMT/UNL/OMS/AZM/FCG.

Sistema de Saúde Caboverdiano: 15 anos ao serviço da população.1990:
Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais.

Consultas na Internet

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Auto-estima> - em 14/01/07

http://www.cmpraia.cv/praias_numeros.html - em 5/01/07

<http://www.ine.cv> – em 10/10/04

http://caboverde.vozdipovo-online.com/historia/informacoes/a_cidade_velha_-_o_berco_da_nossa_nacionalidade.htm - em 9/07/07

<http://proquest.umi.com> – em 13/07/07

14. ANEXO

14.1. Questionário

Tema – Maternidade na adolescência

Estimadas jovens, como todos nós sabemos o fenómeno da maternidade na adolescência tem ocorrido com muita frequência um pouco por todo o nosso país, ciente dos problemas e constrangimentos que um acontecimento desta natureza trás para a jovem/adolescente, tomamos a iniciativa de levar a cabo uma investigação com vista a darmos o nosso contributo para um melhor conhecimento do fenómeno em questão.

Contamos com a vossa colaboração para juntos podermos desvendar os factores que estão na base da mesma, a fim de se poder implementar medidas concretas e que ajudem efectivamente a resolver este flagelo.

O questionário que se segue é **INDIVIDUAL, CONFIDENCIAL e ANÓNIMO**.

1. Idade _____

2. Local de residência _____

3. Naturalidade (concelho) _____

4. Qual é o seu nível de habilitação?

Ensino básico

EBI completo
EBI incompleto

Ensino Secundário

1º Ciclo
2º Ciclo
3º Ciclo

5. Actualmente encontras-te a estudar?

Sim
Não

6. Se não, pensas voltar a estudar?

Sim
Não
Talvez

7. Estado civil:

Solteira
Casada
Divorciada
Viúva

8. Neste momento vives com quem?

Os pais
Só com o pai
Só com a Mãe
O marido/namorado
Os avós
Outros _____

9. Quantas pessoas morram na tua casa contando contigo?

4 ou menos

--

5 a 7
8 a 10
Mais de 10

10. Em que medida se considera uma pessoa sociável?

Muito sociável	Sociável	Nem muito nem pouco	Pouco sociável	Nada sociável	Não sabe/n. Resp.

11. Em que medida se considera uma pessoa atraente?

Muito atraente	Atraente	Nem muito nem pouco	Pouco atraente	Nada atraente	Não sabe/n. Resp.

12. Consideras-te uma pessoa que tem:

Muitos amigos
Alguns amigos
Poucos amigos
Nenhum amigo

13. Em que medida gosta de sair à noite?

Não gosto	Gosto pouco	Assim-assim	Gosto	Gosto muito	Não sabe/n. Resp.

14. Consideras que os teus pais/encarregados de educação são:

Rígidos
Mais ou menos
Permissivos

15. Neste momento encontras-te a trabalhar?

Sim
Não

16. Com que frequências costumás consumir bebidas alcoólicas?

Nunca bebo
Só de vez enquanto
Bebo frequentemente

14.2. Mapa do Sistema de Ensino Cabo-verdiano



14.3. Gráficos e tabelas

Count

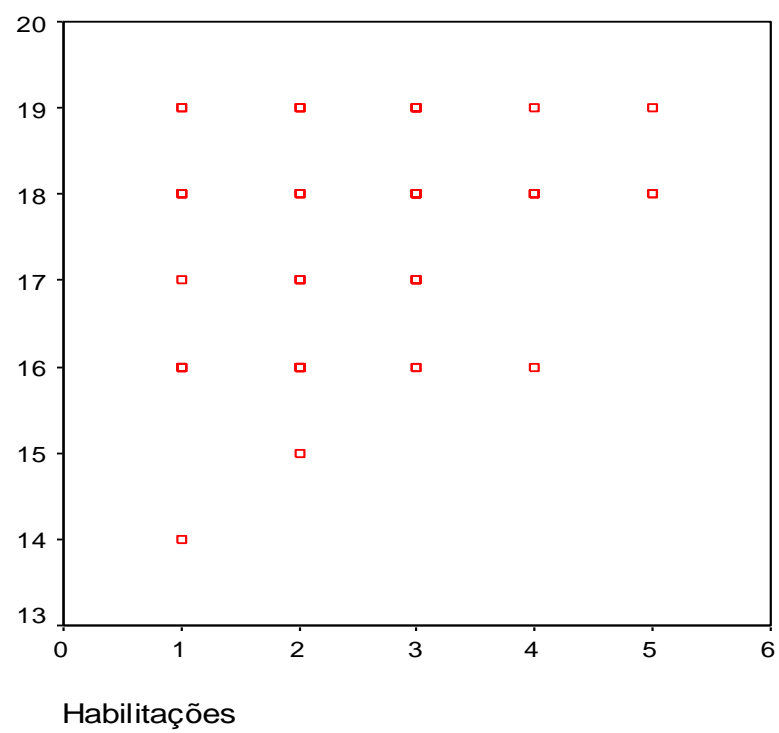
		Idade						Total
		14	15	16	17	18	19	
Local de residência	ASA					3	2	5
	Achadinha					1		1
	Eugenio Lima					2		2
	Saf ende				1	2	2	5
	Vila Nova			1	1	2	1	5
	Ponta d'água				1	1		2
	S. Filipe			1				1
	Vârzia					1		1
	Paíol			1		1		2
	Lém Ferreira		1					1
	Achada grande	1			1	1		3
	Palmarejo			3		2	2	7
	Pensamento						2	2
	S. Pedro			2			1	3
	Castelão				2			2
	Terra Branca				1			1
	S. Martinho					1		1
	Cobom					1	1	2
	Tira chapéu			5	1	1	1	8
	Bela Vista			1				1
Total		1	1	14	8	19	12	55

Tabela nº 26 – Idade/Local de residência (tabela cruzada)

Count

		Habilitações					Total
		EBI incompleto	EBI completo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
Local de residência	ASA		1	1	1	2	5
	Achadinha			1			1
	Eugenio Lima				1	1	2
	Saf ende		3	2			5
	Vila Nova	1		3	1		5
	Ponta d'água	1		1			2
	S. Filipe	1					1
	Vâzia				1		1
	PaioI		1	1			2
	Lém Ferreira		1				1
	Achada grande	2	1				3
	Palmarejo	1	2	3	1		7
	Pensamento		1	1			2
	S. Pedro	1	1	1			3
	Castelão		1	1			2
	Terra Branca	1					1
	S. Martinho			1			1
	Cobom	2					2
	Tira chapeu	3	3	1	1		8
	Bela Vista		1				1
Total		13	16	17	6	3	55

Tabela nº 27 – Habilitações/Local de residência (tabela cruzada)



c) *Evolução da população residente por concelho, Cabo Verde, 1940 a 2000*

Concelho	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Cabo Verde	181740	149984	199902	270999	295703	341491	434812
Santo Antão	35977	28379	33953	44623	43321	43845	47124
Ribeira Grande	19766	15444	17246	22873	22102	20851	21560
Paúl	5845	5370	6024	8000	7983	8121	8325
Porto Novo	10366	7565	10683	13750	13236	14873	17239
São Vicente	15848	19576	20705	31578	41594	51277	67844
São Nicolau	14846	10366	13866	16308	13572	13665	13536
Sal	1121	1838	2608	5505	5826	7715	14792
Boavista	2779	2985	3263	3569	3372	3452	4193
Maio	2237	1924	2680	3466	4098	4969	6742
Santiago	77382	59397	88587	128782	145957	175691	236352
Tarrafal	18840	13222	19140	26251	24202	11626	18059
Santa	26848	19428	30207	41462	41012	41584	49970

Catarina							
Santa Cruz	13486	9568	14368	21158	22995	25892	32822
Praia	18208	17179	24872	39911	57748	71276	106052
São Domingos						11526	13296
São Miguel						13787	16153
Fogo	23022	17582	25615	29412	30978	33902	37409
Mosteiros						8331	9479
São Filipe						25571	27930
Brava	8528	7937	8625	7756	6985	6975	6820

Fonte: INE: Censo/2000

População

d) *Repartição da população por concelho segundo habitat*

Ilha /Concelho	RGPH 2000								
	Urbano			Rural			Cabo Verde		
	Tot al	Hom ens	Mulh eres	Tot al	Hom ens	Mulh eres	Tot al	Hom ens	Mulh eres
Cabo Verde	231	1129	11874	203	9765	10550	434	2105	22424
	650	10	0	162	9	3	812	69	3
Santo Antão	113	5730	5633	357	1866	17095	471	2439	22728
	63			61	6		24	6	
Ribeira Grande	402	1993	2036	175	9091	8440	215	1108	10476
	9			31			60	4	
Paúl	180	955	847	652	3530	2993	832	4485	3840
	2			3			5		
Porto Novo	553	2782	2750	117	6045	5662	172	8827	8412
	2			07			39		
São Vicente/São Vicente	629	3106	31908	487	2594	2280	678	3365	34188
	70	2		4			44	6	
São Nicolau/São	545	2669	2787	808	4052	4028	135	6721	6815
	6			0			36		

Nicolau									
Sal/Sal	132 20	7014	6206	157 2	853	719	147 92	7867	6925
Boavista/Boa vista	199 5	1049	946	219 8	1157	1041	419 3	2206	1987
Maio/Maio	267 3	1213	1460	406 9	1930	2139	674 2	3143	3599
Santiago	123 684	5916 7	64517	112 668	5197 3	60695	236 352	1111 40	12521 2
Tarrafal	578 5	2673	3112	122 74	5374	6900	180 59	8047	10012
Santa Catarina	709 5	3294	3801	428 75	1952 0	23355	499 70	2281 4	27156
Santa Cruz	849 2	4044	4448	243 30	1145 8	12872	328 22	1550 2	17320
Praia	947 57	4560 1	49156	112 95	5557	5738	106 052	5115 8	54894
São Domingos	267 1	1294	1377	106 25	5124	5501	132 96	6418	6878
São Miguel	488 4	2261	2623	112 69	4940	6329	161 53	7201	8952

Fogo/Fogo	835 9	4035	4324	290 50	1398 5	15065	374 09	1802 0	19389
Mosteiros	465	220	245	901 4	4311	4703	947 9	4531	4948
São Filipe	789 4	3815	4079	200 36	9674	10362	279 30	1348 9	14441
Brava/Brava	193 0	971	959	489 0	2449	2441	682 0	3420	3400

Fonte INE: Censo/2000

População da Praia em 2000 por Freguesia

Concelho da Praia	População	Densidade	Urbana	Rural
e)	106.052	410.9 h/km2	94.757	11.295
Freg. Nª Sª da Graça	97.305			
Freg. SS Nome Jesus	4.004			
Freg. S. João Baptista	4.743			

Fonte INE: Censo/2000

Perspectivas da população residente até 2010

Ilhas	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2005	2010
Santiago	1756	2039	2117	2172	2229	2288	2363	2775	3246
	91	42	04	29	40	34	52	67	92
S.Vicent e	5127 7	6163 8	6459 9	6628 5	6802 8	6982 6	6784 4	8665 8	1022 26
St° Antão	4384 5	4704 6	4661 0	4782 7	4908 5	5038 1	4712 4	5282 1	5568 0
Sal	7715	9627	1016 2	1042 7	1070 1	1098 4	1479 2	1392 5	1667 8
Fogo	3390 2	3512 5	3495 1	3586 4	3680 6	3777 9	3740 9	4005 7	4254 3
Brava	6975	6431	6146	6307	6472	6643	6820	6220	6056
S.Nicola u	1366 5	1346 3	1303 5	1337 5	1372 6	1408 9	1353 6	1369 3	1375 3
Maio	4969	5491	5626	5773	5925	6081	6742	7009	7903
Boa Vista	3452	3422	3339	3427	3517	3610	4193	3620	3695
Total	3414 91	3861 85	3961 72	4065 14	4172 00	4282 27	4348 12	5015 69	5732 26

Fonte INE: Censo/2000

Idade da primeira relação sexual (n=627) (Jovens que referem ter tido relações sexuais)		
11 anos ou menos	Entre 12 e 13 anos	13 anos ou mais
30%	27%	42,4%

Fonte: Saúde e estilo de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário (relatório). 2005: IHMT/UNL/OMS/AZM/FCG

Idade da primeira relação sexual (n=627) (Jovens que referem ter tido relações sexuais)			
Género	11 anos ou menos	Entre 12 e 13 anos	13 anos ou mais
Rapaz	39%	33,1%	27,9%
Rapariga	5,4%	12,5%	82,1%

Fonte: Saúde e estilo de vida dos adolescentes cabo-verdianos frequentando o ensino secundário (relatório). 2005: IHMT/UNL/OMS/AZM/FCG

Cabo Verde - Rede de Instituições de Saúde
Abril 2006

Delegacia de Saúde	Hospital Central	Hospita Regional	Centro de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base
Praia	Plateau Praia		1. Achadinha 2. Achada Sto. António 3. Cidade Velha 4. Ponta d'Água 5. Trindade	. Fazenda	1. S. Pedro Latada 2. S. João Baptista	1. S. Francisco 2. S. Martinho 3. Porto Mosquito 4. Pico Leão 5. Santana 6. Achada Mato 7.
S. Domingos			1. S. Domingos		1. Milho Branco	1. Ribeirão Chiqueiro 2. Rui Vaz 3. Fontes Almeida 4. Cancelo 5. Praia Baixo 6. Vale da Costa 7. Baia 8. Banana 9.
Sta Catarina		Hosp. Reg. de Sta Catarina	1. Picos	1. Assomada	1. Rra da Barca 2. Chã de Tanque 3. Achada Lém	1. Favêta 2. Ribeirão Manuel 3. Rincão 4. Figueira das Naus 5. Mato Gege 6. Pau Verde 7. Saltos
Sta Cruz			1. Pedra Badejo 2. Orgãos		1. Cancelo 2. Achada Fazenda 3. Chã da Silva	1. Serêlho 2. Ribeirão Boi 3. Achada Ponta 4. Renque de Purga 5. Boca Larga/Fundura* 6.
Tarrafal			1. Vila do Tarrafal		1. Chão bom 2. Chã de Junco*	1. Tras os Monies 2. Achada Longueira 3. Ribeira das Pratas 4. Serra Malaqueta 5. Achada
Calheta			1. Calheta		1. Achada Monte	1. Pilaó Cao 7. Flamengos 3. Principal 4. Igreja de S. Miguel 5. Ribeireta 6.

S. Nicolau			1. Vila Rra Brava 2. Tarrafal		1. Faja Branca 2. Praia Juncalinho 3.	1. Queimadas 2. Cachaço 3. Morro Brás 4. Ribeira Prata 5. Carrical 6. Preguiça 7. Hortelã 8. Covoada 9.
S. Vicente	Mindelo		1. Sede da Delegacia 2. Monte Sossego 3. Fonte Inês 4. Cova de	Bela Vista		1. Salamansa 2. S. Pedro 3. Calhau

Delegacia de Saude	Hospital Central	Hospital Regional	Centra de Saude	Centra de Saude Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base
Boa Vista			1 Sal-Rei		1 . S. João Baptista	1. Rabil 2. Estancia de Baixo 3. Povoação Velha 4. João
Brava			1 . Nova Sintra		1. N° Sra. do Monte 2. Furna	1. Cachaço 2. Tantun*
S.Filipe		1 S. Filipe		1 S. Filipe	1. Ponta Verde 2. Cova Figueira 3. Curral Grande	1. Achada Furna 2. Campanas Baixo 3. Patim 4. Cha das Caldeiras* 5. Monte Grande
Mosteiros			1. Vila dos Mosteiros			1. Achada Grande 2. Ribeira do Ilheu 3. Relvas
Maio			1. Vila do Porto Inglês		1. Pedro Vaz 2. Calheta	1. Morrinho 2. Barreiro 3. Figueira da Horta 4. Pilao Cao
Sal*			1. Espargos		1 . Sta Maria	1 . Pedra de Lume 2. Palmeira
Paul			1. Vila das Pombas		1 . Pontinha de Janela 2. Chã de João Vaz	1 . Faja de Janela 2. Santa Isabel 3. Pico da Cruz 4.
Porto Novo			1. Porto Novo		1. Cha Orgueiro - Alto Mira 2. Rra da Cruz 3. Tarrafal Mte Trigo 4. Cha de Morte - R. das Patas	1. Ribeira Fria 2. Ribeira dos Bodes 3. Manuel Lopes 4. Lajedos 5. Cirio - Ribeira das Patas 6. Lagoa - Ribeira das Patas 7. Dominguinhas - Alto Mira 8. Ribeira da Cruz

Ribeira Grande		Ribeira Grande		Ribeira Grande	1. Ponta do Sol 2. Chã de Igreja 3. Faja de Matos 4. Chã de Pedras 5. Garça	1. Boca de Ambás 2. Ribeiras 3. Manta Velha? 4. Figueiras 5. Rra Alta 6. Marrador 7. Lagoa 8. Lombo
----------------	--	----------------	--	----------------	---	---

Em S. Vicente existe um Centro de Terapia Ocupacional. Desde Julho de 2000

* Não Funciona

* esta em construção

14.4. Breve caracterização de alguns bairros pobres da Cidade da Praia³⁸

Agora faremos uma breve caracterização de um conjunto dos bairros de origem clandestina no geral.

Nesse grupo de bairros,³⁹ percentagem não desprezível de famílias vivem em condições habitacionais pouco dignas, casas que em numero expressivo são de edificação recente, ou seja após 1990.

Por exemplo, em Monteagarro, Safende e Pensamento, 21% 29% e 26% respectivamente das unidades de alojamento são parte da casa. Cerca de metade das unidades alojamento de Monteagarro foi edificada após 1990, sendo 49% em São Pedro/Latada, 45% em Pensamento e 39% em Safende.

Nesses bairros, pelo menos 70% das famílias faz fila nos “chafarizes” para obtenção da água potável de uso doméstico, com excepção de Safende onde cerca de 83% das famílias recorrem aos chafarizes ou autotanques. Nesses bairros, menos de 1/3 das famílias tem casa de banho com retrete. Os casos mais flagrantes são os de São Pedro/Latada, Tira-Chapéu e Pensamento onde respectivamente apenas 10%, 21% e 27% das famílias tem na unidade de alojamento, casa de banho com retrete. Com excepção de Achada Eugénio Lima, nesses bairros, menos de metade das famílias tem electricidade em casa, com especial realce para São Pedro Latada e Tira-Chapéu, onde apenas cerca de ¼ das famílias tem electricidade.

³⁸ Fonte: Censo de 2000 – www.ine.cv

³⁹ Onde se inclui: Achada Eugénio Lima, Safende, Pensamento e S. Pedro.

14.5. Guião de entrevista qualitativa

1 – Qual foi a reacção quando soube da gravidez da filha?

2 – Se a filha teve uma educação rigorosa ou permissiva?

3 – Quantos anos tinham na altura do nascimento do primeiro?

4 – Se tem ou não uma boa relação com a filha?

14.6. Dados da entrevista qualitativa (recolhidos)

Emanuela (16 anos)

Mãe - Dona Santa,

Habilitações - analfabeta,

Profissão – cozinheira

Idade - 44 anos

Estado civil - Solteira

Emanuela - 16 anos um filho

Residência - Mora com o companheiro no bairro de Achada Grande.

Quando ela ficou grávida ela já tinha saído de casa. Ela estava quase a completar 16 anos quando isto aconteceu. Só depois, quando já morava com o seu namorado é que ela ficou grávida.

Quando o pai morreu ela tinha 3 anos e foi viver com uma tia do lado paterno que a maltratava muito. Por isso, depois de algum tempo ela foi viver para as aldeias SOS. Só com 10 anos é que ela voltou a morar comigo novamente. Ela sempre quis voltar a viver comigo, só que como ela era muito pequena e não conhecia o caminho não voltou para casa mas cedo.

Ela não conhecia nenhum lugar, nem sequer o Plateau (centro da cidade). Só a partir do momento que ela arranjou o seu companheiro é que começou a sair um pouco. Antes ela nunca tinha dormido fora de casa.

Nunca lhe bati por questões de namoro. Apenas lhe bati uma vez, e bem feio, porque uma vez lhe deixei sozinha em casa com a irmã mais nova e ela deixou que uma vela acesa pegasse fogo em casa e danificado uma mala. Mas de resto ela sempre foi uma menina que nunca deu muito trabalho e foi sempre muito responsável.

Depois ela foi morar com o companheiro dela na casa da mãe deste durante um ano. Mas neste momento eles moram sozinhos.

Ela é boa menina, só que é um pouco “maluca” e um pouco “fastenta”. Nesse aspecto ela saiu ao pai. Ela tem um temperamento muito difícil.

Mas ela não é chata. Nunca me pediu dinheiro desde que saiu de casa. Mesmo quando se encontra em dificuldades porque ela é uma menina muito reservada.

Quando nasceu o meu primeiro filho eu tinha 17 anos. E quando ela nasceu eu tinha 26 anos. No total eu tenho 5 filhos.

A minha filha mais velha também saiu de casa com a mesma idade dela, e hoje tem 20 anos e ainda continua a morar com companheiro que é também primo do companheiro da Emanuela.

Por acaso ele e todos os outros seus irmãos e primos são muito bons rapazes, trabalhadores e sérios, só a mãe deles que não é muito “fadjada”.

O companheiro dela tem apoiado a ideia dela voltar para a escola. Até já prometeu que vai pagar a propina, e eu fico encarregada de pagar as aulas de informática.

Sónia (16 anos)

Mãe – D. Celina

Habilitações - 4ª classe

Profissão – Funcionária do INGRH⁴⁰ (onde também trabalha o marido)

Idade - 42 Anos - mãe de 4 filhos.

Estado civil - Casada

Sónia – 16 anos um filho

Residência - Mora com os pais no bairro de Achadinha

Quando ela engravidou fiquei muito chateada, no princípio ela negou tudo, mas já estava a ficar desconfiada porque ela andava a faltar muitas aulas e a não estudar. Por isso perdeu logo o ano lectivo.

Acho que ela o fez de “abuso”, porque eu falava muito com ela sobre estas coisas, ela recebia muitos conselhos sobre estas coisas da vida.

Logo que eu soube da verdade pedi-a para sair de casa e ir procurar outro lugar para viver

O pai dela também ficou muito chateado e só queria mata-la.

Ela fugiu para a casa da sua avó paterna durante algum tempo

Só que eu tive que ausentar do país durante um mês (estive em Portugal) e quando voltei da viagem ela estava de novo em casa. Acabamos por aceitar o facto ainda antes do filho nascer.

O pai do filho dela também ainda é estudante apesar de ser bem mais velho (23 anos cerca De 7 anos mais velho). A família dele tem condições mas não ajudam em nada. Julgo que até gostam do menino, mas não contribuem com nada. E graças a Deus até hoje não tivemos falta de nada

⁴⁰ Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos

Ela sempre teve uma educação muito rigorosa, alias até ainda sou muito rigorosa com ela, por afinal ela é ainda uma criança, apesar de já ter um filho. Na minha presença não deixo passar nada. Só que nas minhas costas não sei o que ela faz. Porque trabalho durante todo dia e não posso estar sempre em cima dela.

A gravidez dela serviu de lição para mim, estou sempre a conversar com a sua irmã mais nova. Ela já está avisada que com ela será diferente. Não vou tolerar que esta história se repita na minha casa.

Nós temos uma boa relação, ela vive lá em casa com o filho sem nenhum problema. Lamentamos o que aconteceu mas a vida continua. Nós continuamos a apoia-la para poder voltar a estudar e poder assim dar um rumo na sua vida.

Quando meu primeiro filho nasceu eu tinha 18 anos e tenho actualmente apenas um neto.

Elsa – 17 anos

Mãe – D. Jacinta

Idade - 41 anos - mãe de 8 filhos

Habilitações: Analfabeta

Profissão – Vendedeira ambulante

Estado civil - Solteira

Elsa – 17 anos um filho

Residência - Mora na zona de Safende com o companheiro

Quando soube que ela estava grávida fiquei um pouco triste, porque acho que ela devia em primeiro lugar estudar e só depois pensar em ter filhos. Se ela não voltar a estudar vai ter uma vida cheia de dificuldades como a minha, mesmo com o apoio do companheiro dela.

Mas como ela ficou grávida, o que está feito esta feito, acabei por aceitar e ela teve o seu filho.

Quando o filho dela nasceu ela tinha 16 anos e já estava a morar com namorado há cerca de 9 meses.

Depois o companheiro dela pediu para irem morar juntos. Eu fiquei muito triste porque ela ia deixar-me. Eu não a queria longe de mim porque ela é a filha que mais me ajudava em casa. Mas pronto ela quis seguir o seu destino.

Antes ela morava só comigo. O pai dela mora em Achada de Santo António. Só de vez em enquanto nas férias é que ela ia visitar o seu pai.

Quando a minha primeira filha nasceu eu tinha 18 anos. E ao todo tenho 8 filhos. A minha filha mais velha tem agora 22 anos e teve o seu primeiro filho aos 18 anos.

Eu sempre criei os meus filhos livremente. Estou eu sempre em “guerra” com ela, mas no fundo damo-nos muito bem.

Quando ela era mais nova não a deixava sair muito. Mas agora ela é dona da sua própria vida.

14.7. Dados quantitativos (recolhidos)

idade	residência	naturalidade	Habilitações	Situação Actual	perspectivas. Futura	Estado Civil	vive com quem	quantas pessoas	sociabilidade	Atraente	nº amigos	saídas a noite		trabalho	Relação c/ bebidas	nº filhos	sit pais
17	Safende	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	Só com a Mãe	4 ou menos	Muito sociável	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Vila Nova	G. Conakri	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Casada	O marido/namorado	5 a 7	Muito sociável	Nem muito nem pouco	Nenhum amigo	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Castelão	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Sociável	Pouco atraente	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Proíbem sempre
19	Pensamento	S. Miguel	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Assim assim	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proíbem sempre
18	Safende	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Muito sociável	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	S. Pedro	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Sociável	Não sabe/não responde	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	S. Pedro	Brava	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Atraente	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
14	Achada grande	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	Os avós	5 a 7	Não sabe/não responde	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Safende	Santa Cruz	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Não sabe/não responde	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Safende	São Lourenço dos Órgãos	EBI completo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Pouco sociável	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Vila Nova	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	5 a 7	Sociável	Atraente	Muitos amigos	Gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.

19	Vila Nova	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Achada grande	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	4 ou menos	Sociável	Pouco atraente	Muitos amigos	Gosto pouco	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Safende	São Lourenço dos Órgãos	EBI completo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Alguns amigos	Gosto pouco	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Várzea	Praia	2º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Muito sociável	Muito atraente	Muitos amigos	Gosto muito	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	S. Pedro	S. Miguel	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Não sabe/não responde	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
15	Lém Ferreira	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	Os tios	8 a 10	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Paíol	Praia	1º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Muito sociável	Muito atraente	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Palmarejo	Praia	2º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Gosto pouco	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Ponta d'água	S. Domingos	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Alguns amigos	Gosto pouco	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Achadinha	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Nem muito nem pouco	Não sabe/não responde	Alguns amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Terra Branca	Santa Cruz	EBI incompleto	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Sociável	Não sabe/não responde	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.

16	Paíol	Fogo	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Pensamento	Santiago de Cabo Verde	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Muito sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	De vez enquado	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Ponta d'água	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	8 a 10	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proibem sempre
16	S. Filipe	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Não sabe/não responde	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Achada grande	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Sociável	Atraente	Muitos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Eugénio Lima	Praia	3º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Eugénio Lima	Fogo	2º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Sociável	Não sabe/não responde	Poucos amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proibem sempre
17	Castelão	Santa Cruz	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Sociável	Pouco atraente	Muitos amigos	Gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	S. Martinho	S. Vicente	1º Ciclo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Vila Nova	Fogo	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com o pai	8 a 10	Não sabe/não responde	Atraente	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Vila Nova	Praia	2º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	8 a 10	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Gosto muito	Mais ou menos	Está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Cobom	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Atraente	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.

																	p.
19	Cobom	Fogo	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Nada sociável	Não sabe/não responde	Poucos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Tira chapéu	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proibem sempre
18	ASA	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Tolerantes	Está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	ASA	Praia	3º Ciclo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	4 ou menos	Muito sociável	Atraente	Muitos amigos	Gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	De vez enquado	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Palmarejo	Fogo	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os avós	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proibem sempre
18	Palmarejo	Praia	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Alguns amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Tira chapéu	Santiago de Cabo Verde	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Muito sociável	Nada atraente	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Tira chapéu	Santiago de Cabo Verde	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Sociável	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	ASA	Santa Catarina	2º Ciclo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Alguns amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	ASA	Maio	1º Ciclo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proibem sempre
16	Bela Vista	S. Vicente	EBI completo	não esta a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	O marido/namorado	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Assim assim	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Tira chapéu	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
17	Tira chapéu	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.

18	Palmarejo	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	4 ou menos	Sociável	Nem muito nem pouco	Alguns amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
18	Tira chapéu	Fogo	EBI completo	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Sociável	Pouco atraente	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Palmarejo	Praia	EBI completo	está a estudar	Talvez volte a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Sociável	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	Palmarejo	Praia	EBI completo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	8 a 10	Sociável	Nem muito nem pouco	Poucos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	2 filhos	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Palmarejo	Praia	1º Ciclo	não esta a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Sociável	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Tolerantes	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
19	ASA	Praia	3º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Só com a Mãe	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Tira chapéu	Santiago de Cabo Verde	EBI incompleto	não esta a estudar	Não vou voltar a estudar	Solteira	O marido/namorado	8 a 10	Sociável	Não sabe/não responde	Muitos amigos	Não gosto	Mais ou menos	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Não apoiam m. tb. n. p.
16	Tira chapéu	Praia	2º Ciclo	está a estudar	Vou voltar a estudar	Solteira	Os pais	5 a 7	Nem muito nem pouco	Nem muito nem pouco	Muitos amigos	Não gosto	Autoritários	Não está a trabalhar	Nunca bebe	1 filho	Proíbem sempre

	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values
1	idade	Numeric	8	0	Idade	None
2	resid	Numeric	8	0	Local de resid	{1, ASA}...
3	natur	Numeric	8	0	Naturalidade ({1, Praia}...
4	habil	Numeric	8	0	Habilitações	{1, EBI incomp
5	acta	Numeric	8	0	Situação actua	{1, está a estu
6	tens	Numeric	8	0	Planos para o	{1, Vou voltar
7	civil	Numeric	8	0	Estado civil	{1, Solteira}...
8	vive	Numeric	8	0	Neste moment	{1, Os pais}...
9	morar	Numeric	8	0	Composição d	{1, 4 ou meno
10	social	Numeric	8	0	Em que medid	{1, Muito sociá
11	atraente	Numeric	8	0	Em que medid	{1, Muito atrae
12	amigos	Numeric	8	0	Considera-se	{1, Muitos ami
13	noite	Numeric	8	0	gosta de sair à	{1, Não gosto}.
14	permi	Numeric	8	0	Consideras qu	{1, Autoritários
15	trab	Numeric	8	0	Situação labor	{1, Está a trab
16	alcool	Numeric	8	0	Consumo de b	{1, Nunca beb
17	filhos	Numeric	8	0	número de filh	{1, 1 filho}...
18	apoi	Numeric	8	0	Posição dos p	{1, Apoiam}...

